



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

GISELLE ESTEVAM CHIOZINI CORRÊA

ESCOLA TÉCNICA DO COMÉRCIO EM CUIABÁ (1945-1957)

Cuiabá - MT

2020

GISELLE ESTEVAM CHIOZINI CORRÊA

ESCOLA TÉCNICA DO COMÉRCIO EM CUIABÁ (1945-1957)

Cuiabá - MT

2020

GISELLE ESTEVAM CHIOZINI CORRÊA

ESCOLA TÉCNICA DO COMÉRCIO EM CUIABÁ (1945-1957)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação na Área de Concentração Educação, Linha de Pesquisa Cultura, Memória e Teorias em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Elizabeth Figueiredo de Sá

Cuiabá - MT

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

C824e Corrêa, Giselle Estevam Chiozini.
Escola Técnica do Comércio em Cuiabá (1945-1957) / Giselle Estevam Chiozini
Corrêa. -- 2020
139 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Elizabeth Figueiredo de Sá.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de
Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2020.
Inclui bibliografia.

1. Escola do Comércio. 2. Ensino Comercial. 3. Cultura Escolar. 4. Escola
Técnica do Comércio. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: "Escola Técnica do Comércio em Cuiabá (1945-1957)"

AUTORA: MESTRANDA Giselle Estevam Chiozini Corrêa

Dissertação defendida e aprovada em 27 de Abril de 2020.

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

1. Doutora Elizabeth Figueiredo de Sá (Orientadora)
INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
2. Doutora Marlene Gonçalves (Presidente Banca / Examinadora Interna)
INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
3. Doutora Fernanda Barros (Examinadora Externa)
INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS/UFG
4. Doutora Nileide Souza Dourado (Examinadora Suplente)
INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Cuiabá, 27/04/2020.



Documento assinado eletronicamente por **ELIZABETH FIGUEIREDO DE SA**, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso, em 28/04/2020, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Barros**, Usuário Externo, em 29/04/2020, às 08:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **MARLENE GONCALVES**, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso, em 25/05/2020, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

AGRADECIMENTOS

Neste momento tão especial, por ter chegado até aqui, agradeço:

À Deus, porque dEle, por Ele e para Ele são todas as coisas. Para Ele, pois a glória eternamente, amém.

À minha família, que é a causa e razão de tudo. Nenhuma palavra poderia expressar a minha gratidão e amor por vocês. Meus filhos lindos, Wailler, Nicholas e Nathalie, que mesmo quando não me entendem me apoiam e amam incondicionalmente, vocês são a razão e dão sentido a minha vida. São frutos do meu amor com seu pai, o amor da minha mocidade, amor pra vida toda, o homem da minha vida, que tem me ensinado que o amor pode sim aumentar e melhorar com o tempo. O tempo que nos ensina a ser melhores, mais gratos, e principalmente valorizar o que vale a pena. Minhas noras e genro, extensão dos meus amores e meus novos filhos, Letícia, Emilly e Eduardo amo vocês. E para meu filho do coração, Miguel, que tem sido meu companheiro nesta pesquisa, cuidado de mim com oração e café, meu carinho profundo.

Aos meus pais, pela atenção e carinho dedicados, pela mão sempre estendida e o colo acolhedor. Sou muito privilegiada por ter vocês. O meu louro e a minha morena. Mãe, nem que eu me esforçasse com todas as minhas forças conseguiria chegar perto de tão grande generosidade e altruísmo. A senhora, definitivamente, é meu exemplo.

À minha irmã, irmão, cunhados e cunhadas, sobrinhos, minha sogra. Pensa em um povo que eu amo. Sim, tenho uma família maravilhosa.

Às minhas irmãs de oração e jovens da Adna Parque Cuiabá. Obrigada pela intercessão e por sempre estarem me ajudando a suportar a carga. Sou eternamente grata.

À minha orientadora Prof^a Dr^a. Elizabeth Sá. Você inspira a crescer, em todos os sentidos. Um brinde a sua vida. Obrigada por ensinar a sonhar, e me auxiliar na concretização de sonhos.

Às professoras Fernanda Barros e Marlene Gonçalves, minha gratidão por aceitarem este tão importante papel de estarem na Banca Examinadora, com tão pertinentes leituras e perspicazes contribuições. E, ainda, minha expressão de agradecimento à professora Nileide S. Dourado, participante da banca suplente, por tão significativas leitura e sugestões.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), à qual agradeço a concessão da bolsa de estudos. Ainda estendo os meus agradecimentos a todos da universidade Federal de Mato Grosso –

UFMT, em especial ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, com seus colaboradores atenciosos e dedicados ao apoio a atendimento aos mestrandos e doutorandos.

Aos meus companheiros e companheiras do GEM, nosso grupo de pesquisa de História da Educação e Memória. Temos aprendido e crescido juntos. A vocês minha gratidão. Thalita, você me incentivou, sempre, principalmente nas horas de dor e medo. Quero te honrar com meu carinho e gratidão eternas.

Aos servidores do Arquivo Público de Mato Grosso, do Conselho Regional de Contabilidade e do Centro de Documentação Escolar do Estado de Mato Grosso, minha gratidão pela atenção e dedicação, sem as quais essa pesquisa não seria oportunizada.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a cultura escolar da Escola Técnica do Comércio em Cuiabá, instituição que oferecia o ensino técnico comercial, criada em Cuiabá no ano de 1945. Insere-se na Linha de Pesquisa Culturas, Memórias e Teorias em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da UFMT. Tem a História Cultural como referencial teórico, bem como a História das Instituições Escolares fundamentada em Justino Magalhães. Utiliza-se ainda como aporte teórico as contribuições de Roger Chartier, José Luís Sanfelice, Dominique Julia e Ivor F. Goodson, entre outros. A metodologia utilizada neste trabalho foi a análise qualitativa de abordagem histórica, utilizando fontes contidas na Legislação Oficial, Relatório de Interventores e Governadores de Mato Grosso, disponíveis no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso-APMT, no Centro de Documentação Escolar de Mato Grosso, no Núcleo de Documentos e Informação Histórica Regional-NDIHR e na Biblioteca Nacional, bem como a revisão bibliográfica com base em artigos de periódicos, teses, dissertações e material disponível em base de dados. O período delimitado justifica-se por ser o ano da criação dessa instituição escolar até o ano em que foram encontradas documentações que tratavam de seu funcionamento. A dissertação, ao tratar de aspectos da cultura escolar, privilegiando como categoria de análise o seu currículo, pôde observar a forma como se deram as relações dentro dos muros da instituição, bem como os padrões nacionais que influenciaram nos padrões locais. A despeito do direcionamento contido na legislação que dividia o currículo em disciplinas de Cultura Técnica e Cultura Geral, constatamos a partir de análises nas fontes documentais que mesmo as disciplinas de caráter geral tinham orientação profissionalizante. Os documentos indicam ainda que os agentes públicos estaduais perceberam a importância do Ensino Comercial, que ocorria em âmbito nacional, levando as autoridades que estavam à frente da administração do Estado a investir na criação e posterior expansão dessa modalidade de ensino, sendo a primeira de suas ações a criação da Escola Técnica do Comércio em Cuiabá.

Palavras-chave: Escola do Comércio; Ensino Comercial; Cultura Escolar; Escola Técnica do Comércio.

ABSTRACT

This research has as study object the school's culture of the Technical Trade School of Cuiabá. This institution offered the technical trade education and it was created by the year of 1945. The study is part of the Research line Culture, Memories and Education Theories inside the Post-graduation Program in the Education of UFMT. The theoretical base is the Cultural History and also the history of the Education Institution based on Justine Magalhães. It was also used as theoretical base the contributions of Roger Chartier, José Luís Sanfelice, Dominique Julia and Ivor F. Goodson among others. The methodology used was the qualitative analysis of historical approach, and it was used as research sources the Official Legislation, Reports made by the Intendant and by the Mato Grosso's governor, all available in the Public Archive of Mato Grosso (APMT), in the Center of Education's Documentation of Mato Grosso, in the Core of the Historical Information and Documentation of Schools in Mato Grosso – NDIHR, and also in the National Library. It was also done a bibliographic review using the data of papers, dissertations and other available materials in this database. The investigation period is delimited because 1945 was the year that the School was created until the date that the documentation about the functioning of the school was founded. The dissertation on discussing the education cultural aspects prioritizing the syllabus analysis, it observes the relationships inside the school's wall and how the national standards influenced the local standards. Discussing about the directions that legislation took, it is possible to perceive by the documentation sources analysis that it divided the contents in Contents of Technical Culture and Contents of General Culture and both of them were characterized by the professionalization approach. The documents also indicates that the state public agents perceived the importance of the Trade Education that was happening in the Nation and they led the administration authorities to invest in the creation and expansion of this education modality. Their first act was the creation of the Technical Trade School in Cuiabá.

Keywords: Trade School; Trade Education; School's Culture; Technical Trade School.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Propaganda do Instituto Pestalozzi – MS -1922	37
---------------------------------------------------------------	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 . Produções de teses e dissertações do GEM referentes ao ensino secundário e normal	17
Quadro 2 . Casas Comerciais do Estado de Mato Grosso	31
Quadro 3 . Programa do Curso Propedêutico em Ensino Comercial	40
Quadro 4 . Currículo do Curso comercial básico	52
Quadro 5 . Currículo do Curso de Guarda-Livros.....	53
Quadro 6 . Currículo do Curso de Secretariado da Escola do Comércio Alvares Penteado	54
Quadro 7 . Programa do Curso Comercial de Guarda-Livros.....	57
Quadro 8 . Contadores e Guarda-livros em Cuiabá por volta de 1943	62
Quadro 9 . Relação contabilistas registrados até 31 de dezembro de 1949 (Contadores e Guarda-livros).....	63
Quadro 10 . Disciplinas obrigatórias, ano 1945	77
Quadro 11 . Matéria dada nos meses de abril e maio - 1ª série - 1945	78
Quadro 12 . Tese para as provas finais do ano de 1945.....	81
Quadro 13 . Livros didáticos ano 1948	88
Quadro 14 . Livros didáticos ano 1950	90
Quadro 15 . Horário das aulas para a 1ª série – 1950.....	91
Quadro 16 . Horário das Aulas para a 2ª série – 1950	91
Quadro 17 . Horário de aulas para a 3ª série - 1950.....	92
Quadro 18 . Programa de Física e Química para a 1ª série	92
Quadro 19 . Programa de Biologia para a 2ª série	95
Quadro 20 . Programa de Geografia Humana do Brasil para a 3ª série	97
Quadro 21 . Programa de Ensino de História Administrativa e Econômica do Brasil	98
Quadro 22 . Programa de Prática Jurídica Geral e Comercial 2ª série.....	99
Quadro 23 . Programa de Prática Jurídica Geral e Comercial 3ª série.....	101
Quadro 24 . Disciplinas do Curso Técnico de Contabilidade - 1957	103
Quadro 25 . Alguns Professores do ano de 1945 da Escola Técnica do Comércio de Cuiabá	105
Quadro 26 . Lista de professores e cadeiras ano de 1945	105
Quadro 27 . Corpo docente da Escola Técnica do Comércio de Cuiabá - 1948.....	106

Quadro 28. Folha de Pagamentos de Vencimentos dos Funcionários da Escola Técnica do Comércio de Cuiabá – junho de 1953	108
Quadro 29. Relação de professores com processo de efetivação.....	110
Quadro 30. Professores de 1957 da Escola Técnica do Comércio de Cuiabá.....	111
Quadro 31. Relação dos alunos da Escola Técnica do Comércio de Cuiabá em 1945	112
Quadro 32. Formação Diretoria Centro Acadêmico da Escola Técnica do Comércio de Cuiabá	114
Quadro 33. Departamentos do Centro Acadêmico da Escola Técnica do Comércio.....	115
Quadro 34. Alunos matriculados por série 1947-1952	115
Quadro 35. Alunos que pagaram mensalidades da Escola do Comércio em Cuiabá no ano de 1952	116
Quadro 36. Guarda-Livros e Contadores registrados no Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso (Formados de 1930-1956).....	118

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ANPUH-RS** – Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul
- APMT** – Arquivo Público de Mato Grosso
- CDM – MT** – Centro de Documentação Escolar de Mato Grosso
- CAEC** – Campanha de Aperfeiçoamento e Expansão do Ensino Comercial
- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- ETC** – Escola Técnica do Comércio
- ETEC** – Escola Técnica Estadual
- GEM** – Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória
- IBICT** – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
- IE** – Instituto de Educação
- LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MT** – Mato Grosso
- NDIHR** – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional
- PPGE – UFMT** – Programa de Pós Graduação em Educação
- PUCRS** – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
- REPEC** – Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade
- RS** – Rio Grande do Sul
- SCIELO** – *Scientific Electronic Library*
- SENAC** – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
- SENAI** – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- UFMT** – Universidade Federal de Mato Grosso
- UFS** – Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I O ENSINO COMERCIAL: HISTÓRIA E ORGANIZAÇÃO	25
1.1 Primeiras medidas de organização comercial nos oitocentos	25
1.2 A escola de comércio nos anos iniciais dos novecentos	29
1.2.1 Novos rumos para o ensino comercial com a reforma Francisco Campos.....	39
CAPÍTULO II AS REFORMAS EDUCACIONAIS PARA O ENSINO COMERCIAL 50	
2.1 A Lei Orgânica do Comércio – Reforma Capanema	50
2.2 O ensino comercial em Mato Grosso na vigência do Decreto-Lei n. 6141/43	55
2.3 A profissão de guarda-livros e contador no Estado de Mato Grosso	57
2.4 A criação da Escola Técnica de Comércio de Cuiabá	70
2.5 Corpo Administrativo da Escola Técnica do Comércio de Cuiabá	73
2.5.1 Diretor Escolar.....	74
2.5.2 Congregação.....	75
CAPÍTULO III ASPECTOS DA VIDA NA ESCOLA TÉCNICA DO COMÉRCIO DE CUIABÁ	76
3.1. Currículo do Curso Técnico de Contabilidade	77
3.1.1 Horário de Funcionamento das Aulas	91
3.2 Corpo Docente	104
3.3. Alunos da Escola Técnica do Comércio de Cuiabá	111
3.3.1 A relevância social dos alunos egressos da Escola Técnica do Comércio de Cuiabá.....	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS	131

INTRODUÇÃO

Reflexões, motivações e delimitação do objeto

Propor uma dissertação que contemple a Escola do Comércio no Estado de Mato Grosso é um desafio e uma necessidade, uma vez que trabalhos com essa temática são raros. Torna-se necessário o preenchimento de ausências na área da historiografia do ensino comercial no Estado de Mato Grosso no período delimitado (1931-1957).

Como contadora de formação, sempre me instigou o pensar nas origens históricas e o contexto do surgimento e consolidação da profissão contábil no Brasil. Após minha formação, e já atuando na profissão, senti o desejo pela docência, algo que desde menina me instigava. Comecei assim a cursar uma especialização em Docência do Ensino Superior. Nesse período, eu, profissional e mãe de três filhos já crescidos, tinha uma maior oportunidade de me dedicar aos estudos, algo que sempre gostei de fazer.

Antes da graduação em Ciências Contábeis também fiz a graduação em economia pela Universidade Federal de Mato Grosso, porém foi uma graduação obtida em meio a vários recortes de tempo, uma vez que no decurso dela tive meus três filhos, passei por uma mudança de cidade, e depois o retorno à Cuiabá. Assim, naquele período não consegui me dedicar a estágios ou pesquisas, pois não tinha ajuda com os pequenos. Após um longo período, e com meus filhos já adolescentes, ingressei no Curso de Ciências Contábeis, por ser um curso que me permitiria ter maior liberdade na organização do meu tempo, pois podia atuar como profissional liberal.

Na especialização em Docência do Ensino Superior, despertei-me para o estudo da história da educação. Ao conhecer mais sobre educação e sua história, senti como se um enorme quadro começasse a ser descortinado em minha frente e a minha visão fosse ampliada. Meu pensamento foi: por que não estive aqui antes? Amei isso, o que é que eu estava fazendo? Esse novo mundo que passei a conhecer era o que eu buscava, que me despertou a conhecer e trilhar novos caminhos, que, ainda inéditos para mim, apresentavam-me um brilho que me incentivava a prosseguir.

Inscrivi-me para o Mestrado na UFMT, na linha de pesquisa Cultura, Memória e Teorias em Educação e obtive a aprovação, ainda sem ter certeza em qual momento meu sonho se concretizaria, mas me preparando para ele e estudando muito. Tive naquele mesmo ano a alegria de ser aprovada na linha de pesquisa e ingressar na pós-graduação, no Grupo de Pesquisa em História da Educação e Memória (GEM), agora como pesquisadora.

No GEM, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Elizabeth Figueiredo de Sá, tomei conhecimento a respeito dos projetos do qual o grupo participava, entre eles, O Ensino Secundário no Brasil em Perspectiva Histórica e Comparada (1942-1961), coordenado pela Prof^a Dr^a Eurize Pessanha (UFMS-UFGD), que particularmente me chamou a atenção, por conta de que nesse período histórico organizava-se o ensino comercial no Brasil, ou seja, o início da profissão de contador. O Projeto Ensino Secundário no Brasil em Perspectiva Histórica e Comparada reúne cerca de 35 pesquisadores e pesquisadoras de diversas instituições do Brasil que pesquisam as políticas implementadas pelos governantes a fim de expandir e atender a necessidade de novas instituições de ensino secundário no Brasil, nas esferas federal, estadual e municipal. Como um braço desse projeto, o GEM desenvolve o projeto “Ensino Secundário em Mato Grosso: História, Instituições e Impressos escolares”.

Carlota Boto (2019), na abertura do livro Ensino Secundário no Brasil: perspectivas históricas, concorda com César Augusto Castro que entende que o “ensino secundário constitui um termo genérico para abarcar múltiplas possibilidades de formação” (BOTO, 2019, p.13). Castro (2019) discorre que almejando uma sociedade mais justa,

[...] na qual homens e mulheres, jovens e velhos tenham seus direitos garantidos e que possamos manter vivos os ideários dos (as) educadores (as) e reformadores (as) do ensino que, de maneira brava e destemida, criaram instituições de nível secundário, como os liceus, ateneus, ginásios, colégios, escolas técnicas e profissionalizantes nos grandes centros e no interior distante e quase desabitado do país. (CASTRO, 2019, p. 15)

Torna-se importante destacar que entre os pesquisadores brasileiros não há unanimidade no que se refere ao ensino comercial como uma modalidade do ensino secundário.

A delimitação temporal da pesquisa abrange os anos de 1945 a 1957, quando é criada a Escola Técnica do Comércio até o ano das documentações encontradas que oferecem pistas sobre o seu funcionamento interno.

Algumas teses e dissertações foram concluídas por pesquisadores do GEM acerca dos temas relacionados ao ensino secundário e suas categorias de ensino, quais sejam: o industrial, o normal e o comercial. Não encontramos nas produções do GEM ou ainda na historiografia

mato-grossense pesquisa referente ao ensino comercial, o que pode justificar a relevância desta pesquisa.

Quadro 1 - Produções de teses e dissertações do GEM referentes ao ensino secundário e normal

Título	Tipo	Nº	Autor
A Escola Normal de Cuiabá (1919-1916): contribuição para história da formação de professores em Mato Grosso.	Dissertação	000	Elizabeth f. Sá
A criação do Liceu Cuiabano e a formação dos intelectuais de línguas e ciências preparatórias na gestão dos recursos da educação pública estadual em MT.	Dissertação	001	Maria i. Zanelli
A Escola De Aprendizizes Artífices De Mato Grosso (1909-1941)	Dissertação	005	Nádia cuiabano kunze
Grupo escolar: escola normal e escola modelo “Palácio Da Instrução De Cuiabá” (1900-1915): arquitetura e pedagogia	Dissertação	009	Eduardo f. Cunha
O fazer-se cidadão – o jornalismo estudantil nas décadas de 1920 e 1930 no Liceu Cuiabano Em Mato Grosso.	Tese	015	Simone ribeiro nolasco

Fonte: Elaborado pela autora, (2019)¹

Percebemos assim que a historiografia da educação mato-grossense tem apresentado mais trabalhos que tratam do ensino primário e normal, há menor número de produções que tratam do ensino secundário, e não encontramos produção alguma com o tema específico da escola do comércio, ensino comercial e escola Técnica do Comércio. Uma das possibilidades da ausência de produções com essa temática pode referir-se a dificuldade de localização de fontes pertinentes ao tema.

Isto posto, essa dissertação está inserida no campo da História da Educação e da História Cultural, direcionando o olhar para pesquisar a Escola Técnica do Comércio em Cuiabá, instituição fundada no ano de 1945, partindo da seguinte pergunta de pesquisa: Que aspectos delinearam a cultura escolar dessa instituição de ensino do comércio em Cuiabá? Observou-se, para tal análise, a forma como se constituíram as aulas, as disciplinas, o currículo, os professores e alunos da escola.

Dessa forma, a pesquisa teve como objetivo geral compreender o processo pelo qual se deram, a partir do estudo de sua cultura escolar, a constituição das normas que regeram a instituição, a partir da observação das práticas adotadas na escola do comércio em Cuiabá, e de

¹ Quadro elaborado pela autora a partir de informações do Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória (GEM).

como tais aspectos foram aplicados no estabelecimento de ensino. Para dar suporte ao objetivo maior desta pesquisa, foram traçados os seguintes objetivos específicos: a) Analisar como ocorreu o desenvolvimento do ensino comercial no Brasil até os anos de 1930; b) Investigar a reforma educacional que norteou a criação e organização da Escola Técnica do Comércio em Cuiabá; e, c) Analisar aspectos de sua cultura escolar, a partir da análise de seu currículo.

As pesquisas referentes a instituições escolares

[...] privilegiam as instituições mais antigas e socialmente mais prestigiadas, enquanto as escolas de formação para o trabalho e as mais modestas destinadas a população carente, como escolas comunitárias ou de caráter assistencial, estão pouco representadas. (NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 25).

Ainda segundo os autores, o estudo de instituições escolares evidencia um tema relevante, principalmente na História da Educação, observando-se vários aspectos de tais instituições, podendo as mesmas serem públicas, particulares, religiosas e militares. Na mesma direção, Sanfelice (2007) aponta que todas as instituições escolares (particular ou pública; urbana, rural ou comercial) são objetos de investigações históricas, “não havendo instituição escolar e educativa que não mereça ser objeto de pesquisa histórica” (SANFELICE, 2007, p. 79).

Pretende-se, assim, pesquisar a história da Escola Técnica do Comércio em Cuiabá, a partir da utilização do método da operação historiográfica: que trata da “combinação de um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita” (CERTEAU, 2002, p. 66), ou seja, da conciliação de um lugar social, do lugar de onde se fala, de procedimentos de análise e a construção da escrita, a construção de um texto. A argumentação de Certeau (2002) começa calcada na necessidade de uma técnica para a realização da produção historiográfica. O autor declara que o historiador trabalha sobre um material, e que teria como objetivo transformá-lo em História. O historiador “começa com o gesto de separar, de reunir documentos e de transformar em documentos certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho” (CERTEAU, 2002, p. 81).

Para a referida bibliografia, a operação historiográfica se dá através do acesso às fontes manuscritas, impressas e iconográficas. Considerando-se que são as fontes que nos possibilitam a compreensão do mundo e da vida dos homens, todos os tipos são válidos: material lítio e cerâmico, documentos escritos, testemunhos orais, produções audiovisuais, eletrônicas etc.

[...] o documento é qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê, a correspondência, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a fotografia, o filme, o disco, a fita magnética, o objeto utilitário, etc... enfim, tudo que

seja produzido por razões funcionais, jurídicas, científicas, culturais ou artísticas pela atividade humana. (BELLOTTO, 1984, p. 34).

Esta pesquisa se apoia ainda no paradigma indiciário de Ginzburg (1989), que trata de uma nova maneira de fazer história, partindo da ideia de transgredir as proibições da disciplina, ampliando seus limites e abordagens. Para o autor (1989), através desse novo olhar, torna-se possível remontar uma realidade complexa e através da realização de um estudo intensivo pode-se revelar problemas de ordem geral, permitindo a contestação de ideias solidificadas sobre determinados fatos e épocas. O autor (1989) apresenta ainda métodos de investigação, com caminhos a trilhar e instrumentos a utilizar para a comprovação de dados.

Um importante conceito que nos ajudará na análise desta pesquisa é o de cultura escolar, que será entendida neste trabalho a partir da perspectiva de Dominique Julia (2001). Este conceito nos ajudará a analisar a dinâmica de funcionamento da Escola Técnica de Comércio, uma vez que:

A cultura escolar é descrita como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permite a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos. Normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas [...]. (JULIA, 2001, p. 10).

O autor aponta que essas normas e práticas são pensadas considerando-se todo o corpo profissional envolvido no funcionamento da instituição escolar. Tratando-se dos professores, que são chamados a cumprir essas ordens, de forma “a utilizar os dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação” (JULIA, 2001, p.11).

Para analisar historicamente a cultura escolar, podemos dispor de fontes de arquivos para tentar reconstituir as práticas escolares (uma vez que segundo o autor “O historiador sabe fazer flechas com qualquer madeira” (JULIA, 2001, p.17)), a partir da observação e localização das normas estabelecidas através dos programas oficiais que regulamentam a instituição escolar em análise. Julia (2001) aponta que se tivermos perseverança em procurá-las as fontes podem ser encontradas.

Vamos também nos utilizar da concepção de Goodson (2001, p. 20) quando afirma que “o currículo escrito é o testemunho e visível das racionalidades escolhidas e da retórica legitimadora das práticas escolares”. Assim, nos utilizamos para análise de aspectos da cultura escolar das concepções do currículo aplicado na Escola Técnica do Comércio de Cuiabá, uma vez que concordamos com o autor quando diz que: “[...] o currículo escrito proporciona-nos

um testemunho, uma fonte documental, um mapa variável do terreno: é também um dos maiores roteiros oficiais para a estrutura institucionalizada da educação.” (GOODSON, 2001, p.20).

A fim de compreendermos alguns aspectos das disciplinas propostas buscamos suporte em Chervel (1990), quando partimos em busca das finalidades reais da escola, baseando-nos na pergunta do autor: “A questão das finalidades reais da escola passa pela resposta à questão ‘por que a escola ensina o que ensina?’” (CHERVEL, 1990, p. 190). O autor aponta então que ao se pesquisar o estudo das finalidades não se pode ficar alheio aos ensinamentos reais. Deve-se analisar uma dupla documentação, a dos objetivos fixados e a da realidade pedagógica.

Utilizando-nos do aporte teórico dos autores elencados a fim de analisar os documentos que tratassem do objeto desta dissertação, a Escola Técnica do Comércio em Mato Grosso, passamos a localização de fontes que trouxessem informações a respeito do ou dos estabelecimentos que ofertavam as cadeiras de ensino comercial no recorte analisado. Foram analisadas documentações da Legislação Oficial, dos Relatórios de Interventores e Governadores de Mato Grosso, disponíveis no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso-APMT, no Núcleo de Documentos e Informação Histórica Regional-NDIHR, no Centro de Documentação Escolar de Mato Grosso - CDE-MT e na Biblioteca Nacional, também realizou-se revisão bibliográfica com base em artigos de periódicos, teses, dissertações e material disponível em base de dados.

A partir dos documentos pesquisados, verifica-se que, apesar de existirem algumas produções e pesquisas historiográficas referentes ao ensino secundário no estado de Mato Grosso, o ensino comercial carece de estudos, pois trata de uma investigação que contempla um objeto com ausência de pesquisas localizadas na historiografia da educação mato-grossense.

Operando com o paradigma indiciário de Ginzburg (1989) como metodologia de pesquisa, nos propusemos a investigar o ensino comercial no estado de Mato Grosso. Começamos a trilhar os caminhos da pesquisa empírica buscando utilizar instrumentos para a comprovação de dados levantados a partir do Arquivo Público de Mato Grosso (localizado na cidade de Cuiabá), que reúne grande quantidade de documentos oficiais, legislações, periódicos, relatórios mensagens, tanto dos Presidentes de Estado, Interventores, como dos Inspectores da Instrução Pública. A investigação das fontes em âmbito estadual foi permitindo traçar um panorama inicial de como o estado de Mato Grosso se articulava, no que se referia a

adequação da educação aqui ofertada, frente ao que era exigido e regulamentado na esfera federal.

No Arquivo Público localizamos várias documentações referentes ao ensino comercial, a exemplo da Lei 1024 de 1929, que oficializa o Curso Comercial Antônio Corrêa, bem como o Decreto 895 de 1930, que o regulamenta. Encontramos ainda as regulamentações que nortearam o funcionamento do curso comercial e depois Escola Técnica do Comércio em todo o período delimitado.

Buscamos pistas sobre a existência e o funcionamento das escolas de comércio em obras memorialísticas como a de Humberto Marcílio (1963) em *A História do Ensino de Mato Grosso*. Continuamos na busca de pistas que pudessem elucidar ainda mais o cenário do ensino comercial existente no estado no período a partir da busca em periódicos na Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital. Ao buscarmos informações sobre criação ou funcionamento de escolas de comércio encontramos no Jornal A Tribuna (Mato Grosso), no ano de 1927, em sua edição de número 06023, a publicação de parte da legislação da Escola de Comércio de Corumbá, indicando atribuições do pessoal administrativo, o que atesta a existência de uma escola de comércio naquela cidade. Tratava-se de uma instituição de natureza privada, pois a Escola Técnica do Comércio de Corumbá, de natureza pública, só foi inaugurada anos mais tarde. Continuamos a pesquisa a respeito da fundação dessa escola, bem como sua natureza, se pública ou privada, e prosseguimos nos indícios e rastros do funcionamento das escolas comerciais no estado.

A pesquisa no Arquivo Público do estado de Mato Grosso (APMT), os documentos referentes a educação no recorte estudado estão armazenados em caixas, e durante o período de minha pesquisa ocorreu um período de chuvas na região, causando avarias no telhado do órgão público o que nos impediu o acesso às caixas. Durante todos os reparos os documentos ficaram inacessíveis. Após a liberação do acesso aos documentos retornamos as buscas, que nos levaram a localização de documentos referentes ao período em que foi inaugurada a Escola Técnica do Comércio em Cuiabá em 1945 até o ano de 1957.

A partir dessa perspectiva, buscamos levantar dados em *websites* e plataformas de pesquisa como *Scientific Electronic Library Online* - (SCIELO), a partir dos descritores: ensino comercial, escola do comércio e ainda escola técnica do comércio. Inserindo o termo Mato Grosso não encontramos nenhuma pesquisa escrita, assim a relevância desta pesquisa para os estudos destas instituições escolares torna-se urgente.

Em consulta a plataformas Scielo, encontramos o trabalho com o título: *Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica*, dos autores: Ivam Ricardo Peleias, Glauco Peres Da Silva, João Bosco Segreti e Amanda Russo Chiroto, trata-se de uma pesquisa histórica e foi analisada a legislação nacional sobre o ensino comercial e contábil promulgada no Brasil, do século XIX até os dias atuais. Foram identificadas ocorrências relevantes no cenário nacional, a partir da chegada da Família Real, em 1808, e os efeitos que esse fato e outros que se sucederam tiveram sobre a regulamentação do ensino da Contabilidade no Brasil.

Também na plataforma Scielo, na REPEC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, Brasília, v. 5, Edição Especial, art. 4, p. 77-99, set/dez. 2011, encontramos o título: *Uma contribuição à Historiografia do Ensino Contábil no Estado do Rio Grande do Sul*, do autor: Marco Aurélio Gomes Barbosa que objetiva evidenciar a origem e a evolução do ensino contábil no estado do Rio Grande do Sul, destacando a contribuição de personalidades, de instituições representativas da classe contábil e de escolas que se dedicaram ao ensino comercial.

Pesquisando os descritores elencados no banco de dados da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, com o termo Escola Técnica do Comércio encontramos um trabalho, intitulado *O Processo de criação da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral* a partir das demandas socioeconômicas do município de Mossoró, RN, entre 1911 a 1937. Refinando todos os termos com a inclusão do descritor Mato Grosso não encontramos nenhum trabalho.

Em consulta ao Banco de Dados de Teses e Dissertações do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, não encontramos nenhum trabalho com os descritores Ensino Comercial, Escola do Comércio e Escola Técnica do Comércio.

Acessando o IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, pesquisando nas Revistas Ciência da Informação Inclusão Social, Logeion, P2P& Inovação e Liinc, efetuamos pesquisas com os termos destacados e não encontramos nenhuma produção.

Devido à escassez de produções relacionadas ao objeto desta pesquisa, realizamos buscas nos bancos de dados de Universidades brasileiras e encontramos algumas produções relacionadas ao tema. Na investigação das palavras já descritas encontramos a dissertação de mestrado, escrita por José Paulo Andrade, com o título: *Escola Técnica do Comércio de Itabaiana: a formação de profissionais contabilistas (1967-1978) – 2014*, da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Este estudo tem como objeto investigar a criação e o processo de

implementação da Escola Técnica de Itabaiana, seu funcionamento e o impacto na formação de profissionais contabilistas. Apesar de não estar dentro do recorte investigado no nosso trabalho, contribui com a história do ensino comercial no período das reformas comerciais de 1931 e 1943.

No banco de dados da ANPUH-RS (Associação Nacional de História – Rio Grande do Sul), encontramos o trabalho com o título: *Formando profissionais do comércio: Uma análise do ensino comercial brasileiro na Era Vargas (1930-1945)*, de autoria de Eduardo Cristiano Hass da Silva, mestrando em História da PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) e que investiga a formação de profissionais do comércio no Brasil, durante a Era Vargas, no âmbito da publicação dos Decretos leis que regulamentaram o Ensino Comercial no período, o Decreto n. 20158, de 1931 e o Decreto 6141, de 1943.

Outro trabalho relevante sobre o tema foi a dissertação de mestrado com o título *O Instituto Municipal de Comércio de Santos: da fundação ao ginásio secundário (1948-1953)*, escrita por Lucas Henrique Silva Gonçalves, que trata de aspectos da história da educação santista, mais especificamente do Instituto Municipal de Comércio de Santos, atualmente chamado de ETEC "Acácio de Paula Leite Sampaio". A dissertação trata da proposta e processo de fundação da Escola, destacando, a legislação e as normas que o regeram, e a transformação do Comercial Básico em Ginásio Secundário e sua implantação (1950-1961), com dados sobre professores e alunos.

Utilizamos ainda livros que foram de vital importância para a construção desta dissertação, entre eles as reflexões de Maria José Garcia Werebe (1970), *Grandezas e misérias do ensino no Brasil*. Nos valemos ainda de abordagens sobre o ensino secundário na obra de Geraldo Bastos Silva (1959), *Introdução ao Ensino Secundário*, e consultamos a tese de doutorado de Simone Ribeiro Nolasco (2015), *O fazer-se cidadão – o jornalismo estudantil nas décadas de 1920 e 1930 no Liceu Cuiabano em Mato Grosso*.

Para procedermos as pesquisas referentes a história do ensino comercial utilizamos como suporte o exemplar número dois dos Cadernos da CAEC (Campanha de Aperfeiçoamento e Expansão do Ensino Comercial), de 1957 que trata de um Curso de Orientação Pedagógica para Professores do Ensino Comercial. Outra obra foi o livro *Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado*, escrito em comemoração aos 90 anos da Fundação da Escola, considerada pela historiografia de modo consensual como a origem da história do ensino comercial no Brasil. Ainda a obra *A evolução das ciências contábeis no Brasil*, de Carlos Eduardo Barros Leite (2005), que trata dos fatos históricos, das concepções, e de como as mudanças na

economia criam a figura de profissionais com novos perfis exigindo que a área educacional se movimente para produzi-los.

Para tratar de algumas nuances da escola do comércio em Mato Grosso e posterior Escola Técnica do Comércio, um aporte importante foi a biografia de Aecim Tocantins, contador que atuou em Mato Grosso. Na biografia escrita por Echeverria (2006), *Aecim Tocantins – da Contabilidade à vida pública*. Foi de extrema importância a obra de Rubens de Mendonça (1973), *A história do comércio de Mato Grosso* para contextualizar o período no estado. E finalmente, para nortear a escrita dos acontecimentos históricos no estado utilizamos a obra de Humberto Marcílio (1963) *História do ensino em Mato Grosso*.

Neste contexto, esta dissertação está composta por três capítulos. No primeiro deles apresentamos os caminhos que a educação comercial percorreu no Brasil, com as aulas de comércio, o início da formalização das estruturas dos cursos comerciais, o reconhecimento da Escola Prática de Comércio de São Paulo, a Academia de Comércio do Rio de Janeiro, o Regulamento do Ensino Comercial em 1926 e a Reforma Francisco Campos, em 1931, que veio trazer organicidade ao ensino comercial no Brasil. Em Mato Grosso, trataremos da trajetória do ensino comercial desde as primeiras menções acerca de sua necessidade nas mensagens oficiais, a criação das primeiras cadeiras avulsas e a Regulamentação do Curso Comercial Antônio Corrêa, e seu funcionamento na Reforma Francisco Campos.

No segundo capítulo, iremos analisar o ensino comercial no espaço/tempo da história conhecida como final da Era Vargas (que perdura de 1930 a 1945) sob o contexto da Reforma Capanema, em 1943, que organiza, sistematiza e regulamenta o ensino comercial no país, no período da criação da Escola Técnica do Comércio de Cuiabá. Assim, apresentaremos as regulamentações lançadas em nível federal e estadual, bem como a organização no estado de Mato Grosso dos sindicatos, conselhos de classe e abarcaremos aspectos de como o exercício da profissão era percebido na sociedade a partir dos periódicos.

No terceiro capítulo, analisaremos aspectos da cultura escolar da instituição, originadas nas normas que a regeram, nas práticas escolares, nos conteúdos ministrados, nos professores que nela praticaram sua profissão e nos alunos que a frequentaram.

Nas considerações finais, concluímos esta pesquisa sem a pretensão de esgotá-la, apresentando as principais questões que nortearam este trabalho, visando contribuir, mesmo que forma inicial, com a historiografia da educação mato-grossense.

CAPÍTULO I O ENSINO COMERCIAL: HISTÓRIA E ORGANIZAÇÃO

Para construir a história de uma instituição escolar é necessário compreender o contexto ao qual ela está inserida, observando os fatores sociais, políticos e culturais que a circundam; como indica Sanfelice (2007, p. 78) quando afirma que “A dimensão da identidade de uma instituição somente estará mais bem delineada quando o pesquisador transitar de um profundo mergulho no micro e, com a mesma intensidade, no macro”.

Nesse sentido, trataremos a seguir a respeito do percurso histórico da organização do ensino comercial no Brasil e em Mato Grosso no período anterior a criação da Escola Técnica do Comércio, procurando compreender como a criação dessa instituição escolar decorreu de uma necessidade econômica e social do país e do estado em determinado momento histórico. Acreditamos que a compreensão dessa relação do micro com o macro auxiliará na análise nos capítulos posteriores.

1.1 Primeiras medidas de organização comercial nos oitocentos

A educação comercial no Brasil remonta do início do século XIX com a chegada da família Real ao país, em 1808. Essa mudança efetivou importantes alterações de ordem econômica e social que resultaram no desenvolvimento comercial brasileiro.

Os portos brasileiros foram abertos às nações amigas, em política direcionada principalmente para atender a Inglaterra, que se posicionou frente às Forças de Napoleão salvaguardando a Família Real Portuguesa. Medidas foram efetivadas no sentido de tornar a Colônia habitável para Coroa Portuguesa, como:

[...]a criação de Escolas Cirúrgicas, Anatômicas e Médicas do Rio de Janeiro; a Academia Real de Belas-Artes; a Academia Real Militar; o Arquivo Militar; a Biblioteca Real; a Imprensa Régia; o Teatro Real de São João; o Jardim Botânico; o Banco do Brasil, a transformação do Brasil em Reino Unido, a autorização do Governo Imperial para a instalação de fábricas, enfim uma série de medidas que elevou o Brasil a um patamar superior a uma simples colônia de extração” (SILVA, 2005, p. 15).

Em 23 de agosto de 1808, D. João VI expediu um alvará criando a Real Junta do Comércio, responsável pela regulamentação e controle de todo o tipo de prática comercial, industrial e de navegação. Desse modo, as transações comerciais passaram a ser feitas diretamente do Brasil, gerando a criação da primeira companhia de seguros estatal (SILVA, 2005). As prestações de contas do Brasil à metrópole foram obrigatoriamente apresentadas pelo

método de partidas dobradas², processo já adotado em Portugal. Silva e Martins (2011), pontuam que:

Junto com a vinda da comitiva do príncipe estava Visconde de Cairu, sendo forte inspirador para algumas medidas do monarca tais como: abertura dos portos, criação do banco do Brasil, instituição do seguro, instalação da pressão régia, criação de uma Aula de Economia no Rio de Janeiro, e expedição do famoso Alvará criador do Erário Régio em que se determinava a escrituração do Tesouro Público, *‘na forma mercantil das partidas dobradas’*. (SILVA; MARTINS; 2011, p.103-104, grifos do autor)

Tais alterações no cenário econômico suscitaram a necessidade de formação para a prática mercantil, ocasionando a criação de uma Cadeira de Aula Pública de Ciências Econômicas na Corte Imperial e, no ano de 1809, deu-se início às Aulas de Comércio na mesma localidade, ministradas por alguns profissionais formados e outros que possuíam apenas experiência. Somente a partir de 1830 que essas aulas avulsas voltadas para o comércio se tornaram mais claras, pois “[...] o governo imperial, por meio de decretos, aprovou, estabeleceu e modificou as condições de oferta dessas aulas”. (PELEIAS ET AL, 2007, p. 23).

No ano de 1846 o Regulamento das Aulas de Comércio estabeleceu, por meio do Decreto 456, que teriam acesso às aulas os alunos com mais de quatorze anos que tivessem sido aprovados nos exames de Gramática da Língua Nacional, Aritmética e Língua Inglesa ou Francesa. A duração do curso seria de dois anos e, após sua conclusão, os alunos se submeteriam aos exames finais das seguintes disciplinas: “[...] Direito Comercial, Prática das Principais Operações e Atos Comerciais, e a Arte das Arrumações dos Livros” (PELEIAS ET AL, 2007, p.24).

Em 1850 a promulgação do Código Comercial regulamentou o sistema de escrituração contábil. O principal destaque do código, instituído pela Lei nº 556, de 22 de junho, foi instituir aos comerciantes a obrigatoriedade de:

- Seguir uma ordem uniforme de contabilidade e escrituração, e ter livros para esses fins;
- Fazer anualmente um balanço geral de seu ativo e passivo, compreendendo todos os bens de raiz móveis e semoventes, mercadorias, dinheiro, papéis de crédito e quaisquer outras espécies de valores, além de todas as dívidas e obrigações passivas, datando-o e assinando-o;
- Lançar no diário, com individuação e clareza, todas as suas operações de comércio, letras e outros papéis de crédito que passar, aceitar, afiançar, ou endossar e, em geral, tudo quanto receber e despender de sua alheia conta, seja por que título for sendo suficiente que as parcelas de despesas domésticas se lancem englobadas na data em que forem extraídas do caixa`. Os comerciantes

² “Partidas dobradas” é um termo técnico para designar um sistema padrão utilizado em empresas e organizações para registrar transações financeiras que indica que todo débito deve ser igual a um valor lançado a crédito e, que, não há um devedor sem um credor correspondente.

de retalho deveriam lançar diariamente no diário a soma total de suas vendas a dinheiro e, em assento separado, a soma total das vendas fiadas do mesmo dia. (LEITE, 2005, p.44-45)

Com isso, institui-se a obrigatoriedade dos documentos e escrituração dos livros dando o valor e importância do registro na Contabilidade dos fatos do patrimônio. (SILVA; MARTINS, 2011).

Conforme Prado Junior (1982), a segunda metade do século XIX marcou o momento de maior transformação econômica na história brasileira. Nesse período o país passava pelo efeito da abolição do tráfico de escravos, por meio da Lei Eusébio de Queiróz (1850). A lei proibiu o tráfico de escravos para o Brasil e desencadeou novas forças produtivas. Foram criadas no período 62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, 4 de colonização, 5 de mineração, 3 de transporte urbano, 2 de gás, e finalmente 8 estradas de ferro. O autor (1982) ressalta ainda que uma parte desses investimentos foram resultados de especulação devido a liberação de capital, antes investidos no tráfico africano, na economia; no entanto o resultado da especulação foi trágico, redundando em grave crise financeira ocorridas de 1857 a 1864.

Nesse contexto, foi criado o Instituto Comercial do Rio de Janeiro (1856) com o curso de duração de dois anos, sendo as aulas assim distribuídas: “Contabilidade e escrituração mercantil, geografia e estatística comercial (1º ano); direito mercantil e economia política, com aplicação especial ao comércio e a indústria (2º ano)” (LEITE, 2005, p.49). Podiam ainda ser lecionadas nos dois anos aulas de caligrafia e desenho linear. Posteriormente houve alterações na estrutura do Curso Comercial oferecido no Instituto Comercial do Rio de Janeiro, passando de dois para quatro anos, sendo permitidas as matrículas de alunos a partir de 13 anos, desde que aprovados nos exames de gramática nacional e caligrafia. Porém, a partir de 1880, o período de duração das Aulas de Comércio voltou a ser de dois anos, sendo reduzido, também, o número de disciplinas.

Em 1869 foi criada na Corte a Associação dos Guarda-livros. Conforme Silva e Martins (2011) o guarda-livros fazia a contabilidade da firma, a escrituração, a correspondência, os seus contratos e distratos; preenchia os cheques, pagava e recebia. Estes profissionais eram conhecidos como práticos e prestavam, ainda, outros serviços além da rotina. Eram os gerentes das casas de comércio, ou preposto:

O guarda-livros brasileiro, então considerado como agente auxiliar do comércio e sujeito às leis comerciais com relação às operações que nessa qualidade lhe respeitavam, por preceito inserido no art. 35, item 3, do vetusto Código Comercial

Brasileiro, instituído pela Lei 556, de 25.06.1850 e sancionada pelo Imperador Dom Pedro II, era, por força do art. 74 do citado Código, preposto de casa de comércio e que, antes de entrar no seu exercício, devia receber de seu patrão ou preponente, uma nomeação por escrito e se fazia inscrever no Tribunal do Comércio. (SILVA; MARTINS; 2011, p.113).

O Estatuto da Associação dos Guarda-Livros tem sua aprovação através de Decreto 4.475, de 18 de fevereiro de 1870, estabelecida na Corte. No ano de 1882 o Instituto Comercial do Rio de Janeiro foi extinto, pois enfrentava expressiva redução na quantidade de alunos e, devido à complexidade de se ingressar no Instituto. Silva e Martins (2011) apontam que em 1882 foi criado o Curso Comercial do Império Liceu das Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, que funcionava gratuitamente e no horário noturno, com uma expressiva quantidade de matrículas para o período.

Paralelamente ao que ocorria no país nesse período, surgiram as primeiras notícias sobre a necessidade de investimentos no ensino comercial em Mato Grosso. No ano de 1856, o relatório do Inspetor Geral dos Estudos do Estado de Mato Grosso, Joaquim Gaudie Ley, no capítulo intitulado *Providências*, se referiu do seguinte modo ao ensino comercial:

Entendo conveniente a criação de uma cadeira de ensino da escrituração mercantil, junto à do segundo grau, gratificando-se o professor que se proponha a dar duas lições por semana aos alunos da 5ª classe. É óbvia a utilidade dest'arte, seja qual for a profissão que qualquer pessoa se dedique, e não serão por certo em vão as despesas que com esse ensino se fizer em uma Província, como a nossa, em que a vida comercial é a balda geral de seus habitantes. (MARCÍLIO, 1963, p.201-202)

Pode-se notar que Gaudie Ley considerava importante o ensino da escrituração mercantil. O que parece ter contribuído para tal percepção da inspetoria foram algumas mudanças de natureza econômica, uma vez que em 1856 foi assinado o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação que liberava a navegação do Rio Paraguai pelos navios brasileiros trazendo, desse modo, desenvolvimento para o comércio na província de Mato Grosso.

No ano de 1864 ocorreu a Guerra do Paraguai,

[...]cujo único resultado positivo da vitória brasileira – além da ocupação de pequena área fronteiriça sem maior interesse-, será assegurar o franqueamento definitivo da livre navegação dos rios Paraguai e Paraná, de grande importância no Brasil para as comunicações com a província de Mato Grosso. (PRADO JUNIOR, 1982, p.193)

Terminada a Guerra do Paraguai em 1870 e restaurada a navegação, a cidade de Corumbá prosperou, possibilitando a irradiação da navegação fluvial para os portos de Cáceres, Cuiabá e Porto Murtinho, bem como para Assunção, Montevidéu e Buenos Aires

(MENDONÇA, 1973, p. 39). Nessa conjuntura tornou-se essencial a composição de um quadro de trabalhadores capacitados para atuar no comércio.

Iniciava-se, também, nesse período, a indústria extrativa da borracha na província de Mato Grosso ligando o movimento comercial da província à indústria. Assim, novas indústrias foram estabelecidas para a extração da borracha e novas casas de comércio, para realização de importação em geral, exportação de borracha e transações bancárias, como a exemplo da Casa Orlando, que oferecia serviços junto às Repartições Federais (justificações para percepção de montepio e meio soldo de viúvas e filhos de militares e civis, liquidações de exercícios findos e outros), às Repartições Estaduais (compra de terras e extração de títulos provisórios e definitivos) e, também realizava serviços de foro e outros (MENDONÇA, 1973). Nesse processo de mudança no cenário cuiabano e das cidades portuárias de Mato Grosso, foi criada uma cadeira de Escrituração Mercantil por Partidas Dobradas em 1871 (MARCÍLIO, 1963).

Os anos iniciais do período republicano no país se caracterizaram pela inflação e, conseqüentemente, o desequilíbrio orçamentário e dívidas, como também pelas grandes produções de café e *superávit* comercial. “Era preciso canalizar os recursos do café, o trabalho do imigrante, a poupança interna, o nascente produto industrial” (FAZOLLI FILHO, 1992, p. 16). O café dominava a pauta das exportações e era necessário saber atuar no mercado interno e no externo. Era a fase da política café com leite.

Nesse contexto, funcionava em Juiz de Fora a Academia do Comércio, fundada em 30 de março de 1891 por Francisco Batista de Oliveira com o objetivo de oferecer à comunidade local ensino inspirado nos programas da Escola de Altos-Estudos Comerciais de Paris. No norte do país, criou-se a Escola Prática do Comércio do Pará em 1899, que oferecia duas modalidades de curso: facultativo e integral. Na primeira modalidade ofertava-se disciplinas conforme necessidade e interesse do aluno e, na segunda, fornecia o diploma para o trabalho de guarda-livros, auxiliar de contabilidade e tesouraria. Eram os primeiros passos para a consolidação de uma profissão no mercado de trabalho.

1.2 A escola de comércio nos anos iniciais dos noventa

No bojo do movimento que ganhou ênfase no início do período republicano, foi criada no estado de São Paulo (1902) a Escola Prática de Comércio de São Paulo (posteriormente denominada Escola Álvares Penteado). Seu currículo oferecia:

No primeiro ano

Língua Nacional [...], *Francês, Inglês ou Alemão*, incluindo também exercícios de conversação. As Matemáticas deveriam abranger conhecimentos de Aritmética, Álgebra e Geometria. Em *Contabilidade* o aluno iniciava em noções gerais de escrituração mercantil.

No segundo ano:

[...] Em *Contabilidade*, entrava em contato com o curso comercial e financeira, além de estenografia e desenho. [...] *Tecnologia*, que, conforme projeto original significa o ‘estudo geral de mercadorias’, sua proveniência, seu valor e o processo através dos quais se pode avaliar sua falsificação ou alteração. [...]

No terceiro ano:

[...] *Geografia Econômica e Comercial*, incluindo: ‘Produtos de cada país e mercados. Produção brasileira. O café. História do Comércio e Tratados do Comércio’. Em *Legislação* o programa incluía: ‘Regras gerais de Direito. Legislação Comercial, industrial e marítima com especialidade aduaneira e falências. [...] *Economia Política e Finanças* que abrangia desde Estatística. Análise de Sistema Monetário, Operações de Câmbio, Bolsa de Valores. (FAZOLLI FILHO, 1992, p.23, grifos do autor).

Conforme é possível observar, houve uma ampliação e aprofundamento das disciplinas do programa curricular do curso, bem como a oferta de conhecimentos voltados para a realidade: a produção cafeeira. A diferença entre as escolas do Pará e de São Paulo era de que enquanto a de São Paulo pretendia uma postura genérica e fundamentada na precisão e na prática, a do Pará possibilitava ao aluno cursar disciplinas específicas.

No Rio de Janeiro, o Instituto Comercial do Rio de Janeiro foi substituído pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro por meio do Decreto nº 1.339, de 9 de janeiro de 1905. Posteriormente, o Decreto Federal nº 1.339/1905 reconheceu os diplomas expedidos e instituiu dois cursos: o geral e o superior.

- um de formação geral e prático, que habilitava para as funções de guarda-livros, perito judicial e empregos da área da Fazenda. Esse curso possuía diversas disciplinas, de formação geral e comercial, inclusive Escrituração Mercantil;
- outro de nível superior, cujo ingresso considerava o curso geral como preparatório, habilitava os candidatos para os cargos de agentes-consultores, funcionários dos Ministérios das Relações Exteriores, atuários das seguradoras, chefes de contabilidade de Bancos e de grandes empresas comerciais. Esse curso possuía disciplinas voltadas à formação comercial, além das específicas de Contabilidade do Estado e Contabilidade Mercantil Comparada. (PELEIAS et al., 2007, p. 26).

Com a promulgação do Decreto nº. 17329, de 28.05.1926, que aprovou o regulamento dos estabelecimentos de ensino para oferecerem os cursos profissionalizantes de Ensino Técnico Comercial e o superior, com título de graduado em Ciências Econômicas, é que a expansão da rede de escolas comerciais é favorecida. PELEIAS et al. (2007, p. 26) explicam que:

Para ingresso no curso geral, a idade mínima era de treze anos e, no curso superior, dezessete anos. Esse Decreto estabeleceu as disciplinas oferecidas para ambos os cursos, especificadas para cada ano de sua duração. A análise da grade do curso de formação geral revela a oferta das disciplinas Contabilidade, Contabilidade Mercantil, Contabilidade Agrícola e Industrial e Contabilidade Pública.

O reconhecimento oficial das instituições de ensino comercial, nesse período, favoreceu, segundo Werebe (1970), a expansão das redes de escolas comerciais, uma vez que passam de 11 escolas e 1865 alunos no ano de 1926, para 145 estabelecimentos de ensino comercial e 15500 alunos no ano de 1930.

Nesse mesmo período, em Mato Grosso também ocorrem transformações. Mesmo com os constantes conflitos armados das oligarquias na disputa do poder local, o comércio ganhou novos desenhos e investimentos.

Cuiabá, em 1914, contava com três hotéis, farmácias, a primeira casa de lapidação de diamantes e muitas casas comerciais (MENDONÇA, 1973). A cidade só era menor que Corumbá, ponto comercial mais importante do estado, pois, após a grande guerra, com o restabelecimento do comércio da cidade, vapores faziam a linha de Montevideu a Corumbá conduzindo grandes quantidades de carga. Grandes firmas fixavam-se em Corumbá e exportavam “couros vacuns secos, Borracha, Ipecacuanha e Penas de Garça” (MENDONÇA, 1973, p.53). A cidade dispunha de lojas de armarinhos, ferragens, lojas de importação de fazendas e miudezas; exportação de couros, peles e penas. Estabelecem-se na cidade construtores, empresas de manipulação de tabaco, Comércio de viagens de lanchas e outros.

A cidade de Cáceres também apresentou grande desenvolvimento do comércio local. Casas de comércio tratavam de negócios primeiramente na própria praça São Luís de Cáceres, estendendo negócios a Corumbá e, após, estendendo relações com Montevideu e Rio de Janeiro e ainda Londres e Hamburgo.

Na sessão *Anúncios* do Album Graphico de Mato Grosso, organizado por Ayala e Simon (1914), podemos ter uma noção das empresas comerciais do estado.

Quadro 2. Casas Comerciais do Estado de Mato Grosso

Localidade	Nome da Empresa Comercial	O que comercializava
Cuiabá	Usina da Conceição	açúcar, aguardente, arroz, milho, feijão
Cuiabá, Villa do Rosário,	Almeida & Companhia	Cerveja (Cervejaria Cuiabana) e borracha

Cambayuval, Parecis e Rio Novo		
Cuiabá	Orlando Irmãos e Cia.	Importação em geral, exportação de borracha, transações bancárias e proprietários de seringais.
Cuiabá e Corumbá	Henrique Hesslein & Sergel	Exportação de couros, borracha e penas de garça
Cuiabá, Villa do Rosário, e Diamantino	Alexandre Addor	Exportação de borracha, couros e Ipecacuanha
Cuiabá	Nicola Verlangieri & Filhos	Nas repartições federais: justificações para percepção de montepio e meio soldo de viúvas e filhos de militares e de civis, etc; nas repartições estaduais: compras de terras e extração de títulos provisórios e definitivos.
Cuiabá	Paulo Schmidt & Jorge Andreas	Importação de tecidos ingleses
Cuiabá	Empreza Telephonica de Cuyabá	Serviço de telefonia
Cuiabá	Adolpho Brandes	Importações, exportações e representações
Cuiabá	Gabriel Francisco de Mattos	Importação, fazendas em geral, ferragens, armarinho e Secos e Molhados
Cuiabá	Fernando Leite & Co.	Industria: confecção de descascadores de milho e arroz, moinhos para mandioca e milho e, separadores, debulhadores e máquinas para a lavagem.
Cuiabá	Hotel Cosmopolita	Habitações
Cuiabá	Café e Restaurante Ao Ponto	Bebidas, conservas, comestíveis, cigarros e charutos.
Cuiabá	Hotel Universal	Habitações
Campo Grande	Müller & Koop	Ferragens, Secos e Molhados, exportação de couros e borracha.
Corumbá	M. Cavassa Filho & Comp.	Gêneros nacionais, farinha de trigo, querosene etc. Embarcações a vapor.
Corumbá	Wanderley, Bais & Coia.	Importação, exportação, consignações, despachos e embarcações a vapor. Provedora geral dos mantimentos dos trabalhadores da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil
Corumbá	Pereira, Sobrinhos & Cia.	Importação em geral. Exportação de couro, borracha, ipecacuanha e penas de garça.

Corumbá	Vasques, Filhos e Cia.	Importação de farinha de trigo e exportação de todos os gêneros do estado.
Corumbá	Lloyd Brasileiro	Serviço de passageiros e cargas
Corumbá	Pharmacia e Drogeria Central	Produtos químicos, drogas medicinais e para a indústrias, preparados farmacêuticos, assessórios para farmácias, desinfetantes, artigos de goma, seringas para injeções, hipodérmicas, irrigadores, filtros para água, termômetros, irrigadores, sabonetes, mamadeiras, dentifrícios, esponjas, perfumarias etc.
Corumbá e Cáceres	Josetti & Cia.	Exportação de borracha, ipecacuanha, penas de garça, peles, madeiras e cereais. Drogeria.
Corumbá	Naveira & Congro	Depósito de sal, querosene, açúcar, arroz, café, malte, farinha de trigo, alfafa, farelo, fumo, velas, fósforos, telhas de zinco, cimento, óleos, pinturas, vinhos, conservas e ferragens grossas e vendas por atacado.
Corumbá	Stöfen, Schnach, Müller & Cia.	Importação em geral, exportação, consignações, despachos na alfândega e mesa de renda.
Corumbá	Monaco, Piñon & Cia.	Importação e exportação comestível
Corumbá	Antonio Josino Vieira	Importação em geral: fazendas, armarinho, arreios e drogas
Corumbá	A Casa de Ferro	Ferragens
Corumbá	Araujo & Irmão	Fazendas, brins, casimiras, calçados, chapéus, armarinho e perfumarias
Corumbá	A Gentil Pastora	Armarinhos, ferragens, perfumarias, brinquedos, louças, livraria, chapéus e molhados.
Corumbá	Casa Esperança	Armarinho, calçados, chapéus e tecidos
Corumbá	Sequeira & Cia.	Livraria, papelaria e tipografia
Corumbá	Fialho & Silva	Comissões, Consignações e representações
Corumbá	Emilio Albers	Importação de fazendas e miudezas, exportação de couros, peles e penas e comissões
Corumbá	Francisco José da Silva	Alfaiataria
Corumbá	A Meridional	Fábrica a vapor de gelo, águas minerais, Ginger-Ale, gasosa, xaropes e licores.

Corumbá	José Antonio Marinho	Projetos de casas de morada e de negócios e materiais de construção
Corumbá	A Industrial	Padaria, massas alimentícias, café moído, fumos e tabacos.
Corumbá	Albino Dias da Costa & Cia.	Construção de edifícios e das máquinas instaladas
Corumbá	La Maisonnnette	Relógios de 21 linhas e 18 quilates
Corumbá	A Confiança	Relojoaria, Ourivesaria e gravura
Corumbá	Photografia Popular	Fotografia e pintura
Corumbá	Alfaiateria Progresso	Artigos e manufaturas no ramo
Corumbá	Clínica Dental	Dentista
Porto Murinho	Hotel Continental	Habitações
Porto Murinho	Victor Lasclotas	Casa importadora e exportadora, armazém, loja, ferragens, bazar etc.
São Luiz de Cáceres	José Maria de Pinho	Exportação de ipecacuanha. Importação de fazendas, roupas feitas, perfumarias, ferragens, drogas, calçados, louças e vidros
São Luiz de Cáceres	José Dulce & Cia.	Tecidos, perfumarias, louças, cristais, móveis, ferragens, drogas, chapéus, roupa feita, artigos de fantasia, armas de fogo, calçados e arreamento
São Luiz de Cáceres	J. Campos Widal	Tecidos, perfumarias, obras de ferro, armas, drogas, arreamento em geral, e outros produtos.
São Luiz de Cáceres	Grande Armazém Mercantil de João de Campo Widal	Exportação de couros, peles de onça, penas de garça e ipecacuanha
São Luiz de Cáceres	Pharmacia Josetti	Drogas e preparados farmacêuticos
São Luiz de Cáceres	Raphael Pinto de Arruda	Exportação de couros e ipecacuanha. Importação de perfumarias, chapéus, fazendas, roupas feitas, armarinho, ferragens, drogas e especialidades farmacêuticas, conservas e bebidas, artigos para fumantes, calçados e arreamento, bolachinhas inglesas e nacionais
São Luiz de Cáceres	Irmãos Esteves	Exportação de couros e ipecacuanha
Miranda	Deambrosio, Legrand & Cia.	Fabricação e exportação de charque, línguas salgadas e sebo. Exportação de couros secos e salgados, crina, chifres, ossos etc.
Miranda	Angelo Rebua & Irmão	Casa importadora e exportação de couros e crina
Nioac, Aquidauana	Vicente Anastacio	Importação de fazendas, armarinhos, ferragens, modas e novidades, secos e molhados. Exportação de couros, crina, borracha, paina e penas de garça.

Nioac, Aquiadauana	Vicente Anastacio	Serviço de navegação e exportação de couros
Aquiadauana	Raphael Orrico	Sessão de café, bilhar e cinematográfico
Nioac, Aquiadauana	Candia & Moliterno	Importação em geral e exportação de produtos
Nioac	Affonso Rufino	Importação em geral, Secos e Molhados, compra e venda e criação de gado
Aquiadauana	Hotel e Armazém Galileo	Hospedagem
Campo Grande	A Barateira	Secos e Molhados, fazendas em geral, artigos da moda, louças e vidros, ferragens em geral e artigos para construção

Fonte: Ayala, Simon, 1914. Construído pela autora.

Analisando as empresas comerciais do estado em 1914, é possível perceber que havia 26 empresas em Corumbá, 14 em Cuiabá, 7 em São Luiz de Cáceres e Nioac/Aquidauana e 2 em Campo Grande, Porto Murtinho e Miranda. Essas empresas, provavelmente, contratavam guarda-livros para organizar seus documentos e administrar a parte financeira. Como no caso da empresa Almeida e Companhia em Cuiabá que era administrada pelo “[...] gerente o Coronel Amarílio e chefe de escriptorio o antigo guarda-livros da casa, o Major Joaquim Frederico de Mattos”.

Para isso, tornava-se importante investir na formação dos guarda-livros práticos. Em exemplar do Jornal “A Cruz: Orgão da Liga Social Catholica Brasileira de Matto Grosso (MT)”, em um anúncio intitulado *Instrução Commercial*, o professor Ezequiel de Siqueira ofereceu os seus serviços aos que se destinavam à carreira de negociante ou à profissão de guarda-livros. Garantia que, no prazo de três meses, os seus alunos saberiam escripturar nas mais exigentes casas comerciais (A *CRUZ*, 21 de novembro 1913, p.3 ed. 154). Entendemos, assim, que essa categoria de *guarda-livros práticos* era a que possuía uma formação rápida e superficial.

Nesse cenário, a necessidade da criação de uma escola do comércio é pontuada pelo Presidente Joaquim A. da Costa Marques em sua Mensagem, datada de 13 de maio de 1914, dirigida à Assembleia Legislativa:

Parece-me de muita utilidade a criação de uma escola de Commercio que proporcione á nossa mocidade estudiosa, o preparo indispensavel para exercer com exito essa tão importante quão rendosa profissão, na qual muitos naufragam por falta de conveniente preparo. [...] Fundando-se, porém, uma escola de commercio em que se ensinem além da escripturação e contabilidade mercantis, as outras materias relativas ao Commercio, teremos aberto, aqui mesmo no Estado, à nossa juventude, as portas de mais uma das mais faceis e importantes carreiras na qual, poderá empregar sua

actividade com grande proveito para si e vantagens para a sociedade. (MATO GROSSO, Mensagem, 1914, p.25-26).

Continuando seu discurso, Joaquim A. da Costa Marques expõe ainda a intenção de submeter proposta de Lei para a criação de uma escola do comércio, estando certo de que, se aprovada a lei, o poder público estaria prestando a juventude mato-grossense um dos mais “assignalados serviços”, viabilizando também a expansão da indústria no período. No entanto, tal escola, “[...] cujo regulamento fora minuciosamente elaborado, consignando rigorosas exigências quanto à matrícula, daria aos que ultimassem seus cursos o diploma de técnico em ciências comerciais. Não chegou, entretanto, a ser instalada” (MARCÍLIO, 1963, p. 201). A respeito, em Mensagem à Assembleia Legislativa (1915), o Governador Joaquim da Costa Marques endossa a importância da criação dessa instituição escolar e justifica ter protelado sua instalação devido ao aguardo de melhor situação financeira.

Mais uma vez, em 1916, a instalação da escola do comércio é adiada sob a justificativa de que: “[...] não temos sequer edificio, nem para aqui vira o necessario e competente pessoal docente sem muita compensadora remuneração” (MATO GROSSO, Mensagem, 1916, p.67). Sugere, então, o governante o envio de um grupo 04 a 06 mato-grossenses para a Escola Alvares Penteado, em São Paulo, a fim de se capacitarem para atuar como docentes e, ao mesmo tempo, estaria “[...] proporcionando ao comercio pessoal habilitado nos novos processos de escripturação mercantil, que ainda muito excepcionalmente se pratica e cuja adopção se faz urgente ao Thesouro do Estado” (MATO GROSSO, Mensagem, 1916, p.67). Tal afirmação do presidente do estado de Mato Grosso revela a necessidade do estado de profissionais habilitados nas funções comerciais, realidade essa só possível de ser resolvida com a instalação do Curso Comercial em Mato Grosso.

A dificuldade de instalação de uma escola do comércio mantida com recursos públicos não significa que não houvesse no estado cursos de formação para o comércio mantida por entidades religiosas e particulares. Em 1920, no Relatório endereçado à Assembleia Legislativa, o Presidente Francisco de Aquino Corrêa relata que em visita ao Lyceu Salesiano, na capital, encontrou 227 alunos matriculados, dos quais 69 gratuitos, que se encontravam distribuídos pelos cursos primário, ginásial, profissional, de comércio e bancada. Na porção sul do estado, o Jornal *Correio do Sul* (1922) circulou uma propaganda divulgando o funcionamento de um curso Comercial no Instituto Pestalozzi³:

³ O Instituto Pestalozzi teve várias nomenclaturas durante sua existência. Criado em 1915 por Arlindo Lima em Aquidauana oferecendo ensino primário e secundário, passou a funcionar em Campo Grande subsidiado pela

Figura 1. Propaganda do Instituto Pestalozzi – MS -1922

INSTITUTO PESTALOZZI

A primeira de Fevereiro proximo reabrem se as aulas deste estabelecimento de ensino, sito à Avenida Mato Grosso, esquina da rua 14 de Julho.

Disponde de corpo docente habilitado, o Instituto Pestalozzi recebe alumnos de ambos os sexos, internos, scult internos e externos, para os cursos—Primario, Complementar, Secundario e Commercial.

A secção feminina do Instituto funciona em prédio independente, á rua 14 de Julho, n. 57, com optimas acomodações para as alumnas internas.

O corpo docente é o seguinte:

SECÇÃO MASCOLINA : Curso secundario — Dr. Artindo Lima, Prof. Salvador Russo, Prof. Ataliba M. de Mello.
Curso primario — Prof. Amaury F. Dantas, Prof. Carlos José de Lemos e Prof. João Evangelista da Silveira.

SECÇÃO FEMININA : Curso primario e complementar— Prof. D. Leopoldina Flora de Vasconcellos, Prof. D. Adella de Freitas, e Prof. D. Opala Figueiró.

Curso nocturno

Para os moços, ha um curso nocturno que funciona das 7 ás 9 horas da noite, com aulas de Portuguez, Inglez, Francez, Mathematicas, Historia do Brasil e Geographia.

PROFESSORES : Amaury de Freitas Dantas e Salvador Russo.

O "Instituto Pestalozzi" prepara alumnos para exames de reservistas, na Escola Armada do estabelecimento. Com esses exames, os alumnos de 16 annos em diante, recebem cadernetas de reservistas do Exercito Nacional, ficando livres do sorteio militar.

Curso especial de musica

Aulas de piano, violino, flauta e outros instrumentos, facultativos aos alumnos.

Aula de solfejo e canto—Prof. Maestro Edmundo Ramalho.

Para mais informações, dirijam-se os interessados, no Instituto Pestalozzi, ao Director Professor Henrique Corrêas, das 14 ás 20 horas, todos os dias.

Peçam os prospectos á Secretaria do Instituto.

Campo Grande Matto Grosso

Fonte: MATO GROSSO, Jornal *Correio do Sul*, vol.27, 22 de janeiro de 1922, p.2.

A propaganda informa que o Instituto oferecia os cursos primário, complementar, secundário e do comércio.

municipalidade, passando por diferentes donos com as seguintes denominações: Gymnasio Pestalozzi e Gymnasio Municipal de Campo Grande. Cf. Sá; Barros, 2018, p. 199-210.

Em 1923, por meio do Decreto Federal 4.724A, os diplomas concedidos por instituições de ensino comercial são equiparados aos da Academia de Comércio do Rio de Janeiro, sendo tal equiparação um fator provável de expansão de cursos comerciais em Mato Grosso. E, em 1926, por meio do Decreto Federal 17329, foi definido o regulamento do ensino comercial, estabelecendo: a distribuição anual de matérias do curso geral e superior; três aulas de quarenta minutos de duração para cada uma das matérias; período letivo de pelo menos nove meses por ano; e, o programa de Caligrafia, Datilografia, Desenho geométrico, Mecanografia, Estenografia, Métodos de Classificação de Papéis e Sistemas de fichas e Práticas de Comércio, Português, Francês, Inglês, Matemática, Contabilidade geral, Contabilidade Comercial, Contabilidade Agrícola, Contabilidade Industrial, Contabilidade Bancária, Contabilidade Companhia de Seguros, Contabilidade Pública, Instrução Moral e Cívica, Geografia Política e Econômica, Geografia do Brasil, Álgebra, Desenho a mão livre aplicado ao comércio, Noções de Física, Química e História Natural, Complementos de Física, química e história natural aplicados ao comércio, Noções de Direito Constitucional, Noções de Direito Civil, Noções de Direito Comercial, Legislação de Fazenda e Aduaneira e Prática Jurídica, Noções de Merceologia e Tecnologia Merceológica.

O regulamento fixou ainda especificações para o exame de admissão: o candidato deveria ter no mínimo 12 anos e ser aprovado nas disciplinas de Português, Aritmética Prática, Elementos de Geografia Física e de Cosmografia, Noções Gerais de História do Brasil, Instrução Moral e Cívica, Desenho e Morfologia Geométrica. Já para se inscrever no curso superior o candidato deveria ter no mínimo 16 anos e possuir atestado de saúde e vacina e apresentação do diploma de curso geral, cursado em estabelecimento oficial ou equiparado.

O Jornal *A Tribuna* (1927, Nº 06023) de Mato Grosso publicou uma parte da legislação da Escola de Comercio de Corumbá, com as atribuições do pessoal administrativo. No mesmo jornal (1928, Nº 06183), em um anúncio do Gymnasio Municipal de Campo Grande, com equiparação prévia ao Colégio Pedro II⁴, encontra-se o anúncio de uma instituição particular, a Escola de Comercio de Campo Grande, organizada conforme o comunicado de acordo com o Decreto 17.329, de 28.05.1926. “Habilita alunos para guarda-livros e contadores. Os seus diplomas são oficialmente reconhecidos. Os guarda-livros práticos podem se habilitar com

⁴ O Collegio Pedro II era o estabelecimento de ensino secundário que servia de modelo a outras instituições. Iniciou suas atividades em março de 1838, com plano de estudos enciclopédico associando estudos clássicos e modernos. (NOLASCO, 2015, p. 104)

grandes facilidades”. Anunciava ainda os exames seriados – parcelados – de admissão ao Gymnasio e a Escola do Commercio.

Através do Decreto- Lei 1024, de 26 de setembro de 1929, o Presidente do Estado de Mato Grosso, Dr. Mario Corrêa da Costa oficializa o “Curso Commercial Antônio Corrêa, em Cuiabá, transformando-o em estabelecimento de ensino comercial do Estado, regulamentando-o e nomeando o respectivo pessoal docente e administrativo” (MATO GROSSO, DECRETO, 1929). Tal instituição foi regulamentada pelo Decreto 895, datado de 14 de janeiro de 1930⁵, dispondo em seus capítulos sobre seus fins, sobre a distribuição das cadeiras e das aulas, dos programas de ensino, do ano letivo e das férias, das aulas, das matrículas, dos exames trimestrais, anuais e de admissão, dos exames de segunda época, dos deveres dos alunos, dos diplomas. Dispõe ainda o Decreto sobre a constituição, deveres e direitos do corpo docente do curso comercial, da Congregação, do pessoal administrativo do curso, do diretor, do secretário, do porteiro servente e disposições gerais.

A finalidade do Curso Commercial Antonio Correa, conforme o Decreto, era de “ministrar instrução theorica e pratica a todos os que se destinarem à carreira do comércio, habilitando-os ao exercício dessa profissão”. (MATO GROSSO, Decreto, 1930). O curso era gratuito, destinado a ambos os sexos, com funcionamento no período noturno compreendendo as seguintes cadeiras: Português, Francês, Inglês, Geografia geral e do Brasil, História Universal e do Brasil, Aritmética, Álgebra até equação do 2º grau, Caligrafia, Datilografia, Escrituração Mercantil, Noções de Direito Civil e Comercial.

A instalação do Curso Commercial Antônio Corrêa marca o início da expansão do ensino comercial no estado de Mato Grosso, pois a partir dele foram estabelecidas normas que regulariam essa modalidade de ensino, em conformidade à legislação nacional.

1.2.1 Novos rumos para o ensino comercial com a reforma Francisco Campos

Getúlio Dornelles Vargas chega ao poder de forma provisória em 1930 e através de um golpe de Estado, em 1937, período conhecido como Estado Novo, mantém-se no poder. Seu governo possuía um perfil extremamente nacionalista, com um ideário direcionado à transformação do país em uma Pátria fortalecida, onde a população estivesse imbuída de um forte sentimento de

⁵ Encontra-se na Mensagem do Presidente de Estado Mario Corrêa da Costa à Assembleia Legislativa, em 13 de maio de 1928, a prestação de contas de subvenção destinada ao Instituto Commercial Antonio Corrêa, bem como a Escola Comercial de Corumbá. Em ambas as Mensagens são relatadas as respectivas subvenções.

Unidade Nacional. O Brasil viveu uma transição da posição de um país agrário-exportador à fase de um país de características urbano-industrial.

De acordo com intelectuais do período, o Brasil era carente de nacionalismo e de organização político-econômica. O Brasil de Vargas torna-se conhecido como Estado Desenvolvimentista, e atribui à educação papel essencial para que se atinja os objetivos delimitados pelo governo. Usava-se o argumento de que a educação e a instrução libertariam o povo brasileiro, pois para Vargas o número de pessoas iletradas constituía obstáculo ponderável ao desenvolvimento das atividades produtivas.

Formar um “homem novo” para um Estado Novo, conformar mentalidades e criar o sentimento de brasilidade, fortalecer a identidade do trabalhador, ou por outra, forjar uma identidade positiva no trabalhador brasileiro, tudo isso fazia parte de um grande empreendimento cultural e político para o sucesso do qual contava-se estrategicamente com a educação por sua capacidade universalmente reconhecida de socializar os indivíduos nos valores que as sociedades, através de seus segmentos organizados, querem ver internalizados. (BOMENY, PANDOLFI, 1999, p.139)

A partir desse período, os estados passam a ter nos seus cargos de mais alta confiança os Interventores Federais, nomeados por Getúlio Vargas. Na ocasião, Francisco Campos é chamado a ocupar a pasta recém-criada de Ministro da Educação e Saúde. Promulga, em 1931, vários decretos que compuseram a reforma educacional, estruturando e centralizando para a administração federal os cursos superiores, o ensino secundário e o ensino comercial (ensino médio profissionalizante), por meio do Decreto Nº 20.158.

Com a promulgação desse Decreto, o ensino comercial foi organizado e regulamentada a profissão de contador. O ensino comercial passou a ser oferecido na modalidade propedêutico, cursos técnicos de secretário, guarda-livros, administrador-vendedor, atuário e de perito-contador e, ainda, de um curso superior de administração e finanças. (BRASIL, Decreto, 1931, Art. 2º).

Em seu artigo 5º, o novo regulamento elenca as disciplinas a serem cursadas no curso propedêutico, bem como o que se esperava que o aluno aprendesse no decorrer da ministração dos cursos:

Quadro 3. Programa do Curso Propedêutico em Ensino Comercial

Primeiro ano	
Português	Leitura expressiva e explicada; gramática aplicada aos casos correntes; exercícios orais e escritos com o intuito de obter elocução perfeita, aquisição de vocabulário, exposição precisa do pensamento, prosódia, sintaxe e ortografia corretas; composição sobre temas da vida corrente e comercial (cartas,

	exposição requerimentos atas, descrições), evitados os assuntos de caráter meramente literário.
Francês	Método direto, conduzindo o aluno a pensar no próprio idioma estudado. Exercícios elementares de conversação e redação. Gramática aplicada aos casos ocorrentes. 3) Inglês: Método direto, conduzindo o aluno a pensar no próprio idioma estudado. Exercícios elementares de conversação e redação. Gramática aplicada aos casos ocorrentes
Matemática (Aritmética)	Teoria e prática, circunscrita somente ao cálculo aritmético, reservando-se a álgebra todo o cálculo de redação.
Geografia	Estudo circunscrito a generalidades predominando a noção de conjunto sobre a ideia de minúcia. Aspectos econômicos e correntes comerciais.
História da Civilização	Estudo circunscrito a generalidades, predominando a noção de conjunto sobre a ideia de minúcia. Mudança dos regimes e significação dos sistemas econômicos.
Segundo ano	
Português	Continuação do programa anterior, intensificando-se os exercícios de composição oral e escrita; exercícios de concordância, regência e colocação de pronomes
Francês	Continuação do programa anterior, intensificando-se os exercícios de composição oral e escrita, destinados à aquisição do vocabulário e a correção da pronúncia.
Inglês	Continuação do programa anterior, intensificando-se os exercícios de composição oral e escrita, destinados à aquisição do vocabulário e à correção da pronúncia.
Matemática	a) Aritmética: Teórica e prática; aplicação intensiva do cálculo aritmético a problemas que despertem interesse imediato; b) Álgebra: Até equações do 2º grau; logaritmos e suas principais aplicações.
Corografia do Brasil	Estudo circunscrito a generalidades, predominando a noção de conjunto sobre a ideia de minúcia. Zonas econômicas.
História do Brasil	Estudo circunscrito a generalidades, predominando a noção de conjunto sobre a ideia de minúcia. Evolução econômica do Brasil.
Terceiro ano	
Português	Intensificação do programa anterior, de modo que o aluno possa, ao termo dos estudos, não somente ler e escrever, mas falar com desembaraço e correção o idioma nacional.
Francês	Intensificação do programa anterior, com frequentes exercícios de conversação, para que o aluno possa utilizar fluentemente o idioma. Exercícios de tradução e versão. O ensino visará a linguagem corrente, a fim de que a compreensão dos alunos se torne facilmente acessível às publicações em língua estrangeira, que interessem ao comércio.
Inglês	Intensificação do programa anterior, com frequentes exercícios de conversação, para que o aluno possa utilizar fluentemente o idioma. Exercícios de tradução e versão. O ensino visará a

	língua corrente, a fim de que a compreensão dos alunos se torne facilmente acessível às publicações em língua estrangeira, que interessem ao comércio.
Matemática	Geometria plana e no espaço: resolução de problemas de utilidade na vida prática. Desenho geométrico.
Física, Química e História Natural	Estudo básico e em traços gerais; demonstrações práticas no gabinete, laboratório e museu.
Caligrafia	Tem por fim tornar a letra do aluno clara, uniforme e desembaraçada. Nos exercícios serão adotados o cursivo inglês, para os textos e o "ronde" francês para os títulos.

Fonte: BRASIL, Decreto, 1931, Capítulo II.

Por meio do Programa é possível perceber um currículo contendo dez disciplinas: 1) Português; 2) Francês; 3) Inglês; 4) Matemática; 5) Geografia; 6) Corografia do Brasil; 7) História da Civilização; 8) História do Brasil; 9) Noções de Física, Química e História Natural; 10) Caligrafia, organizado em três anos. Para ingresso ao curso propedêutico e de auxiliar de Comércio o candidato deveria ser aprovado no exame de admissão.

Os cursos técnicos teriam então suas disciplinas ofertadas de acordo com a área de atuação comercial ou profissional. Para realizar o curso comercial o aluno deveria obrigatoriamente ter concluído o curso propedêutico.

Eram ofertados 05 cursos técnicos, cada qual contemplando as especificidades da profissão: de secretário, guarda-livros, administrador-vendedor, atuário e de perito-contador. O Curso de secretário oferecia o seguinte programa:

1) Correspondência portuguesa, francesa e inglesa: Com os conhecimentos gerais, obtidos no curso geral propedêutico, das línguas portuguesa, francesa e inglesa, o aluno fará aplicação intensiva desses idiomas à prática comercial, de maneira que, como correspondente, reúna à precisão técnica a correção de linguagem. Ter-se-á em vista a aplicação dos idiomas estrangeiros a coisas e fatos brasileiros. **2) Noções de direito constitucional, civil e comercial:** Principais disposições da Constituição Federal. Conhecimento geral das matérias do Direito Civil e Comercial de mais importância para a vida prática. Crimes e contravenções que afetam o comércio. Prática jurídico-comercial. **3) Legislação fiscal:** Estudo especializado das leis e regulamentos fiscais, principalmente das tarifas aduaneiras; lei do selo, do imposto de consumo e sobre a renda e vendas mercantis. Exercícios práticos sobre a incidência das taxas, execução da escrita fiscal, declaração de rendas e manejo dos principais formulários. Será estudada em cada Estado e Município a respectiva legislação fiscal. **4) Organização de escritórios:** Moveis e utensílios adequados; guarda de livros e papéis; arquivo; divisão e métodos de trabalho. (Seguir o aparelhamento moderno dos escritórios, no sentido de sua eficiência para a realização e liquidação dos negócios.) **5) Estenografia:** Visa preparar o aluno a fazer, com facilidade, o apanhado de notas e ditados para a correspondência comercial. **6) Mecanografia:** a) datilografia, em máquinas dotadas de teclado universal. O aluno deverá ficar em condições de escrever corretamente e com agilidade, sem olhar para o teclado; b) conhecimento e manejo das máquinas destinadas aos trabalhos de escritório, notadamente das máquinas de

calcular, copiar, classificar, tabular, registrar, coleccionar e quaisquer outras de uso corrente. (BRASIL, Decreto, 1931, grifos da autora).

O curso de guarda-livros tinha suas disciplinas assim contempladas:

Primeiro ano

1) Contabilidade (Noções preliminares): Ensino teórico e prático. Exercícios de escrituração de um estabelecimento comercial, desenvolvendo-se tanto nos livros principais como nos auxiliares com aberturas, movimento e encerramento das respectivas operações. O programa terá em vista a completa coordenação de ideias com as demais cadeiras de contabilidade, no propósito de evitar secção de continuidade no método de ensino. Organização, arquivo e modelos de documentos de caixa. **2) Matemática comercial:** Compra e venda; percentagens; câmbio; juros e descontos simples. **3) Noções de direito comercial:** Principais disposições sobre ato de comércio, comerciantes e sociedades comerciais. Contratos e obrigações em geral. **4) Estenografia:** Visa preparar o aluno a fazer, com facilidade, o apanhado de notas e ditados para a correspondência comercial. **5) Meconografia:** a) Datilografia, em máquinas dotadas de teclado universal. O aluno deverá ficar em condições de escrever corretamente e com agilidade sem olhar para o teclado; b) conhecimento e manejo das principais máquinas de uso nos escritórios, dos mimeógrafos, duplicadores, das máquinas de calcular coleccionar, registrar e quaisquer outras de uso corrente.

Segundo ano

1) Contabilidade mercantil: Estado do inventário e do balanço; idem de casas com sucursais, tendo contabilidade centralizada na matriz ou contabilidade independente; idem de operações especiais comissões e consignações; participações, exportações com aplicação a determinados ramos do comércio regional; comércio a termo; importação; regimes aduaneiros, cálculos de faturas estrangeiras; idem das sociedades comerciais, de capital fixo e variável. **2) Matemática comercial:** Estudo complementar envolvendo questões de juros compostos, capitalização e amortização de empréstimos. **3) Legislações fiscal:** Estudo especializado das leis e regulamentos fiscais, principalmente das tarifas aduaneiras; leis do selo, do imposto de consumo e sobre a renda e vendas mercantis. Exercícios práticos sobre a incidência das taxas, execução da escrita fiscal, declarações de rendas e manejo dos principais formulários. Será estudada em cada Estado e Município a respectiva legislação fiscal. **4) Técnica comercial e processos de propaganda:** a) generalidades sobre o comércio, pessoas que nele interveem. Operações comerciais; cláusulas contratuais de compra e venda. Centros de negócios; bolsas, mercados e feiras, caixas de liquidação e garantia; armazéns gerais e entrepostos; documentos que emitem; b) meios correntes de publicidade. **5) Estenografia:** Prática intensiva do estudo anteriormente feito. **6) Mecanografia:** Exercícios continuados de datilografia e manejo das máquinas de cálculo, dos mimeógrafos, duplicadores etc. (BRASIL, Decreto, 1931, grifos da autora).

Ofertava-se no curso de Administrador-Vendedor:

Primeiro ano

1) Francês comercial: Estudo do idioma em sua aplicação especial ao comércio, visando especialmente habilitar o aluno a, no trato dos negócios, como viajante ou vendedor, dominar a língua estrangeira. Ter-se-á em vista a aplicação do idioma a coisas e fatos brasileiros. Expressões, termos e correspondência comerciais. **2) Inglês comercial:** Estudo do idioma em sua aplicação especial ao comércio, visando especialmente habilitar o aluno a, no trato dos negócios como viajante ou vendedor, dominar a língua estrangeira. Ter-se-á em vista a aplicação do idioma a coisas e fatos brasileiros. Expressões, termos e correspondência comerciais. **3) Matemática comercial:** Compra e venda; percentagens; juros; descontos; câmbio. **4) Merceologia e tecnologia merceológica:** Principais matérias primas utilizadas pela indústria.

Nomenclatura e origem dos diversos produtos minerais, vegetais e animais e respectiva utilização; mercados principais; estatística dos negócios realizados anualmente e preços correntes. Aspectos gerais e locais. **5) Desenho:** Aplicado ao comércio e à indústria, afim de servir de base às necessidades práticas de comerciante e do industrial e aos estudos relativos a anúncios, mostruários, croquis de tecidos e de marcas de fábricas e de comércio, etc. **6) Mecanografia:** a) datilografia, em máquinas dotadas de teclado universal. O aluno deverá ficar em condições de escrever corretamente e com agilidade, sem olhar para o teclado; b) conhecimento e manejo das máquinas destinadas aos trabalhos de escritórios, notadamente das máquinas de calcular, copiar, classificar, tabular, registrar, colecionar e quaisquer outras de uso corrente.

Segundo ano

1) Noções de Direito constitucional civil e comercial: Principais disposições da Constituição Federal. Conhecimento geral das matérias do direito civil e comercial de mais importância para a vida prática. Crimes e contravenções que afetam o comércio. Prática jurídico-comercial. **2) Economia Política e Finanças: Leis fundamentais:** descrição das instituições e relações comerciais, industriais e agrícolas. **3) Legislação fiscal:** Estudo especializado das leis e regulamentos fiscais, principalmente das tarifas aduaneiras: lei do selo, do imposto de consumo e sobre a renda e vendas mercantis. Exercícios práticos sobre a incidência das taxas, execução da escrita fiscal, declarações de rendas e manejo dos principais formulários. Será estudada em cada Estado e município a respectiva legislação fiscal. **4) Geografia econômica:** Conhecimentos dos principais portos e cidades de maior importância comercial; vias de comunicação marítimas, terrestres e aéreas que servem ao comércio universal; principais produtos de importação e exportação, e respectivos dados estatísticos mais recentes. **5) Técnica comercial e processos de propaganda:** a) preceitos da arte de vender, tendo como base a psicologia aplicada às operações comerciais. Procurar-se-á apurar e desenvolver as normas de cortesia e boas maneiras do aluno e despertar-lhe os dotes de sagacidade, prudência e tino mercantil. Noções prática sobre a origem e finalidade do comércio; agentes, operações e documentos comerciais; b) métodos de propaganda; preceitos que devem ser observados na sua aplicação e vantagens que proporciona às organizações comerciais e industriais. Exercícios frequentes de redação de anúncios estimulando os dotes de imaginação. (BRASIL, Decreto, 1931, grifos da autora)

Já no curso de Atuário, cujo período era de três anos, as disciplinas estavam assim distribuídas:

Primeiro ano

1) Contabilidade (Noções preliminares): Ensino teórico e prático. Exercícios de escrituração de um estabelecimento comercial, desenvolvendo-se tanto nos livros principais como nos auxiliares, com aberturas, movimento e encerramento das respectivas operações. O programa terá em vista a completa coordenação de ideias com as demais cadeiras de Contabilidade, no propósito de evitar solução de continuidade no método de ensino. Organizado, arquivo e modelos de documentos de caixa. **2) Matemática comercial:** compra e venda; percentagens; câmbio; juros e descontos simples. **3) Noções de Direito constitucional e civil:** Principais disposições da Constituição Federal; conhecimento geral das matérias do direito civil de mais importância para a vida prática. **4) Legislação fiscal:** Estudo especializado das leis e regulamentos fiscais, principalmente das tarifas aduaneiras; leis do selo, do imposto de consumo e sobre a renda e vendas mercantis. Exercícios práticos sobre a incidência das taxas, execução da escrita fiscal, declarações de rendas e manejo dos principais formulários. Será estudada em cada Estado e município a respectiva legislação fiscal. **5) Estereografia:** Visa preparar o aluno a fazer, com facilidade, o apanhado de notas e ditados para correspondência comercial, contratos, petições etc. **6) Mecanografia:** a) datilografia em máquinas dotadas de teclado universal. O aluno deverá ficar em condições de escrever corretamente e com agilidade, sem olhar

para o teclado; b) conhecimento e manejo das máquinas de calcular, dos mimeógrafos, duplicadores, máquinas de registrar, tabular, colecionar, e quaisquer outras de uso corrente.

Segundo ano

1) Contabilidade mercantil: Estudo do inventário e do balanço; idem das casas com sucursais, tendo contabilidade centralizada na matriz ou contabilidade independente; idem de operações especiais, comissões e consignações; participações; exportações com aplicação a determinados ramos do comércio regional; comércio a termo; importações, regimes aduaneiros, cálculo de faturas estrangeiras; idem das sociedades comerciais, de capital fixo e variável. **2) Matemática financeira:** Juros compostos, capitalização e amortização de empréstimos. Noções de cálculo diferencial e integral. Cálculo das diferenças finitas. **3) Noções de Direito comercial terrestre:** Ato de comércio. Comerciante e sociedades mercantis. Contratos e obrigações em geral. Noções de direito industrial. **4) Economia Política e Finanças:** Leis fundamentais; descrição das instituições e relações comerciais, industriais e agrícolas. **5) Merceologia e tecnologia merceológica:** Principais matérias primas utilizadas pela indústria. Nomenclatura e origem dos diversos produtos minerais, vegetais e animais e respectiva utilização; mercados principais; estatística dos negócios realizados anualmente e preços correntes. Aspectos gerais e locais. **6) Técnica comercial e processos de propaganda;** a) generalidades sobre o comércio; pessoas que nele interveem. Operações comerciais. Circulação de mercadorias. Centros de negócios: mercados e feiras; bolsas e caixas de liquidação e garantia; valores mobiliários; bancos e operações bancárias. Depósitos de mercadorias, armazéns, trapiches, entrepostos; armazéns das docas e armazéns gerais; documentos que emitem. Cláusulas contratuais de compra e venda; b) meios correntes de publicidade.

Terceiro ano

1) Contabilidade dos seguros: Orientação como a das demais cadeiras de contabilidade, mas em relação a uma companhia de seguros. **2) Cálculo atuarial:** Estatística e demografia. Cálculo das probabilidades. Sobrevivência e mortalidade. Rendas vitalícias. Usufruto e nua propriedade dos títulos. Notações atuariais. Tábuas de comutação. Seguro de vida. Seguros sociais. Reserva técnica. **3) Legislação de seguros:** Interpretação dos textos legais e sua aplicação. Casos práticos. **4) Estatística:** Em geral e sua aplicação à atuária. **5) Seminário econômico.** Complemento dos estudos de Economia Política e Finanças; com monografias obrigatórias sobre temas correlatos. (BRASIL, Decreto, 1931, grifos da autora).

O curso de perito-contador também praticava um currículo de três anos:

Primeiro ano

1) Contabilidade (noções preliminares): Ensino teórico e prático. Exercícios de escrituração de um estabelecimento comercial, desenvolvendo-se tanto nos livros principais como nos auxiliares, com aberturas, movimento e encerramento das respectivas operações. O programa terá em vista a completa coordenação de ideias com as demais cadeiras de Contabilidade, no propósito de evitar secção de continuidade no método de ensino. Organização, arquivo e modelos de documentos de caixa. **2) Matemática comercial:** Compra e venda, percentagens, câmbio, juros e descontos simples. **3) Noções de Direito constitucional e civil:** Principais disposições da Constituição Federal; conhecimento geral das matérias do direito civil de mais importância para a vida prática. **4) Legislação fiscal:** Estudo especializado das leis e regulamentos fiscais, principalmente das tarifas aduaneiras; leis do selo, do imposto de consumo e sobre a renda e vendas mercantis. Exercícios práticos sobre a incidência das taxas, execução da escrita fiscal, declarações de rendas e manejo dos principais formulários. Será estudada em cada Estado e município a respectiva legislação fiscal. **5) Estenografia:** Visa preparar o aluno a fazer, com facilidade, o apanhado de notas e ditados necessários à correspondência comercial, contratos, petições etc. **6) Mecanografia:** a) datilografia, em máquinas dotadas de teclado universal. O aluno deverá ficar em condições de escrever corretamente e com

agilidade, sem olhar para o teclado; b) conhecimento e manejo das máquinas de calcular, dos mimeógrafos, duplicadores, máquinas de registrar, tabular, colecionar e quaisquer outras de uso corrente.

Segundo ano

1) Contabilidade mercantil: Estudo do inventário e do balanço; idem de casas com sucursais, tendo contabilidade centralizada na matriz ou contabilidade independente; idem de operações especiais, comissões e consignações; participações, regimes aduaneiros, cálculo de faturas estrangeiras; idem das sociedades comerciais, de capital fixo e variável. **2) Matemática financeira:** Juros compostos, capitalização e amortização de empréstimos. Noções de cálculo diferencial e integral. Cálculo das diferenças finitas. **3) Noções de direito comercial terrestre;** Ato de comércio e sociedades mercantis. Contratos e obrigações em geral. Noções de direito industrial. **4) Merceologia e tecnologia merceológica:** Principais matérias primas utilizadas pela indústria. Nomenclatura e origem dos diversos produtos minerais, vegetais e animais e respectiva utilização; mercados principais, estatística dos negócios realizados anualmente e preços correntes. Aspectos gerais e locais. **5) Técnica comercial e processos de propaganda:** a) generalidades sobre o comércio; pessoas que nele interveem. Operações comerciais. Circulação de mercadorias. Centros de negócios: mercados, bolsas e feiras livres; caixas de liquidação e garantias; valores mobiliários; bancos e operações bancárias. Depósitos de mercadorias; armazéns, trapiches, entrepostos; armazéns das docas e armazéns gerais; documentos que emitem. Cláusulas contratuais de compra e venda; b) meios correntes de publicidade. **6) Economia Política e Finanças:** Leis fundamentais: descrição das instituições e relações comerciais, industriais e agrícolas.

Terceiro ano

Contabilidade industrial e agrícola: a) evolução industrial. Organização das *aziendas* industriais. Elementos do "custo industrial". A mão de obra e os gastos gerais de fabricação. Métodos de contabilização e verificação do custo industrial; b) estudo teórico e prático da contabilidade agrícola, conforme já esboçado em outras ramificações da contabilidade. Monografias sobre a contabilidade industrial e agrícola. **2) Contabilidade bancária:** Orientação idêntica à de outros ramos da contabilidade, mas em relação a um estabelecimento bancário. Organização, arquivo e modelos de documentos de caixa. **3) História do comércio, indústria e agricultura:** Estudo sucinto das diversas transformações por que passaram o comércio, a indústria e a agricultura desde os tempos antigos até os nossos dias. **4) Prática do processo civil e comercial:** Instituições e repartições comerciais. Feitura de escritos e documentos públicos e particulares. Contratos em geral. Procurações. Locação de serviços e de prédios. Certidões, traslados e públicas formas. Petições em geral. Perícia contábil. Concordatas e falências; exames e perícias dentro e fora delas. Quesitos complementares e suplementares. Laudo pericial. Noções gerais do juízo e do processo comercial e arbitral. Execução, sequestro, penhora e arrematação; adjudicação e remissão. Cobrança em inventário e em concurso de credores. **5) Seminário econômico:** Complemento dos estudos de Economia Política e Finanças, com monografias obrigatórias sobre temas correlatos. **6) Estatística:** Generalidades. Bases da estatística. Métodos empregados. Valor dos algarismos. Do absoluto e do relativo.

Média. Curvas de frequência. Utilidade dos gráficos. Cartogramas. (BRASIL, Decreto 1931, grifos da autora).

O Decreto 20.158, de 1931, também dispunha sobre um Curso Superior de Administração e Finanças, cujo currículo era assim organizado:

Primeiro ano

- 1) Contabilidade de transportes.
- 2) Matemática financeira.
- 3) Geografia econômica.

- 4) Direito constitucional e civil.
- 5) Economia Política.

Segundo ano

- 1) Contabilidade pública.
- 2) Finanças e Economia bancária.
- 3) Direito internacional comercial.
- 4) Ciência da administração.
- 5) Legislação consular.
- 6) Psicologia, lógica e ética.

Terceiro ano

- 1) Direito administrativo
- 2) Política comercial e regime aduaneiro comparado.
- 3) História econômica da América e fontes da riqueza nacional.
- 4) Direito industrial e operário.
- 5) Direito internacional - Diplomacia - História dos Tratados - Correspondência consular e diplomática.
- 6) Sociologia. (BRASIL, Decreto, 1931, grifos da autora).

Cabe também ressaltar a existência do curso de auxiliar do comércio, que abrangia matérias essencialmente técnicas, com período de duração de dois anos.

Primeiro ano

- 1) Português; conhecimentos gerais e redação.
- 2) Inglês: Método direto, com exercícios de redação e de conversação.
- 3) Aritmética: Somente prática e aplicada às operações comerciais.
- 4) Contabilidade (Noções preliminares): Principalmente a execução.
- 5) Aulas de: Caligrafia e datilografia.

Segundo ano

- 1) Português; redação comercial.
- 2) Inglês: Método direto, com exercícios de redação comercial e conversação.
- 3) Aritmética: Somente prática e aplicada às operações comerciais
- 4) Contabilidade mercantil: Principalmente a execução.
- 5) Aulas de datilografia: prática intensa de correspondência, tabelas, faturas etc. (BRASIL, Decreto, 1931, grifos da autora).

O curso complementar de auxiliar de comércio era um curso profissionalizante de caráter terminal, pois não permitia o acesso ao curso de nível superior de Administração e Finanças. Para ser admitido nesse curso, o aluno deveria se submeter e ser aprovado no exame de submissão, que constava das disciplinas de português, francês aritmética e geografia. Essa, segundo Leite (2005, p.96), foi uma de várias críticas relacionadas à falta de estruturação do curso comercial na Reforma Francisco Campos, uma vez que exigir a aprovação do possível aluno na disciplina de francês na prova de admissão, por exemplo, o que se contrapunha com a falta de oferta desta disciplina no curso primário.

Os alunos que frequentassem as aulas do propedêutico e o curso de auxiliar de comércio receberiam um diploma, bem como os que cursassem um dos cursos técnico comercial de acordo com a especialidade cursada. Os concluintes nos cursos técnicos para secretários, guarda-livros e administradores-vendedores, com duração de dois anos, não teriam

acesso ao ingresso em quaisquer cursos superiores, uma vez que se tratava de um curso profissionalizante terminal (LEITE, 2005, p. 93). Os diplomados no Curso para atuários e no curso de peritos-contadores, ambos com duração de três anos, poderiam ter acesso especificamente ao Curso Superior de Administração e Finanças. Para o aluno que cursasse o Curso Superior de Administração e Finanças, era concedido o diploma de Bacharel em Ciências Econômicas.

O Decreto previa também a regularização da profissão daqueles conhecidos como guarda-livros práticos mediante a exames de habilitação:

Art. 55. Os guarda-livros práticos, que já exerçam ou tenham exercício a profissão, para gozarem das prerrogativas deste decreto, deverão requerer ao superintendente do Ensino Comercial, dentro do prazo de um ano a contar da data da publicação deste decreto, submetidos a exames de habilitação. (BRASIL, DECRETO, 1931, Art. 55)

Tais exames constavam de provas escritas e orais de português, contabilidade mercantil, matemática comercial e noções de legislação comercial. “Essas provas serão prestadas perante uma comissão composta de três docentes do estabelecimento designado pelo superintendente do Ensino Comercial para levá-los a efeito.” (BRASIL, DECRETO, 1931).

No ano de 1932, através do Decreto nº 21033, são estabelecidas novas condições para o registro de contadores e guarda-livros:

Art. 1º Nenhum livro ou documento de contabilidade previsto pelo Código Comercial, pela Lei de falências e por quaisquer outras leis, terá efeito jurídico ou administrativo se não estiver assinado por atuário, perito-contador, contador ou guarda-livros devidamente registrado na Superintendência do Ensino Comercial, de acordo com o art. 53 do decreto n. 20.158, de 80 de junho de 1931. (BRASIL, Decreto, 1932, Art 1º).

Pode-se assim notar que a profissão estava regulamentada, e os documentos referentes a constituição, manutenção ou encerramento de empresas não teriam valor jurídico ou administrativo se não estivessem devidamente assinados por profissional qualificado e devidamente registrado em órgão competente.

Nesse período no estado de Mato Grosso é publicado o Decreto n. 895, de 14 de janeiro de 1930, que regulamenta o “Curso Commercial Antônio Corrêa”, dispondo em seus capítulos sobre seus fins, da distribuição das cadeiras e das aulas, dos programas de ensino, do ano letivo e das férias, das aulas, das matrículas, dos exames trimestrais, anuais e de admissão, dos exames de segunda época, dos deveres dos alunos, dos diplomas. Dispõe ainda o Decreto sobre a constituição, deveres e direitos do corpo docente do curso comercial, da Congregação, do pessoal administrativo do curso, do diretor, do secretário, do porteiro servente e disposições

gerais. Este curso estava adequado à legislação federal, neste período ocorreu a Reforma Francisco Campos, e perdurou até a criação da Escola Técnica Comercial de Cuiabá, que ocorre em 1945, já no âmbito da Reforma Capanema, que trataremos no próximo capítulo.

Na edição de número 521 do Jornal O Estado de Mato Grosso, em 1932, encontramos a seguinte nota do Sindicato dos Contadores e Guarda-livros de Cuiabá:

Decr. 21.033 de 8/2/1932 art.1.º: Nenhum livro de contabilidade previsto pelo Cód. Comercial, pela Lei de falência ou por quaisquer outras leis terá efeito jurídico ou administrativo si não estiver assinado por atuário, perito contador, contador ou guarda-livros devidamente registrado na Super. Do Ensino Comercial, de acordo com o art. 53 do decreto 20.158, de 30 de junho de 1931. SINDICATO DOS CONTADORES E G. LIVROS DE CUIABÁ (MATO GROSSO, *JORNAL O ESTADO DE MATO GROSSO*, ED.521, 1932).

Pode-se inferir que tal posicionamento adequava-se às normas estabelecidas pelos Decretos Federais, valorizando e salvaguardando o exercício da profissão de atuário, perito-contador, contador ou guarda-livros.

Em 1934 Gustavo Capanema assumiu a pasta do Ministério da Educação e Saúde e, com isso, novas normativas ao Ensino Comercial são instauradas como veremos no capítulo a seguir.

CAPÍTULO II AS REFORMAS EDUCACIONAIS PARA O ENSINO COMERCIAL

Neste capítulo será abordada a legislação que norteou a organização e funcionamento das escolas do comércio no país, e, como tais legislações foram *apropriadas* (CHARTIER, 1991) pelos governantes de Mato Grosso e materializadas na criação e regulamentação da Escola Técnica do Comércio de Cuiabá.

2.1 A Lei Orgânica do Comércio – Reforma Capanema

O Ministro Gustavo Capanema, que esteve à frente do Ministério de Educação e Saúde de 1934 a 1945, durante a Era Vargas, reestruturou novamente o ensino comercial do país por meio do Decreto-Lei n. 6141, de 28 de dezembro de 1943. A Lei Orgânica do Ensino Comercial desdobrou essa modalidade em dois ciclos: o Curso Comercial básico com duração de quatro anos e o os cursos comerciais técnicos, com duração de três anos. Na Exposição de Motivos referente ao Decreto-Lei, Gustavo Capanema discorre que:

[...] a reforma, decretada em 1931 pelo Governo Provisório, deu um novo e importante passo. Comunicou ao sistema existente o sentido das exigências modernas, discriminando várias modalidades de cursos que pudessem atender ao desenvolvimento do comércio e dos negócios administrativos de ordem pública e privada em nosso país. Essa discriminação, possibilitando uma orientação profissional mais precisa, permitiu a constituição de currículos menos pesados e, portanto, mais exequíveis. (BRASIL, Exposição de Motivos, 1943, s/p).

O Ministro aborda em sua exposição de motivos que após doze anos de experiências, tornaram-se aconselháveis algumas revisões na matéria; revisões essas motivadas pelo próprio progresso do ensino comercial. Os estabelecimentos de ensino comercial oficialmente reconhecidos passaram de 83 unidades, no ano de 1931, para 304 unidades no ano de 1943. O número de alunos matriculados, de forma semelhante, teve um acréscimo de 460 %, passando de 12.500 alunos, no ano de 1931, para cerca de 70.000 alunos, em 1943.

“O ensino comercial é definido como o ramo de ensino de segundo grau destinado a preparação dos candidatos ao exercício de determinadas funções específicas do comércio e de funções administrativas gerais no serviço público e nas empresas particulares” (BRASIL, Exposição de Motivos, 1943, s/p). Essa afirmação é reiterada a seguir, quando na fala continuada na exposição de motivos, é abordada a questão de não haver, na estrutura curricular

do curso, matéria das ciências econômicas e administrativas, pois essas destinavam-se ao ensino superior, e o ensino comercial é considerado como ensino de segundo grau⁶.

Capanema expõe ainda um *certo nível* de articulação do ensino comercial com outros ramos de ensino:

É o ensino comercial, do mesmo modo que o ensino industrial e o ensino agrícola, concebido como um ramo de ensino profissional do sector de ensino de segundo grau, abrangendo dois ciclos.

Assim definido e delineado, articula-se o ensino comercial, em primeiro lugar, com o ensino primário, cuja preparação é considerada necessária, mas também suficiente ao ingresso no curso de primeiro ciclo, isto é, no curso comercial básico, dispensando-se o expediente, certamente antipedagógico, de um curso de admissão.

Articula-se ainda com o curso ginásial (primeiro ciclo do ensino secundário) e com o curso normal de primeiro ciclo. A conclusão tanto de um como de outro habilitará ao ingresso em qualquer dos cursos de segundo ciclo ou cursos comerciais técnicos: o de comércio e propaganda, o de administração, o de contabilidade, o de estatística e o de secretariado.

Finalmente, o ensino comercial se articula com o ensino superior, pelo direito que é atribuído aos que concluírem qualquer dos cursos comerciais técnicos de ingressar em curso de ensino superior relacionado com os estudos de segundo ciclo concluídos. (BRASIL, Exposição de Motivos, 1943, s/p.)

Segundo Silva (1959), não se pode negar que foi na lei Capanema que se considerou, primariamente, o problema da articulação de vários ramos do “ensino médio”⁷. Pois,

O conjunto dessas leis, estabelecendo o paralelismo da divisão em ciclos de todos esses ensinos, deu uma solução ao problema de articulação do primeiro ciclo do ensino secundário – o curso ginásial – com os segundos ciclos dos demais ensinos, a qualquer dos quais o primeiro dava acesso. (SILVA, 1959, p. 317-318).

Mas tal solução, para o autor, era de natureza apenas formal, e apesar da aparência de simetria, o curso secundário detinha posição privilegiada. As leis orgânicas partiam do pressuposto da especificidade de cada um dos ramos do ensino médio: o secundário, o normal, o comercial e o agrícola. Apesar de classificar o curso comercial como ensino de segundo grau, o direito a prestação do exame para o ingresso no ensino superior era possível de forma restrita, uma vez que o estudante só poderia se candidatar ao Curso Superior de Ciências Contábeis e Atuariais, e o de Ciências Econômicas e Financeiras. Outros cursos do ensino superior eram destinados aos alunos egressos do ensino secundário.

⁶ As Leis Orgânicas do ensino, ou Reforma Capanema trazia os ensinos secundário, comercial, industrial, agrícola e normal como ramos do ensino de segundo grau.

⁷ O autor aborda que “[...] o ensino secundário é aquele ramo do ensino médio que, nos últimos anos, experimentou maior tendência expansiva. Em comparação com êle, os outros ramos desse nível de ensino – o industrial, o comercial, o agrícola, o normal [...]”. (SILVA, 1959, P.63). Assim, o autor considera o nível médio como o conjunto desses ramos de ensino.

A Lei Orgânica do Ensino veio integrar, de forma definitiva, o ensino comercial ao sistema escolar brasileiro, ainda que somente no âmbito legal, no mesmo nível que o ensino secundário (WEREBE, 1970). Até esse período os cursos técnicos se caracterizavam por uma acentuação na profissionalização, porém, a partir da Lei Orgânica, o primeiro ciclo do curso recebeu a inclusão de um maior número de disciplinas de cultura geral, representando um primeiro passo para que esse nivelamento ocorresse. Substanciais alterações ocorrem na estrutura e funcionamentos dos cursos, no entanto somente com a Lei de Diretrizes Básicas de 1961 é que de fato tal equiparação aconteceu.

Existiam nesse período dois tipos de estabelecimentos de ensino comercial: as escolas comerciais e as escolas técnicas de comércio. As escolas comerciais eram aptas a oferecer o curso comercial básico, e as escolas técnicas do comércio ofereciam um ou mais cursos comerciais técnicos, podendo ministrar também o curso comercial básico. Capanema dividiu as disciplinas do Ensino Comercial em duas ordens: as disciplinas de cultura geral e as disciplinas técnicas, sendo ainda incluídas duas práticas educativas, como a educação física e o canto orfeônico.

Os cursos de formação estavam estruturados em dois ciclos. No primeiro ciclo havia o curso comercial básico. Estruturalmente correspondia ao curso ginásial do ensino secundário, e, basicamente, formava auxiliares de escritório e se tratava de um curso de acesso para o aluno que desejasse dar continuidade em seus estudos em quaisquer um dos cinco cursos comerciais ofertados.

Quadro 4. Currículo do Curso comercial básico

Séries	Disciplinas
1 ^a	Português, Francês, Matemática, Geografia Geral, Caligrafia e Desenho.
2 ^a	Português, Francês, Inglês, Matemática, Geografia Geral, História Geral, Datilografia e Estenografia.
3 ^a	Português, Francês, Inglês, Matemática, Ciências Naturais, Geografia do Brasil, História Geral, Datilografia e Estenografia.
4 ^a	Português, Francês, Inglês, Matemática, Ciências Naturais, História do Brasil, Escrituração Mercantil e Prática de Escritório.

Fonte: LEITE (2005)

Este curso propiciava aos seus concluintes, cultura geral e formação técnica, dando aos alunos que o cursassem diploma de auxiliar de escritório.

Cinco cursos de formação compunham o segundo ciclo do ensino comercial: o Curso de comércio e propaganda, o Curso de administração, o Curso de contabilidade, Curso de estatística e Curso de secretário.

O curso de comércio e propaganda substituiu o curso de administrador-vendedor, e tinha por objetivo preparar seus alunos para o efetivo exercício da profissão, realizando atividades e operações de comércio em diversas modalidades. O argumento para a criação do curso de administração, foi o de que:

O grande adiantamento a que, em nosso país, chegou nos últimos anos a organização administrativa, tanto nas empresas particulares como sobretudo nos serviços públicos federal, estadual e municipal, tornou maior a necessidade de uma preparação metódica dos que pretendem exercer qualquer das modalidades de funções administrativas gerais. (BRASIL, Exposição de Motivos, 1943, s/p).

Quanto ao curso de contador, anteriormente denominado de Curso de guarda-livros, compunha-se pela seguinte grade:

Quadro 5. Currículo do Curso de Guarda-Livros

Série	Disciplinas
1 ^a	Português, Francês ou Inglês, Matemática, Física e Química, Contabilidade Geral, Mecanografia e Elementos de Economia.
2 ^a	Português, Francês ou Inglês, Matemática, Biologia, Organização e Técnica Comercial, Contabilidade Comercial, Merceologia, Prática Jurídica Geral e Comercial.
3 ^a	Português, Geografia Humana do Brasil, História Administrativa e Econômica do Brasil, Elementos de Estatística, Contabilidade Industrial, Contabilidade bancária, Contabilidade Pública e Prática Jurídica Geral e Comercial.

Fonte: LEITE (2005)

Ainda havia nos cursos de formação a oferta do curso de estatística, que foi instituído para atender as necessidades das empresas públicas e privadas:

[...] em vista da extensão e aperfeiçoamento que vieram a ter os nossos serviços estatísticos, tanto públicos como particulares, já não é bastante que a estatística se estude apenas como uma disciplina constitutiva de determinados cursos do ensino de segundo grau ou do ensino superior. A instituição de um curso específico se apresenta como necessária solução. (BRASIL, Exposição de Motivos, 1943, s/p).

E, também, o curso de secretário, que teve sua estrutura ampliada. Sua duração foi alterada de um para três anos. A Escola de Comércio Álvares Penteado ofertou um curso de Secretariado exclusivamente feminino, que continha as seguintes disciplinas:

Quadro 6. Currículo do Curso de Secretariado da Escola do Comércio Álvares Penteado

Séries	Disciplinas
1 ^a	Português, Francês, Inglês, Matemática, Física e Química, Datilografia, Estenografia, Elementos de Contabilidade.
2 ^a	Português, Francês, Inglês, Matemática, Biologia, Estenografia, Mecanografia, Biblioteconomia e Arquivista.
3 ^a	Português, Inglês, Geografia Humana do Brasil, História Econômica do Brasil, Organização e Técnica Comercial, Estudos Sociais, Direito Usual, Psicologia das Relações Humanas.

Fonte: Fazoli Filho (1992, p.56)

Além desses cursos, a Lei Orgânica do Ensino Comercial previa, também, os cursos de continuação e ainda os cursos de aperfeiçoamento. Os cursos de continuação, que faziam parte do primeiro ciclo, prestavam-se a habilitação de profissionais que pudessem exercer as funções mais simples do comércio e da administração. Já os cursos de aperfeiçoamento tinham a “[...] finalidade de proporcionar a ampliação ou elevação dos conhecimentos e capacidade técnica dos profissionais diplomados” (BRASIL, Decreto-Lei, 1943, art. 7º). Os cursos de aperfeiçoamento poderiam ser ofertados nos dois ciclos do ensino comercial.

No ano de 1946, através dos Decretos-leis nº 8621 e nº 8622, é criado o SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, que devia ser mantido pela Confederação Nacional do Comércio, funcionando paralelamente ao ensino oficial, e conceder bolsas de estudo aos alunos. Seus principais objetivos eram:

- Organizar e manter cursos práticos e de especialização para empregados adultos;
- Orientar e selecionar comerciários;
- Conceder bolsas para prosseguimento de estudos, aperfeiçoamento ou especialização profissional, a empregados no comércio que demonstrassem excepcional valor;
- Colaborar na difusão e no aperfeiçoamento do ensino comercial de formação e do ensino imediato que com ele se relacionasse;
- Contribuir para o desenvolvimento de pesquisas tecnológicas de interesse do comércio. (SILVA,2005, p. 115).

Tais escolas de aprendizagem comercial deveriam manter ainda cursos de continuação para os adultos que não tivessem tido acesso a escolarização. Em seu artigo 3º, o Decreto-Lei que via também que o Senac deveria:

[...] também colaborar na obra de difusão e aperfeiçoamento do ensino comercial de formação e do ensino imediato que com ele se relacionar diretamente, para o que promoverá os acórdos necessários, especialmente com estabelecimentos de ensino comercial reconhecidos pelo Governo Federal, exigindo sempre, em troca do auxílio financeiro que der, melhoria do aparelhamento escolar e determinado número de matrículas gratuitas para comerciários, seus filhos, ou estudantes a que provadamente faltarem os recursos necessários. (BRASIL, Decreto-Lei 8621, 1946).

Foram criados vários cursos paralelos através do Senac, a fim de treinar os alunos para executar atividades específicas, como: auxiliar de escritório e de contabilidade.

2.2 O ensino comercial em Mato Grosso na vigência do Decreto-Lei n. 6141/43

Em Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso, o curso de guarda-livros foi criado pelo Decreto Estadual nº 112 de 1937, localizado anexo ao Liceu Cuiabano e existiu até o ano de 1944, quando passou a denominar-se Escola Técnica do Comércio, consoante o Decreto-Lei estadual n.º 694, de 29 de setembro daquele ano, sendo o seu regulamento baixado a 14 de setembro de 1946, com o Decreto n.º 146 (MARCÍLIO, 1963).

O Ensino Comercial funcionaria em três anos e para ser admitido no curso era necessário ter concluído o curso comercial básico ou o 1º ciclo dos cursos secundário ou normal. Após a conclusão do curso o aluno receberia o diploma de técnico em contabilidade. “O Ensino Comercial já então havia sido regulamentado pelo Decreto-Lei nº 450, de 14 de julho de 1942, passando a obedecer a legislação federal contida nos Decretos-Leis, nº 6.161 e nº 6162.” (MARCÍLIO, 1963, p.201).

Em edição publicada no dia 27 de fevereiro de 1942, o Jornal *O Estado de Mato Grosso* publica instruções para o ingresso no Curso Comercial:

De acordo com o Sr. Diretor, devidamente autorizado pelo Exmo. Secretário Geral do Estado, acha-se aberta nesta Repartição a inscrição á matrícula ao Curso Comercial desta cidade, até o dia 1º de março. Os candidatos deverão apresentar suas petições, seladas com 3\$200 de sêlos estaduais, acompanhados dos seguintes documentos:

- a) Recibo da taxa de inscrição
- b) Certificados de aprovação da 5ª série do curso fundamental, ou do 3º ano do curso propedêutico, realizados em Estabelecimentos de Ensino Comercial e Ginásial sob inspeção federal;
- c) Atestado de identidade e de idoneidade moral, compreendendo-se como tais, além dos documentos para esse fim expedidos pelas Repartições Oficiais, os firmados por pessoa de comprovada idoneidade moral, a juízo do Inspetor Federal;
- d) Atestado de sanidade.

Secretaria do Liceu Cuiabano, 21 de Fevereiro de 1942.

Alberto Divino da Silva

Secretário (MATO GROSSO, *JORNAL O ESTADO DE MATO GROSSO (MT)*, 1942, p.1, ed. 00674).

Doravante, importantes implantações foram efetivadas. Em 1946, o Presidente Eurico Gaspar Dutra cria, através do Decreto-Lei nº. 9.295, o Conselho Federal de Contabilidade, e ainda estabelece medidas de garantias as classes de contador e guarda-livros. O Conselho Federal exerce, através dos Conselhos Regionais, “ação fiscalizadora do exercício da profissão,

colabora com os Governos Estaduais e Repartições Federais em tudo que, relacionado com a Ciência Contábil, for condizente ao interesse coletivo e bem geral.” (ECHEVERRIA, 2006, p.211).

A instalação em Mato Grosso do Conselho Regional de Contabilidade se dá em 25 de novembro de 1947, e trata-se do primeiro Conselho implantado na Região Centro-Oeste. Este teve como seu primeiro presidente Aecim Tocantins, contador cuiabano formado na cidade do Rio de Janeiro.

No ano de 1947, através da Lei n. 55, de 22.10, o Governador do Estado criou uma Escola Técnica do Comércio na cidade de Corumbá, que funcionaria em horário diferente, no prédio do Ginásio Maria Leite. A escola funcionou em período noturno, utilizando os móveis e os gabinetes de física e química da instituição. Em 17 de janeiro de 1949 é instalada em Corumbá a Comissão Especial de Fiscalização, e já existia na cidade a Associação Profissional dos Contabilistas (ECHEVERRIA, 2006).

Marcílio (1963) relatou ainda a existência de outras instituições de ensino comercial no Estado, como a Escola Técnica de Comércio “Carlos de Carvalho”, e a Escola Técnica de Comércio “Nossa Senhora Auxiliadora”, ambas estabelecidas na cidade de Campo Grande, e a Escola Técnica de Comércio de Três Lagoas, na cidade de mesmo nome. Essas escolas eram instituições privadas, uma vez que em nenhum relatório estadual ou, ainda, nas mensagens dos governadores se relata a existência de alguma delas. Na obra de Echeverria (2006) há referência à correspondência enviada por Aecim Tocantins ao membro da comissão de festas da turma de Técnicos em Contabilidade em 1949 da Escola Técnica de Comércio Carlos de Carvalho, na cidade de Campo Grande.

Em mensagem à Assembleia Legislativa proferida pelo Governador de Estado por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951, o dirigente de estado relata a existência das Escolas Técnicas de Comércio da capital Cuiabá e da cidade de Corumbá. No ano de 1957, em mensagem apresentada pelo Governador de Estado João Ponce de Arruda, por ocasião da abertura da sessão legislativa, é confirmada a existência de duas Escolas Técnicas do Comércio mantidas pelo Estado.

No ano de 1959 observamos o relato do Governador em sua mensagem apresentada a Assembleia legislativa informando que a Escola Técnica do Comércio de Três Lagoas, encampada em virtude da lei 1018 A, de 07 de dezembro de 1957, funcionou desde o ano de 1958 sob a direção do Estado. O Governador menciona ainda, em sua mensagem, que “os estabelecimentos de ensino secundário normal e comercial receberam e continuam a receber os

necessários equipamentos, enquadrando-se na legislação federal [...]” (MATO GROSSO, MENSAGEM, 1959). Efetivamente, o Decreto nº 426 A, de 23 de abril de 1958 especifica a encampação da Escola Técnica de Três Lagoas, sob a indenização de “duzentos mil cruzeiros” aos seus proprietários.

A cidade de Três Lagoas, conforme Mendonça (1973), tratava-se, no início do século XX, de uma cidade nova que recebeu a estrada de ferro Noroeste do Brasil. Afluíam para essa cidade pessoas de toda parte. A cidade se desenvolveu rapidamente, e, ainda, por ser vizinha ao estado de São Paulo, mantinha contatos comerciais com essa praça, e ainda com o estado do Rio de Janeiro. Essa pode ter sido a razão da abertura de mais uma Escola Técnica do Comércio acampada pelo Estado naquela região. Neste contexto de expansão sócio econômica que ocorria em Mato Grosso e em todo o país é que se desenvolve o ensino comercial no período.

2.3 A profissão de guarda-livros e contador no Estado de Mato Grosso

A profissão de guarda-livros era estimada no Estado de Mato Grosso, sendo que nos periódicos do período foram encontradas muitas referências às pessoas que a exerciam, mencionando-se sempre com alta estima a presença desses profissionais, bem como suas viagens, idas e retornos. O jornal A Cruz, em sua edição de número 935, do ano de 1930, traz uma nota a respeito: “De regresso do Rio de Janeiro, via terrestre, acompanhado de sua exma. Esposa, acha-se nessa capital o competente guarda-livro sr. Manoel Cuiabano” (A CRUZ, 1930). Em edição posterior do mesmo jornal é noticiada a viagem, a vapor com destino ao Rio de Janeiro, do Sr. Deogracias Molias, competente guarda-livros da capital.

O “Programma de Curso Commercial de Guarda-livros” pode ser lido detalhadamente na Edição de número 2301, de 09 de abril de 1933, do Jornal O Matto-Grosso, com o currículo a ser cursado no 1º e 2º ano:

Quadro 7. Programa do Curso Commercial de Guarda-Livros

ANO	DISCIPLINA	
1º ANO	1- Contabilidade	Noções preliminares: ensino teórico e prático, exercícios de escrituração comercial, desenvolvendo-se tanto nos livros principais como nos auxiliares, com abertura, movimento e encerramento das respectivas operações. O programa terá em vista a completa coordenação das ideias, com demais cadeiras de contabilidade, no propósito de evitar seção de continuidade no

		método de ensino. Organização, Arquivo e modelos de documentos de Caixa.
	2 – Matemática Comercial	Compra e venda; porcentagens; câmbio, juros e descontos simples.
	3 – Noções de Direito Comercial	Principais disposições sobre atos do comércio, comerciantes e sociedades comerciais; contratos e obrigações em geral.
	4 – Stenografia	Visa preparar o aluno a fazer com facilidade o apanhado de notas e ditados para a correspondência comercial;
	5 – Mecanografia	a - Datilografia em máquinas dotadas de teclado universal. O aluno deverá ficar em condições de escrever corretamente e com agilidade sem olhar para o teclado. b- Conhecimento e manejo das principais máquinas de uso dos escritórios, dos mimeógrafos, duplicadores, das máquinas de calcular, colecionar, registrar e quaisquer outros de uso corrente.
2º ANO	1 – Contabilidade Mercantil	Estudo do inventário e do balanço; Idem de casas com sucursais, tendo contabilidade centralizada de matriz ou contabilidade Independente; Idem de operações especiais, comissões e consignações; participações; exportações com aplicação à determinados ramos do comércio regional, comércio a termo, importação, regimes aduaneiros; cálculos de faturas estrangeiras; idem de sociedades comerciais de capital fixo e variável.
	2 – Matemática Comercial	Estudo complementar envolvendo questões de juros compostos, capitalização e amortizações de empréstimos.
	3 – Legislação Fiscal	Estudos especializados das leis e regulamentos fiscais, principalmente das tarifas aduaneiras, Lei do selo, impostos de consumo e sobre a renda e vendas mercantis. Exercícios práticos sobre a incidência de taxas, execução de escrita fiscal, declarações de renda e manejo dos principais formulários. Será estudada em cada estado e município a respectiva legislação fiscal.
	4 - Técnica Comercial	Processo de propaganda: a – Generalidade sobre o comércio, pessoas que nele intervém. Operações comerciais, cláusulas contratuais de compra e venda. Centro de negócios: bolsas, mercados e feiras, caixas de liquidação e garantia; armazéns gerais e antepastos; documentos que emitem;

		b – meios correntes de publicidade. As <i>mails order houses</i> e os <i>fellow up system</i> .
	5 – Stenografia	Prática intensiva do estudo anterior feito.
	6 -Mecanografia	Exercícios continuados de datilografia e manejos de máquinas de cálculos, de mimeógrafos, duplicadores etc.

Fonte: Jornal O Matto-Grosso, organizado pela autora.

O exercício da profissão avança em Cuiabá, e, em 1937, é instalado na capital o “Syndicato dos Contadores e Guarda-livros de Cuiabá”. Tal entidade tinha à frente, segundo nota do Jornal A Cruz em sua edição de número 01312 do referido ano, como presidente p Sr. Manoel Cuiabano, e como secretária a senhorinha Clarice Freitas de Lima. O Sindicato foi instalado no dia 16 de setembro de 1937, e reconhecido pelo Ministério do Trabalho, em 06 de outubro do mesmo ano (*A CRUZ*, 1937, p. 3, n. 01312).

As funções dos guarda-livros, amplamente difundidas nas regulamentações da profissão, podem ser observadas, por exemplo, em um exemplar do jornal O Estado de Mato Grosso, onde através de anúncio do Escritório Técnico Comercial, é oferecido o serviço de guarda-livros do profissional Afonso Pinto Duarte, com a descrição dos serviços oferecidos:

Incube-se de redação e confecção de contrátos e distratos de sociedades mercantis, registro de firmas e arquivamento de contrátos, abertura e regularização de escritas, confecção de balanços, defesas fiscais, declaração de imposto sobre rendas, confecção de cartas, requerimentos e de qualquer outro serviço concernente à sua profissão. Trabalho rápido e esmerado. – Praça da República, 20 – Cuiabá. (*O ESTADO DE MATO GROSSO (MT)*, 1941, p.6, ed. 00470).

Em Cuiabá, no ano de 1941 o Sindicato dos Contadores e Guarda-livros conclamaram uma assembleia geral a fim de discutirem a definição de uma Tabela de preços a se observar na prestação de serviços pelos profissionais.

São convidados os senhores contabilistas a se reunirem hoje, sábado, em nossa Séde pelas 19,3 horas, a fim de constituirem a Assembleia Geral que discutirá aprovação imediata, o Tabelamento de preços de serviços profissionais da nossa Classe. Cuiabá, 24 de Maio de 1941. Acyndino Brasil, Presidente. (*O ESTADO DE MATO GROSSO*, 1941, ed. 00487).

A Assembleia geral logra êxito, uma vez que na edição N. 00546 do mesmo jornal é publicado o Tabelamento provisório para a cobrança dos serviços profissionais, aprovado em sessão de assembleia geral extraordinária realizada a 24 de maio de 1941:

Artigo I – Os serviços profissionais da classe serão cobrados a critério de cada profissional, não podendo, entretanto, ser adotado o preço inferior ao taxado nesta tabela.

Artigo II – Os serviços, para efeito de sua cobrança, serão classificados em duas categorias: Ordinário e Extraordinário.

Artigo III- Os serviços ordinários serão cobrados da seguinte forma:

- a) O profissional tendo a seu cargo escrita mercantil e a fiscal, ou apenas a mercantil deverá perceber um salário mensal correspondente a *cinco mil réis* por hora de trabalho não podendo esse salário, em hipótese nenhuma, ser inferior a *cento e cinquenta mil réis* mensais, desde que o capital do estabelecimento seja inferior a *cincoenta contos de réis*, adotando-se o salário mínimo de *duzentos mil réis* quando o capital seja superior a *cincoenta contos de réis*.
- b) O profissional que tiver a seu cargo a escrita fiscal de vendas e consignações, deverá perceber um salário *cincoenta mil réis* mensais, devendo cobrar mais *vinte mil réis* por livro fiscal excedente;

Artigo IV – Os serviços extraordinários serão cobrados da seguinte forma:

- a) – Cancelamento de registro de firma de Inspetoria Comercial 50\$000
- b) – Castas comerciais, cada 5\$000
- c) – Contratos ou distratos mercantis, inclusive arquivamentos na Inspetoria Comercial, meio por cento sobre o capital, não podendo essa remuneração ser inferior a *cento e cinquenta mil réis*;
- d) – Registro de firma e legalização de livros 100\$000
- e) - Abertura de escrita mercantil:

- | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|
| Firma individual | 100\$000 |
| Firma social | 250\$000 |
| f) – Legalização de livros fiscais, firma nova | 50\$000 |
| g) – Requerimentos a repartições públicas | 10\$000 |
| h) – Defesa ou recurso fiscal, 20% do valor da multa | |
| i) – Declaração do imposto de renda, para pessoa física ou jurídica | 20\$000 |
| j) – Assinatura de balanços, depois de verificada a exatidão da escrita o valor correspondente a um mês de ordenado calculado de acordo com a alínea e do artigo III. | |

Artigo V – Os casos omissos serão estudados e resolvidos pelo Sindicato.

Cuiabá, 24 de Maio de 1941. Acindino Brasil, Presidente. (*O ESTADO DE MATO GROSSO*, p.5-6, ed. 00546, de 30.08.1941).

Podemos observar que o Sindicato se mobilizou a fim de organizar e sistematizar os valores das cobranças mínimas pelos serviços prestados, apontando uma estruturação da classe profissional, que atendia os contadores e os guarda-livros. Considerando-se o valor do salário mínimo fixado em 1940⁸, infere-se que os profissionais receberiam de acordo com a relação de serviços acima tabelados. A exemplo da abertura de firma, o valor correspondente à 66% do valor do salário vigente na capital para abertura de uma firma individual, e o equivalente à 60% a mais que um salário mínimo da capital se a firma fosse social. Os guarda-livros são referenciados como autodidatas, na fala de Aecim Tocantins, na obra de Echeverria:

Fazendo justiça aos guarda-livros de então, consagrados autodidatas, a Primeira Lei de Regulamentação da nossa categoria profissional proporcionou àqueles pioneiros

⁸ De acordo com BARROS (2019), a conversão da moeda deste período, o real, plural réis, é bastante complexa, uma vez que a moeda brasileira sofreu grande desvalorização. Localizamos no Jornal O Estado de Mato Grosso, na edição 00195 de 1940, a instituição de um salário mínimo no estado, que seria de 150\$000 na capital Cuiabá; na região de Aquidauana e Bela Vista esse valor seria de 180\$000 e nos demais municípios o valor seria de 100\$000.

da contabilidade oportunidade de se regularizarem na profissão e facilitando a muitos a obtenção do diploma de contador. (ECHEVERRIA, 2006, p.64)

Aecim continua discorrendo a respeito da função dos guarda-livros, reiterando que os mesmos, apesar de por vezes não terem tido acesso a livros, tratados ou revistas específicas da área, possuíam profundos conhecimentos (ECHEVERRIA, 2006).

Aecim Tocantins estudou na Academia de Comércio do Rio de Janeiro, onde além do curso de contabilidade cursou paralelamente o curso de ciências atuariais. Terminou seu curso em 1943, quando retornou para Cuiabá, iniciando assim o exercício na função de contador. Contador de renome no Estado de Mato Grosso, esteve à frente de importantes conquistas para a área contábil no estado. Sua presença era solicitada em formaturas de contabilistas da Escola Técnica do Comércio, em solenidades dos conselhos de classe e ainda à frente de sindicatos de sua categoria profissional.

Em discurso como paraninfo da Turma de 1950, da Escola Técnica de Comércio de Cuiabá, o contador e professor discorre concernente aos avanços obtidos na Ciência Contábil que passa de uma era rudimentar, onde a escravatura era um dos maiores esteios do comércio, deslocando-se para a era do aço, e, posteriormente, era atômica, como bem disserta quanto ao exercício da função do contador:

O Contabilista hodierno deixou de ser o simples anotador de livros para se transformar num elemento vivo, de orientação e de controle à vida das administrações econômicas. O serviço eficiente dos técnicos da ciência contábil é indispensável ao estudo e a solução dos problemas econômico-financeiros das organizações privadas e públicas. (ECHEVERRIA, 2006, p.129)

No jornal A Cruz, em sua edição de número 01034, datado de 26 de junho de 1932, é possível observar um relato com o título Dias Passados – Memórias de um cuiabano, de autoria de Tacito (de tacape), a respeito de situações e amizades vividas até a data de 21 de junho de 1919. Nesta, ele relata a respeito de uma amizade construída desde 1898, e ao narrar faz referência a Fábio Lima, que após concluir seu curso de humanidades, passa a trabalhar na firma Generoso Ponce e Companhia, que era dirigida por Américo Augusto Caldas, referenciado pelo escritor como um dos melhores guarda-livros daquele tempo. E a respeito de Fábio Lima, observa que “não tardou que o discípulo atingisse a perícia do mestre no manejo do “Diário”. Excedeu-o, tomando conhecimento do idioma inglês” (*JORNAL A CRUZ*, ed. 01034, de 26.06.1932). Esse fato parece aludir ao que discursou Aecim Tocantins, quando apesar de não ser formado no curso de guarda-livros, a exemplo do dirigente da firma Américo Augusto

Caldas, o funcionário Fábio Lima exerceu a profissão, tomando ainda nesse período o conhecimento do idioma inglês.

Em referência ao exercício da profissão pelos guarda-livros, Aecim ainda lista, homenageando-os quando da escrita da sua biografia por Echeverria (2006), os profissionais que encontrou em Cuiabá, quando de seu retorno dos estudos no Rio de Janeiro, atuando como contadores e outros ainda como guarda-livros:

Quadro 8. Contadores e Guarda-livros em Cuiabá por volta de 1943

Contadores	Acyndino Brasil, Themistocles Pinto Brasil, Newton Ferreira Cabral, Leonides de Carvalho, Alcides Leite Pereira, Manoel Pereira Cuyabano.
Guarda-livros	Clóvis Sabo de Oliveira, Severiano Benedito de Almeida, Hildebrando de Mattos, Sylvio de Carvalho, Antônio Gomes Pedroso, Antônio Ribeiro Bastos, Gabriel Lopes Pereira, Manoel Miraglia, Alencastro Maria Alves, Joaquim Rebelo, Silvino Leite de Arruda, Clarice Freire de Lima, Antônio Pinto de Figueiredo, Augusto Osário de Almeida, Lourival Nunes de Barros, Quintino Tomas da Silva, Henrique Praxedes Honorato Rodrigues, Maria Alzira Alderett Nunes Dias, José Leite de Moraes, Afonso Pinto Duarte, Aída Scarselli, Dídimo da Gama Barros, Auribela Salies Albuquerque, Clóvis Huguency, Mário Leite Vidal, Manoel Ramos Lino.

Fonte: ECHEVERRIA (2006, p. 64), organizado pela autora.

O contador Aecim Tocantins faz ainda menção de que esses profissionais foram justamente beneficiados pela primeira lei de regulamentação da profissão, que proporcionou aos pioneiros da profissão “a oportunidade de se regularizarem na profissão e facilitando a muitos a obtenção do diploma de contador” (ECHEVERRIA, 2006, p.64).

Esse número pode não se referir a quantidade total de contadores e guarda-livros atuantes no período, mas demonstra a quantidade bem maior de guarda-livros em relação ao número de contadores, representando um número 300% maior. Após a fundação do Conselho Regional de Contabilidade, em 1947, pode-se mensurar a quantidade de profissionais ativos no estado. O Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso, torna pública, na edição de número 01907^a, de 28 de maio de 1950, do jornal O Estado de Mato Grosso, a relação dos contabilistas registrados até 31 de dezembro de 1949, através da qual podemos perceber o expressivo número de contadores devidamente registrados.

Quadro 9. Relação contabilistas registrados até 31 de dezembro de 1949 (Contadores e Guarda-livros)

Nº Registro⁹	Nome	Cargo	Nº Registro	Nome	Cargo
167	Abílio Feijó	Contador	139	João Batista Rodrigues Leite	Contador
Não legível	- Marques (primeiro nome não legível)	Contador	59	João Bernardino Alves do Couto	G. Livros
5	Acyndino Brasil	Contador	158	João Celestino Corrêa da Costa	Contador
215	Adherbal Carvalho	G. livros	2	João Corbelino	Contador
6	Aecim Tocantins	Contador	275	João Dantas Coêlho	Contador
96	Affonso Pinto Duarte	Contador	49	João de Almeida Castro Filho	G. Livros
91	Afonso Aldaro Santa Luci	G. livros	82	João Erovaldo Campos	G. Livros
97	Alda Scarselli	G. livros	144	João Francisco de Arruda	Contador
186	Alaide Nunes Martins	G. livros	32	João Henrique Vilá	Contador
225	Alair Barbosa de Rezende	Contador	77	João Leite do Amaral Coutinho	Contador
245	Alair de Almeida	Contador	86	João Maluf	G. Livros
191	Alcides Ferrari	Contador	40	João Pace	Contador
76	Alcides Leite Pereira	Contador	266	João Pedro Vilasboas	G. Livros
83	Alcides Ramos Antunes	Contador	287	João Pinto Costa	Contador
190	Alcindo Huguene de Siqueira	Contador	224	João Sorgiácomo	Contador
55	Alencastro Maria Alves	G. livros	26	Joaquim Antonio da Silva Rebelo	G. Livros
122	Alexandre Aurelio de Castro	Contador	20	Joaquim de Lora Pinto	Contador
209	Alfredo Felix Pelusch	Contador	114	Joaquim Dorival Nunes	Contador
202	Alfredo Perez Almeidinha	Contador	284	Joaquim Gonçalo de Almeida	Contador

⁹ Em consulta ao site cfc.org.br, na aba consulta a profissionais e organizações, foi possível verificar que mais de um profissional tiveram seus registros duplicados, em virtude de registrarem os guarda-livros (técnicos) ou contadores com o mesmo número de registro, diferenciando-os apenas pela categoria, fazendo assim com que mais de um profissional tivesse o mesmo número de registro. Também tiveram registros baixados e números reutilizados. Em contato com o Conselho Regional de Mato Grosso, em 21 de agosto de 2019, no setor de registros, o Sr. Edgar nos informou que somente a partir da década de 1980 começou a ser utilizado novo tipo de registro.

244	Alinor Ourives	Contador	148	Joaquim Jorge da Cunha	G. Livros
33	Altair Cavalcanti de Mattos	Contador	258	Joinville Pahim Leme	Contador
115	Altinor (?) Barbosa Ferreira	Contador	288	Jorge Nachreiner junior	Contador
161	Alzira Tomazia de Oliveira	Contador	277	José Affi	Contador
Sem dados			163	José Agi	G. Livros
135	Amalia Ferreira Bittencourt	Contador	197	José Annibal Bouret filho	G. Livros
105	Amary Francisco Gomes	Contador	70	José Antonio Vilanova	Contador
269	Ana Maciel da Silva	Contador	178	José da Lapa Pinto de Arruda	Contador
147	Ana Maria Provenzano	Contador	176	José de Carvalho	Contador
248	André Bastos Jorge	Contador	200	José de Lima Bastos	Contador
183	Angelo Calabria Albaneze	G. livros	119	José Ribamar Soares	Contador
57	Angelo Miguel Pace	G. livros	273	José Duarte de Figueiredo	Contador
181	Angouieme Lopes Pereira	Contador	193	José Emanuel Burle	Contador
276	Aniceto Elias de Campos	G. livros	21	José Eusébio Latorraca	Contador
245	Antioco do Couto Filho	Contador	192	José Gonçalves de Oliveira	Contador
159	Antonio Alves Cabral	Contador	68	José Leite de Moraes	G. Livros
213	Antonio Antunes de Almeida	Contador	138	José Lopes Sejópolis	G. Livros
150	Antinio Barreto Baltar	Contador	271	José Olivio Rosa	Contador
106	Antonio Bittencourt Filho	Contador	12	José Pompeu de Campos	Contador
219	Antonio de Barros Costa Marques	Contador	117	José Ramos da Silva	Contador
15	Antonio de Moraes Botelho	Contador	140	José Vieira de Almeida	G. Livros
160	Antonio Ferreira Cândido Filho	G. livros	290	Julia Torquato da Silva	Contador
39	Antonio Gomes Pedroso	G. livros	25	Julio da Silva Freire	Contador

129	Antonio Manoel de Carvalho	Contador	125	Juracy Freitas Pompeu de Barros	Contador
93	Antonio Mattoso	G. livros	189	Kahl Abrão	Contador
29	Antonio Pinto de Figueiredo	G. livros	278	Kedna Rodrigues de Melo	Contador
65	Antonio Ribeiro de Oliveira Bastos	G. livros	35	Lercio da Purificação Gonçalves	G. Livros
212	Aracy Castro Leite	Contador	60	Lázaro Ananias Xavier de Mendonça	G. Livros
250	Aracy de Barros	Contador	204	Leonardo Yegros	Contador
28	Aracy Pinheiro da Silva	Contador	116	Leocádia Vaz de Figueiredo	Contador
283	Aristarcha de Moraes Guahyba	G. Livros	24	Leonides de Carvalho	Contador
50	Arlindo Pompeu de Campos	Contador	205	Levy Andrade	G. Livros
66	Armando Augusto Granja	G. livros	234	Lino Teixeira Marques	G. Livros
62	Armando Lázaro Cândia	Contador	222	Livio Camacho	Contador
157	Armindo Nunes da Silva	Contador	180	Lourival de Souza	G. Livros
216	Arnaldo Jorge da Cunha	Contador	42	Lourival Nunes de Barros	Contador
67	Arnaldo Moreira	G. livros	236	Luiz Antonio de Figueiredo	Contador
235	Arthur Affonso Marinho	G. livros	270	Luiz Aureo Pompeu de Barros	Contador
255	Ary Cerveira	Contador	88	Luiz Sá Carvalho	Contador
267	Ary de Campos	G. livros	247	Luiz Teixeira Coforniz	G. Livros
110	Ary Kuhn	Contador	259	Manuel Cândia Andreau	G. Livros
198	Assen Mamed	Contador	217	Manuel Hercílio de Oliveira	G. Livros
43	Augusto Guimarães Barbato	G. livros	47	Manuel Miraglia	G. Livros
30	Augusto Osório de Almeida	G. livros	94	Manuel Pereira Cuiabano	Contador
237	Augusto Ribeiro Filho	Contador	22	Manuel Pouso Filgueira Filho	Contador
108	Auribela Saliés Albuquerque	G. livros	132	Manuel Ramos Lino	G. Livros
262	Austeclinio Batista	Contador	113	Margaret Hanson	Contador

104	Avelino Mathias de Carvalho	G. Livros	52	Mariz Alzira Alderet Nunes Dias	G. Livros
156	Azis José Mubarack	Contador	36	Maria Angelica Barata	Contador
15	Baldomero Holdicht Leituga	G. livros	235	Maria Esteves dos Santos	Contador
166	Bendix de Siqueira	Contador	172	Maria Helena de Oliveira Epaminondas	Contador
14	Benedito Augusto London	Contador	162	Maria Izabel Mangabeira	Contador
9	Benedito de Figueiredo	Contador	194	Maria Januario Mendes de Santana	Contador
246	Benedito de Oliveira Pinto	Contador	84	Mariano Cebalho	G. Livros
196	Benedito de Souza Chagas	G. livros	207	Maria Sônia Curvo Silva	Contador
233	Benedito Francisco de Mello	Contador	106	Mário Carrato	G. Livros
124	Braz Marsiglia	G. livros	18	Mário Curvo Epaminondas	Contador
184	Carlos Calábria Albaneze	G. livros	130	Mário Leite Vidal	G. Livros
292	Carmelita Ramos da Silva	Contador	69 (64)	Mário Melez	G. Livros
143	Cecy Novaes	Contador	185	Mário Nicácio Yule	Contador
134	Cesar Cárcano Filho	Contador	87	Maury de Novaes	Contador
282	Cid José da Silva	G. Livros	63	Messias Carmo Araújo	G. Livros
27	Clarice Freire de Lima	Contador	72	Miguel Geleilat	Contador
155	Cláudio Reis Clete	G. livros	78	Moacir do Carmo	Contador
109	Clovis Hugueney	Contador	274	Moacyr da Costa e Silva	Contador
127	Clovis Pinheiro	G. livros	79	Munier Bacha	Contador
1	Clovis Sabo de Oliveira	Contador	71	Myrian Del Carmo Zarate	Contador
254	Cypriano Cosme de Siqueira Filho	Contador	220	Nadir Mendonça Moreira	Contador
38	Darcy Avelino da Silva Gomes	G. livros	199	Nasrara Siufi	Contador
98	Dídimo da Gama Barros	Contador	112	Natal de Oliveira	Contador
149	Dilermando Luiz Terra	Contador	4	Nathanael Nonato de Faria	Contador

241	Dirce Nunes d'Oliveira	Contador	137	Nelson Cesar	G. Livros
201	Domingos Bulzico	Contador	203	Nelson Vargas Bacchi	G. Livros
34	Domingos de Mattos	Contador	264	Nero Lerina da Silva	Contador
168	Doracy Calil Mansur Bumlai	G. livros	120	Newton Ferreira Cabral	Contador
227	Eduardo Perez	Contador	256	Nilo Carmelo Cestari	Contador
92	Egon José Thimmig	Contador	175	Nilo Neves	Contador
206	Elbio Marinho Martinez	Contador	242	Odenir Aquino da Silva	Contador
231	Elisabeth Kohlhase	Contador	187	Odil Freitas de Souza	Contador
13	Elisabeth Monteiro Vargas	Contador	210	Onésimo V. do Espírito Santo	G. Livros
16	Elpidio Gonçalves Preza	Contador	103	Orestes Rebuá	G. Livros
45	Ely Ramos Rangel	G. Livros	257	Orlando Lopes Grise	Contador
280	Elza Bueno da Silva	Contador	141	- Thiago de Oliveira	Contador
221	Emilio Aun	G. Livros	121	Oscar Addor Filho	Contador
171	Erlina (?) Lotufo	Contador	208	Oscar Augusto Granja	Contador
142	Ernani Rios	G. Livros	99	Oscar Ferreira Botelho	G. Livros
89	Ernesto Garcia de Araujo	Contador	74	Oscar Silva	G. Livros
291	Erneza Sena Pereira	Contador	179	Oscar Toledo	G. Livros
128	Erothildes Canavarros dos Santos	Contador	253	Osvaldo Augusto de Matos	Contador
232	Esmeralda França	Contador	146	Paulina Carneiro Leão Bibeer	G. Livros
263	Estácio Toledo Maciel	Contador	170	Paulina Philbois	Contador
281	Etevaldo Malpici Monteiro da Silva	Contador	279	Paulo de Souza	G. Livros
214	Eucaris Conceição de Paula	Contador	272	Pedro Affi	Contador
61	Eurico Saraiva	Contador	45 (46)	Pedro Celestino Gomes Pedroso	Contador
240	Evanir Galvão	Contador	131	Pedro Ferreira Filho	Contador

289	Fabiano Biancardini	G. Livros	3	Pérsio Luiz Esteves	Contador
164	Faustino Machado	G. Livros	123 (131)	Poty Coêlho	Contador
58	Felicio Carmelio Calábria	G. Livros	213	Queta Nabhan	Contador
111	Felipe Bichara Dib	G. Livros	113	Quintino Ouricury de Campos	Contador
249	Flores Santiago de Lima	Contador	54	Quintino Tomaz da Silva	G. Livros
174	Florianio Paulo Correa	G. Livros	154	Ramona Pettengill Otto	Contador
228	Francisca Soares de Carvalho	Contador	225	Raymundo Corrêa de Mello	G. Livros
85	Francisco Giordano	G. Livros	123	Rodrigo Assumpção	G. Livros
102	Francisco Granero Fernandes	Contador	81	Rosa Saddi	Contador
238	Frederico P. Deus de Carvalho	Contador	145	Rubens Conrado Migueis Faro	Contador
73	Frederico Soares	Contador	181	Ruth Machado	Contador
293	Fulgencio de Souza	Contador	263	Ruy Bodstein	Contador
46	Gabriel Ferreira da Silva	G. Livros	246	Ruy Lopes de Araujo	G. Livros
31	Generoso Alves Correa	Contador	232	Salim Bumerched	G. Livros
259	Gonçalo José de Siqueira	Contador	41	Salim Mouses Nadaf	Contador
211	Geographo Souza e Oliveira	G. Livros	182	Salvador Guerra	G. Livros
177	Maray Brodbeck	Contador	10	Severiano benedito de Almeida	G. Livros
52	Henrique Praxedes Honorato Rodrigues	G. Livros	23	Silvino Leite de Arruda	G. Livros
80	Henrique Quartin	Contador	7	Silvio de Carvalho	G. Livros
8	Hildebrando de Matos	G. Livros	44	Simplicio Mascarenhas	G. Livros
56	Honório Gomes Pedroso (falecido)	G. Livros	107	Sylvestre Moreira de Araujo	Contador
230	Horácio Fontoura Sá Carvalho	Contador	93	Tácito de castro Mascarenhas	Contador
188	Humberto Miranda	G. Livros	19	Themistocles Pinto Brasil	Contador

172	Irma Lotufo	Contador	153	Theodomiro Serra	Contador
188	Isis Moura Ferraz	Contador	265	Trajano Ernesto Coutinho	G. Livros
54	Ivan Teixeira Paes de Barros (falecido)	Contador	261	Ulysses Cuiabano	G. Livros
11	Jair Cuiabano	Contador	101	Umbelina Moura Ferraz	Contador
260	Janes Monteiro Leite	Contador	165	Valério D'Almeida	Contador
64 (60)	Jayme Pitaluga de Moura	Contador	37	Victor Manuel pace	Contador
90	Jemmy Wilson Lombardi	Contador	17	Vidal Rondon da Rosa	Contador
226	João Antonio Ferreira Souto	Contador	100	Waldemar de Oliveira	Contador
75	João Batista de Toledo	Contador	126	Wanda Garcia	Contador

Fonte: O Estado de Mato Grosso, ed. 01907A, de 28 de maio de 1950. Organizado pela autora.

A relação de contabilistas registrados no Conselho Regional de Contabilidade apresenta um quadro de 291 profissionais da contabilidade, dos quais 196 eram contadores e 95 guarda-livros. Desse rol, apenas 40 eram mulheres, o que significa apenas 13,75% da quantidade de profissionais registrados. Quando comparado ao número de profissionais elencados por Aecim Tocantins próximo ao ano de 1943, o número de contadores passa de 6 para 196 profissionais, e o número de guarda-livros aumenta de 26 para 95. Percebe-se assim a expressiva expansão de profissionais contadores, com um aumento de mais de 3000% na quantidade de profissionais registrados. Isso pode haver ocorrido devido a criação, em 1945, da Escola Técnica do Comércio em Cuiabá.

Nesta relação publicada no Jornal, notamos os nomes de Aecim Tocantins, Arlindo Pompeu de Campos João Corbelino e José Olívio Rosa, contadores que exerceram o cargo de Diretor da ETC - Cuiabá. Também localizamos na relação publicada os nomes de Leocádia Vaz de Figueiredo e de Elisabete Kolhase, que exerceram respectivamente os cargos de professora de Matemática e de secretária da instituição.

Percebemos mediante a análise das fontes encontradas que a profissão de guarda-livros e contador era bastante mencionada nos periódicos, com expressões de grande apreço, o que demonstra que a profissão era também uma opção importante para que a juventude pudesse se profissionalizar e ter oportunidade no mercado de trabalho. Assim, a criação da Escola Técnica do Comércio de Cuiabá ocorreu em resposta a uma crescente demanda de profissionais que

estivessem aptos a trabalhar no comércio do Estado, e mesmo regulamentar tais empresas que surgiam, uma vez que as regulamentações federais traziam que nenhum livro de contabilidade previsto no Código Comercial teria efeito jurídico ou administrativo se não fosse assinado por profissional de contabilidade devidamente registrado (DECRETO 21.033, 1932).

2.4 A criação da Escola Técnica de Comércio de Cuiabá

Há, de acordo com Sanfelice (2007, p. 77): “No interior das instituições, um quebra-cabeças a ser decifrado. Uma vez dentro da instituição, trata-se de fazer o jogo das peças em busca dos seus respectivos lugares”. Para isso, vamos começar a montar o quebra-cabeças observando as seguintes fontes:

Legislações, padrões disciplinares, conteúdos escolares, relações de poder, ordenamento do cotidiano, uso dos espaços, docentes, alunos e outras coisas ali se cruzam. Pode-se dizer que uma instituição escolar ou educativa é a síntese de múltiplas determinações, de variadíssimas instâncias (política, econômica, cultural, religiosa, da educação geral, moral, ideológica etc.) que agem e interagem entre si [...]”. (SANFELICE, 2007, p.77).

O autor ainda relata que o desafio era entrar na instituição. Pode-se adentrá-la através de sua legislação, currículo, quadro de alunos etc. O que nos dá o “passaporte de ingresso é o conjunto de fontes que levanto, exerço crítica e seleciono, e nenhum tipo de fonte deve ser interditado” (SANFELICE, 2007, p.77). Assim, munidos das fontes localizadas, iremos *entrar* na instituição a qual nos propomos a pesquisar, a Escola Técnica do Comércio em Cuiabá.

A instituição pesquisada surge no contexto do final do Estado Novo, onde o Estado de Mato Grosso, administrado por Júlio Strübing Müller, passava por importantes modificações nos âmbitos social, educacional e político. A capital, Cuiabá, era composta por oito distritos:

De 1939 até o período que finda o Estado Novo, Cuiabá permanece formada pelos oito distritos: Alegrete, Brotas, Chapada, Coxipó da Ponte, Coxipó do Ouro, Guia, Passagem da Conceição, e Várzea Grande. São Gonçalo não figura como distrito. No ano de 1943 vigora o Decreto-lei Estadual n.º 545, de 31 de dezembro, que altera as denominações dos distritos de Brotas para Acorizal, Chapada para Chapada dos Guimarães e Alegrete para Engenho. (CASTRO, 2018, p. 54)

As transformações urbanas que ocorreram no Brasil, também aconteceram em Mato Grosso, uma vez que se pode observar que em Cuiabá foram efetivados diversos investimentos, realizados pelo então interventor Júlio Muller, que “impulsionou algumas transformações no estado, como a construção da Residência dos Governadores, o Grande Hotel, o Colégio

Estadual de Mato Grosso, e o Cine Teatro de Cuiabá, mudando a paisagem de algumas áreas da capital” (SÁ, BUZATO & SILVA ; 2016 . p. 07).

Naquele contexto histórico, modernização era sinônimo de descontinuidade com o passado, com aquilo que soava como atrasado, demonstrando a caminhada para um novo tempo cujas transformações seriam parte da criação de um estado novo para um homem novo. Esse processo de modernidade significava um rompimento com o atrasado, o antigo, e isso fazia parte de um todo, de âmbito cultural e político. Para que o objetivo almejado fosse atingido “contava-se estrategicamente com a educação por sua capacidade universalmente reconhecida de socializar os indivíduos nos valores que as sociedades, através de seus segmentos organizados, querem ver internalizados.” (BOMENY, 1999, p.139). Nesse aspecto:

À Cuiabá do Estado Novo caberia sua consolidação como a capital de um estado novo. As obras urbanas a serem edificadas redimensionariam seu papel de educar a sociedade para as novas sociabilidades que se verificavam em todo o país. Assim, o sentido modernizador, presente nas novas técnicas de urbanização e na construção dos novos edifícios, deveria também impactar na suposta mentalidade atrasada dos cuiabanos e impressionar seus espíritos, a ponto de sentirem o desejo de modernizar e civilizar. (BUZATO, 2017, p. 71).

Cuiabá recebeu em 06 de agosto de 1941 a visita de Getúlio Vargas, com o objetivo de que ele realizasse a inauguração das obras efetuadas na capital. Tal visita denota o apreço do presidente ao Interventor do estado. Müller, conforme Buzato (2017), havia declarado publicamente seu voto ao candidato da Aliança Liberal, Getúlio Vargas. Segundo o autor (2017), Júlio Müller:

Em consonância ao cenário da política nacional, o governo do interventor Júlio Müller, em sua administração, também se utilizava de um acentuado teor personalista. Pelos seus discursos e matérias publicadas nos jornais e revistas, não só de Cuiabá como também do Rio de Janeiro e São Paulo, o interventor buscava se aproximar da população ao projetar, não só para Mato Grosso como também nacionalmente, uma imagem positiva, acessível e de confiança [...] como forma de persuadir a população aos seus ideais políticos. (BUZATO, 2017, p. 77).

Assim, Müller pratica o discurso efetuado por Vargas, e a fim de homenagear o Presidente cria cem escolas rurais no estado. Corrêa (2018), assevera que a educação estava, neste período, constantemente ligada aos discursos dos governantes acerca do desenvolvimento do país. A expressão “educação para o desenvolvimento” é continuamente observada nas falas dos dirigentes, “e essa foi a retórica do governo Vargas, imputando à educação a responsabilidade de imprimir na população um conceito de coparticipantes do desenvolvimento.” (CORRÊA, 2018, p.02).

Segundo Castro (2018), nesse período também ocorreu a expansão das rodovias que ligam municípios importantes para a economia do estado, o que resulta na ampliação do desenvolvimento econômico em Mato Grosso:

Em 1945 foi criado o Decreto-Lei n° 8.463, referente ao Fundo Rodoviário Nacional, que tornou possível a construção de rodovias ligando os municípios que eram responsáveis pela maior parte da economia do país, sendo elas: de Alto Araguaia a Cuiabá, de Campo Grande ao Porto 15 de Novembro e de Cuiabá a Campo Grande. Dessa forma, o estado mato-grossense por ser considerado uma região rica e promissora, cada vez mais se inseria na economia brasileira. (CASTRO, 2018, p. 38)

Nesse contexto de modernidade e de desenvolvimento econômico na capital, a Escola Técnica do Comércio se apresentava como instituição apta a preparar profissionais para atuarem nas diversas áreas da economia: comércio, indústria, transporte e outras, uma vez que guarda-livros e contadores eram os responsáveis pela organização das contas de cada entidade econômica. Conforme abordado no capítulo anterior, desde o ano de 1937 já existia na capital o Sindicato de Contadores e Guarda-livros de Cuiabá, responsável por atuar na regularização do exercício da profissão, e, em 1947, foi fundado o Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso.

A Escola Técnica do Comércio sucedeu ao Curso Comercial que funcionava anexo ao Liceu Cuiabano, regulamentado no ano de 1942. Através do Decreto 694 de 28 de setembro de 1945, foi criada e mantida pelo Governo do Estado de Mato Grosso e tinha por finalidade ministrar o ensino técnico comercial. O Regulamento Interno da Escola, instituído através do Decreto 276, de 14 de dezembro de 1946, estabeleceu os vários aspectos que iriam nortear o funcionamento da escola, sobre os quais iremos discorrer nas próximas páginas, e demais alterações que ocorreram na legislação no recorte pesquisado. Nesse sentido, a partir da documentação localizada podemos:

[...] compreender e explicar os processos e os “compromissos” sociais como condição instituinte, de regulação e de manutenção normativa, analisando os comportamentos, representações e projetos de sujeitos na relação com a realidade material e sociocultural de contexto (MAGALHÃES, 2004, p.58).

Utilizando-nos das fontes documentais localizadas nas leis, decretos, regulamentos, correspondência oficial, publicações em jornais e ainda de registros dos profissionais localizados em órgão regulamentador da profissão, nos propusemos a adentrar na Escola Técnica do Comércio de Cuiabá e na sua cultura escolar. Julia (2001) expõe que existem:

[...] vias particularmente interessantes de serem seguidas para o entendimento do objeto do qual nos ocupamos hoje: a primeira via seria interessar-se pelas normas e

pelas finalidades que regem a escola; a segunda, avaliar o papel desempenhado pela profissionalização do trabalho de educador; e a terceira interessar-se pela análise dos conteúdos ensinados e as práticas escolares.(JULIA, 2001, p.19).

Assim, buscamos perceber, a partir da análise das fontes, como a ETC Cuiabá estava organizada, buscando visualizar através das “mudanças e permanências presentes no modelo da escola, nas reformas educacionais, na atuação de professores e alunos, nos modos de ensinar e aprender” (OLIVEIRA, 2019, p. 147), aspectos de sua cultura escolar.

2.5 Corpo Administrativo da Escola Técnica do Comércio de Cuiabá

O Regulamento Interno de 14 de dezembro de 1946, da Escola Técnica do Comércio de Cuiabá, estabeleceu em seu Capítulo VI, a composição da administração da Instituição Escolar, exercida pelo pessoal de nomeação do Governo:

- 1 – Diretor
- 1 – Secretário
- 1 – Escrivão
- 1 – Escrivão
- 2 – Inspetores de Alunos
- 1 – Preparador do Gabinete de física, química e merceologia
- 1 – Porteiro
- 1 – Extranumerário-mensalista (MATO GROSSO, DECRETO, 1946)

O Decreto especifica as competências do Diretor, do Secretário e do Preparador de Gabinete. Quanto às competências do Diretor, trataremos no próximo subitem. Quanto ao secretário, as funções delegadas a este profissional estavam assim relacionadas:

- a) secretariar os trabalhos da congregação;
- b) trazer sob sua guarda todos os livros da secretaria;
- c) distribuir e superintender aos seus auxiliares todos os trabalhos de secretaria;
- d) zelar pela boa ordem e conservação do arquivo;
- e) lavrar os termos de exames e as portarias;
- f) fazer a folha do “ponto” e submetê-la no “visto” do Diretor;
- g) assinar, com o Diretor, o diploma dos alunos. (MATO GROSSO, DECRETO, 1946).

Também ao Preparador de Gabinete são especificadas atribuições no exercício de sua função: “ter sob sua guarda e conservadas aos alunos quando de sua competência; acompanhar aos professores nas aulas e prestar-lhes toda a informação para a boa marcha do ensino prático” (MATO GROSSO, DECRETO, 1946). O Preparador de Gabinetes deveria ainda catalogar e inventariar todo o material do Gabinete, bem como a utilização detalhada dos tais durante o ano. Nota-se que o mesmo trabalhava em parceria com o professor, auxiliando e dispondo ao mesmo os materiais necessários para a execução da aula.

No ano de 1947, através da Lei N. 20, de outubro de 1947, novos cargos são criados a fim de completar a lotação da Escola Técnica do Comércio de Cuiabá:

Artigo 1. Para completarem o quadro da parte administrativa da Escola do Comércio, ficam criados no Quadro único, os seguintes cargos:

Na tabela de:

Cargos isolados de provimento em comissão

1 Diretor Padrão M

Na tabela de:

Cargos isolados de provimento efetivo

1 Preparador de Gabinete de Física, Química e Merceologia Padrão H

Na tabela de:

Cargos de carreira

1 Oficial Administrativo Classe J

1 Porteiro Classe F

(MATO GROSSO, LEI, 1947)

Tal Decreto estabeleceu a quais classes estavam relacionadas determinadas funções exercidas na Escola Técnica do Comércio de Cuiabá.

2.5.1 Diretor Escolar

O Regulamento Interno de 1946 vai trazer, no artigo 10, especificações a respeito do exercício do cargo de Diretor da Escola Técnica do Comércio de Cuiabá. Segundo o documento, a nomeação deste seria de livre escolha do Governo, podendo ser que algum professor da instituição fosse escolhido para exercer a função. Na existência de qualquer impedimento o tal poderia ser substituído pelo professor mais velho da Escola. São atribuições do Diretor:

- a) observar as disposições constantes da legislação federal referente ao ensino comercial, bem como as disposições das leis estaduais, que dizem respeito a esta Escola;
- b) determinar, orientar e fiscalizar todos os serviços da Secretaria e demais dependências;
- c) convocar e presidir as reuniões da congregação;
- d) representar ou fazer representar a Escola junto aos Poderes Públicos e ainda onde necessário for;
- e) tomar todas as providências que se fizerem necessárias, para o bom funcionamento, zelo e disciplina da Escola. (MATO GROSSO, DECRETO, 1946).

A Escola Técnica do Comércio de Cuiabá teve como seu primeiro Diretor João Jacob, que exerceu o cargo a partir de 22 de fevereiro de 1945, conforme Ofício de nº 78/45, de 01 de março de 1945. Nos meses de abril (segunda quinzena) e maio de 1945, Gervásio Leite encontra-se a frente da direção da Escola, conforme Ofícios de nº 103/45 e 104/45. Os ofícios de nº 119/45 e 120/45, emitidos em julho de 1945, apresentam como Diretor da Instituição José Olívio Rosa.

Em 1946 os ofícios apontam que no mês de março José Olívio Rosa é substituído por curto período por Arlindo Pompeu de Campos, porém retorna em seguida a direção da Escola. Nos meses de julho e agosto está à frente da Instituição João Jacob, e a partir do mês de setembro quem ocupou o cargo foi Dr. Antônio de Pinho Maciel Epaminondas.

No mês de abril de 1947 retorna à Direção da Escola José Olívio Rosa, e no ano de 1948 assume a diretoria da Instituição João Corbelino, permanecendo pelos anos de 1949 e 1950. Foram localizados diversos ofícios, que apresentam João Corbelino como Diretor da Instituição Escolar nesse período. Aecim Tocantins é incumbido da direção da Escola Técnica do Comércio de Cuiabá no ano de 1951. É substituído no mês de julho de 1951 por José Olívio Rosa e em de novembro pelo Dr. Antônio de Pinho M. Epaminondas.

2.5.2 Congregação

A congregação da Escola Técnica do Comércio de Cuiabá era composta por todos os professores da Instituição, e o Diretor da mesma a presidia. Para que a mesma ocorresse, era necessário a convocação pelo Presidente, e cabia a ele voto de desempate caso algum ocorresse. Sua competência residia em:

- a) fazer estudos e apresentar sugestões que proporcionem boas normas para melhor aproveitamento do ensino;
- b) discutir e aprovar o horário das aulas, no começo do ano letivo;
- c) cooperar com o Diretor para estabilidade da disciplina na Escola;
- d) aplicar as penalidades atribuídas aos alunos quando de sua competência;
- e) eleger dentro os seus membros, três professores para constituírem banca examinadora dos concursos que exigidos para provimento efetivo das cadeiras;
- f) resolver todos os casos omissos no presente Regimento e propor medidas, que julgar necessárias, para a solução dos mesmos. (MATO GROSSO, DECRETO, 1946)

Assim, com esse suporte teórico, iniciamos a análise a partir do funcionamento da instituição, observando a constituição do Corpo Administrativo, do seu Currículo, do corpo docente que a integrava, da congregação e demais órgãos que a compunha.

CAPÍTULO III ASPECTOS DA VIDA NA ESCOLA TÉCNICA DO COMÉRCIO DE CUIABÁ

A Escola Técnica do Comércio de Cuiabá foi a única instituição pública apta a oferecer o Curso de Contabilidade no estado, assim permanecendo até o ano de 1947, ao ser fundada a Escola Técnica do Comércio na cidade de Corumbá. Neste capítulo, direcionaremos nosso olhar a fim de compreender sua cultura escolar, que, segundo Oliveira (2019), trata-se do:

[...] espaço projetado, arquitetado e operacionalizado para a ação educativa, na qual foram se constituindo as cenas que delinearão a cultura escolar, como pode ser observado a partir da estrutura da escola, da sua arquitetura, de seus objetos, das aulas, do currículo escolar, bem como, a partir das pessoas envolvidas nesse processo de fabricação de identidades que marcaram as formas de educação do passado. (OLIVEIRA, 2019, p. 146,147).

Dessa forma, podemos iniciar a leitura de uma instituição a partir de aspectos percebidos nas análises das fontes documentais localizadas que trazem sua estrutura administrativa, o currículo praticado, os livros adotados e as aulas ministradas. Julia (2001) aponta ainda que o corpo docente da instituição escolar deve ser analisado, uma vez que seus componentes, os docentes, irão obedecer às normas e práticas estabelecidas, utilizando-se para isso dos dispositivos pedagógicos à disposição desses profissionais.

Tratando-se mais especificamente da leitura da instituição considerando-se o currículo praticado, Goodson (2001) vai dizer que:

Uma história do currículo também não pode cair na armadilha de olhar para o processo de seleção e de organização do conhecimento escolar como um processo -natural- e -índice-, através do qual acadêmicos, cientistas e educadores -desinteressados- e -imparciais- determinariam, por dedução lógica e filosófica, aquilo que é mais conveniente ensinar às crianças e aos jovens. (GOODSON, 2001, p.10).

Assim, pode-se inferir que no currículo praticado por uma instituição escolar existe a materialização de interesses políticos. Nesse sentido, SOUZA (2002, p. 83) vai afirmar que “Trata-se, de fato, de desconstruir o processo de fabricação do currículo mostrando os interesses subjacentes a configuração dos programas de ensino e aos determinantes sociais e políticos na seleção do conhecimento escolar”. A autora aponta ainda a pertinência de se estudar tanto as prescrições curriculares, ou seja, o que o poder público formalmente estabeleceu como currículo oficial, quanto o estudo das práticas educativas, percebendo-se os interesses sociais, políticos e culturais imbuídos na determinação destes programas curriculares.

Goodson (2001) infere que a produção do currículo não se dá por meio de acomodações, mas disputas ocorridas tanto em agentes no interior da escola quanto externos a ela.

3.1. Currículo do Curso Técnico de Contabilidade

[...] o currículo escrito fixa frequentemente parâmetros importantes para a prática da sala de aula (nem sempre, nem em todas as ocasiões, nem em todas as salas de aula, mas *frequentemente*). Em primeiro lugar, o estudo do currículo escrito facilita a compreensão do modo como as influências e interesses activos intervêm no nível pré-activo. Em segundo lugar, esta compreensão promove o nosso conhecimento relativamente aos valores e objetivos representados na educação e ao modo como a definição pré-activa, não obstante às variações individuais e locais pode fixar parâmetros para a realização e negociação interactivas na sala de aula e na escola. (GOODSON, 2001, p.20-21).

O Curso Comercial era regulado, no período que se refere a criação da Escola Técnica do Comércio em Cuiabá em 1945, de acordo com o Decreto Estadual 555, de 10 de março de 1944, e conforme os Decretos federais conhecidos como Leis Orgânicas do Ensino.

Tratando-se da investigação da cultura escolar de uma escola de ensino comercial criada no período do estado novo, a citação do texto de Goodson (2001) é oportuna uma vez que concordamos com o autor quando este se refere a inexistente neutralidade no currículo, sendo a sua concepção carregada de objetivos humanos específicos.

Assim, passamos a investigar a estrutura curricular no que tange as disciplinas dadas no interior da instituição, em contraposição aos direcionamentos encontrados nas legislações.

O Decreto 694 de 1945 altera a denominação do Curso Comercial para Escola Técnica do Comércio de Cuiabá e estabelece a criação das seguintes cadeiras: Português, Inglês, Física e Química, Biologia e Geografia Humana do Brasil. Através de ofícios localizados nas caixas da educação, e ainda relatórios enviados a Diretoria do Ensino Comercial, as disciplinas ministradas no primeiro ano de funcionamento da Instituição Escola Técnica do Comércio estavam, conforme legislação, assim distribuídas:

Quadro 10. Disciplinas obrigatórias, ano 1945

1ª série	2ª série	3ª série
Física e Química	Prática Jurídica Civil e Comercial	Estatística
Matemática Comercial	Matemática Financeira	Prática de Processo Civil e Comercial
Português	Inglês	Contabilidade Bancária
Inglês	Técnica Comercial e Processos de Propaganda	História do Comércio

Mecanografia	Contabilidade Comercial	Contabilidade Industrial e Agrícola
		Seminário Econômico

Fonte: Centro de Documentação Escolar – MT, 1945.

Chervel (1990) aborda que uma disciplina escolar traz em sua elaboração um meio de compreensão das grandes finalidades que regularam a sua constituição, não se limitando às práticas docentes da sala de aula. Dessa forma:

[...] o papel da escola não se limita ao exercício das disciplinas escolares. A educação dada e recebidas nos estabelecimentos escolares é, a imagem das finalidades correspondentes, um conjunto complexo que não se reduz aos ensinamentos explícitos ou programados. (CHERVEL, 1990, p. 188)

Foi possível localizar nas fontes documentais através do Relatório de 1945 o resumo da matéria dada em cada disciplina nos meses de abril e maio daquele ano, nas três séries que funcionavam na Escola Técnica do Comércio de Cuiabá, o que nos possibilitou dar início às análises:

Quadro 11. Matéria dada nos meses de abril e maio - 1ª série - 1945

DISCIPLINA	ABRIL	MAIO
Português	Figura de sintaxe. Figuras literárias. Emprego de imperativo – afirmativo e negativo. Colocação de pronome oblíquo. Regras absolutas sobre a colocação de pronome oblíquo. Próclise – Ênclise – Mesóclise. Redação: Noções sobre redação comercial: Aplicação.	Gramática: Erros de ortografia. Coleção de vícios de linguagem. Correção de texto: Regência dos verbos transitivos – diretos e relativos. Crase: Regras negativas. Particularidades da regra de crase: Redação da correspondência comercial.

<p>Matemática Comercial</p>	<p>Percentagens – métodos de fórmulas – dedução das fórmulas – problemas. Desconto de faturas – exercícios. Descontos sucessivos – método de redução e taxa única. Problemas. Operações de compra e venda - porcentagem de lucro calculada sobre o preço de custo - exercícios. Operações de compra e venda – porcentagem de lucro, calculada sobre o preço de venda – exercícios. Juros simples – conceito, definição e elementos. Juros simples e métodos das fórmulas e dos divisores fixo – exemplos. Determinação dos divisores fixos – exercícios. Juros simples – cálculo dos juros – exercícios.</p>	<p>Juros Simples (método Div. Fixos) - cálculos do capital e do tempo /- Exercícios. Juros Simples (Met. Div. Fixos) – Cálculo do montante – exercícios. Juros diversos Cap. A taxa igual – explicação da fórmula – exercícios. Juros de diversos cap. a taxas diferentes – dedução da fórmula – exercícios. Juros de diversos cap. a taxas diferentes – problemas. Operações de compra e venda – cálculo do lucro sobre a venda (recapitulação) exercícios. Operações de compra e venda – Cálculo sobre o custo (recapitulação) exercícios. Preço médio. Explicação – exercícios. /Ágio de moedas e título – exercícios. Ágio de títulos – problemas. Juros simples cálculo dos juros quando se conhece o montante, taxa e tempo – exercícios.</p>
<p>Inglês</p>	<p>Gramática – Artigo definido; Gramática – Números cardinais e ordinais. Frases usadas nos princípios das cartas. Escrever cartas. Ditado. Tradução. Exercícios sobre números cardinais e ordinais. Frases iniciais de cartas. Vocabulário sobre livros comerciais. Plural dos substantivos – exercícios.</p>	<p>Exercício oral: diálogo. Estudo de uma carta comercial. Estudo sobre cartas e expressões comerciais. Verbo <i>to be</i> e <i>to have</i>. Carta comercial. Expressões iniciais de cartas e o verbo <i>to be</i> nas diferentes formas. Frases iniciais de cartas comerciais. Uma resposta de uma circular em inglês. Leitura e tradução de uma carta.</p>

Física e Química	<p>Apreciação geral da física – sua definição. Fenômenos físicos. Objeto e divisão da física. Observação e experimentação. Matéria e corpo. Estado físico dos corpos. Propriedades gerais dos corpos.</p> <p>Medidas das grandezas lineares. Instrumentos de medida de precisão. Grandezas físicas. Unidade de comprimento. Unidade de superfície. Unidade de volume. Definição e divisão da química. Fenômenos físicos e químicos. Corpos simples e compostos. Propriedades dos corpos. Mudanças de estado. Nônio. Catetômetro. Micrômetro de espessura. Esferômetro. Moléculas e átomos. Notação química. Combinação e mistura. Análise e síntese. Mecânica – definição e divisão. Noções de cinemática. Móvel. Divisão de movimento, relativamente a trajetória, direção e velocidade. Movimento uniforme.</p>	<p>Movimento circular uniforme. Eletrólise – definição. Divisão dos condutores elétricos. Íons químicos – definição e divisão. Reações secundárias – Problemas. Afinidade e valência. Divisão dos elementos por sua função. Movimento variado. Nomenclatura química. Anídricos – definição e nomenclatura. Ácidos – definição e propriedades. Constituição dos ácidos. Radical ácido. Radical halogênico. Basicidade dos ácidos. Divisão e nomenclatura dos ácidos. Óxidos – divisão e nomenclatura. Bases – definição. Constituição. Propriedades físicas. Aceleração. Propriedades químicas das bases. Nomenclatura. Sais – definição e constituição. Determinação do espaço.</p>
Mecanografia	<p>Mecanização do trabalho. Conceito sobre mecanização. Máquinas de escritório quanto à construção, quanto a capacidade, quanto a utilidade. Máquina de escrever.: Invenção e história. Máquinas de escrever: Invenção e histórico. Máquinas de escrever com teclado completo, simples e reduzido. Teclado universal. Máquinas de escrever Diamond. Padrões de tipos das máquinas de escrever. Exercícios de datilografia.</p>	<p>Teclado Diniz Magalhães. Organização do trabalho. Teoria de Taylor sobre organização. Taylorismo. Princípios de Taylor sobre organização – exercícios de datilografia. Taylorismo.</p>

Prática Jurídica Civil e Comercial	Comerciante – Qualidade – Capacidade jurídica – Atos de comércio, profissão habitual – Matrícula de comerciante – Firma e razão social – Registro. Formalidades para inscrição de firma. Sociedades comerciais: personalidade jurídica – Contrato social. Princípios que orientam a confecção (redação) de um contrato.	
---------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Fonte: Centro de Documentação Escolar – MT, 1945.

Foram localizadas também no relatório de 1945 da Escola Técnica do Comércio, as teses¹⁰ para as provas finais, aplicadas no final do período escolar. As teses estavam divididas por disciplina e série, ficando assim definidos os pontos a serem cobrados na 1ª série:

Quadro 12. Tese para as provas finais do ano de 1945.

Disciplina/Data relatório da tese	Tese - prova final
Português 30.11.1945	<p>– 1ª a – Colocação do pronome oblíquo. b – Verbo impessoal- definição e divisão. c – Emprego do relativo cujo.</p> <p>2ª a – Regência do aconselhar: exemplos. b – Prefixo – definição e exemplos. c – Pronome si e consigo.</p> <p>3ª a – Verbo assistir na voz passiva. b – Hibridismo. c - Sufixo aumentativo e diminutivo.</p> <p>4ª a - Regência do verbo deparar. b – Palavras de outras línguas já incorporadas em nosso vocabulário. c – Conjunção causal.</p> <p>5ª a – Verbos transitivos diretos e relativos. b – Pleonasma – definições e exemplos. c - Conjunção conjuncional.</p> <p>6ª a – Emprego do imperativo afirmativo e negativo. b – Regência; definição e citar alguns casos. c – Oração subordinada adverbial.</p> <p>7ª a – Regência dos verbos pagar, perdoar, cobrar e dever. b – Mesóclise Definição e dizer em que casos se verifica a mesóclise. c – Oração subordinada substantiva.</p> <p>8ª a – Regência do verbo preferir. b – Conjunção integrante – definir e ilustrar com um exemplo numa frase. c – Verbo emprestar nas acepções de dar emprestado e de pedir emprestado.</p>

¹⁰ As teses aqui descritas referem-se aos pontos dados durante todo o ano letivo.

	<p>9ª a – Crase. b – Definir metáfora e dar exemplos. c – Regras negativas de crase.</p> <p>10ª a – Interrogações nominais. b – Cacofonia – exemplos. c – Regência dos verbos falar e dizer.</p> <p>11ª a – Palavras atrativas. b – Perífrase verbal – definições e exemplos. c – Regência do verbo consentir.</p> <p>12ª a - Orações adjetivas-relativas. b - Verbo dar exprimindo horas e na acepção de soar – exemplos. c - Compostos dos verbos ver e vir.</p> <p>13ª a – Formas de pronomes enclítico. b – Definir sintaxe – regra geral de concordância do verbo com o sujeito. c – Formas rizotômicas e arrizotômicas.</p> <p>14ª a – Oração optativa. b – Quais são os verbos que denotam fenômenos meteorológicos. c – Abreviaturas usuais na correspondência.</p> <p>15ª a- Verbos relacionados com a partícula se. b – Antítese – definir e dar exemplos. c – Como se empregam os tratamentos.</p> <p>16ª a – Verbo responder. b – Ambiguidade – exemplo. c – Neologismo.</p> <p>17ª a – Particularidades da regra de crase. b – Regra de pronúncia relativa aos compostos gregos. c – verbo haver.</p> <p>18ª a – Regência dos verbos avidar, prevenir, informar e certificar. b – o encontro de se com o, a, os, as. c – Lambdacismo e rotacismo.</p> <p>19ª a – Regência do verbo precisar. b -ênclise. Exemplos. c – Hiato e Colisão.</p> <p>20ª a – Regência do verbo pedis. b – Próclise – definir e exemplos. c – Cataclismos.</p>
<p>Matemática Comercial 12.12.1945</p>	<p>1º – a - Matemática comercial – seu objetivo. Operações financeiras a curto prazo. Explicação. b- Problema sobre Regra de Sociedade simples. c - Juros simples – Cálculo do tempo.</p> <p>2º - a - Porcentagem – generalidades. b - Problema – conversão de moeda inglesa em brasileira. c - Juros simples – cálculo de capital.</p> <p>3º a - Desconto de faturas – definição e conceito – Descontos sucessivos. b - Problema – Cálculo do preço médio. c - Cálculo da taxa média.</p> <p>4º a - Regra de Sociedade – definição, divisão, elementos. Métodos para resolução de problemas. b - Problema de desconto – cálculo do valor atual. c - Cálculo da taxa média.</p> <p>5º a – Juros – generalidades. b- Problema de câmbio direto. c- Problema de desconto.</p> <p>6ª a – Desconto – Definição, divisão, elementos. Métodos para resolução de problemas. b – Problema sobre porcentagem. c – Cálculo dos juros de diversos capitais a taxas diferentes.</p> <p>7ª a – Câmbio – definição e conceito. b – Cálculo do lucro sobre o preço de venda. c – Problema de desconto.</p> <p>8ª a- Métodos comerciais abreviados para resolução dos problemas de juros simples. b – Problema de câmbio indireto. c – Cálculo do preço médio.</p>

9ª a – Porcentagem – definições; processos para resolução dos processos de porcentagem. b – Problema de juros – cálculo de capital. c – Conversão de moedas.

10ª a – Juros – definição, elementos, divisão. Métodos para resolução dos problemas de juros simples. b – Problema sobre Regra de Sociedade composta. c- Cálculo da taxa única.

11ª a – Matemática Comercial – definição e conceito. b – Cálculo do Lucro sobre o custo e sobre a venda. c – Juros de diversos capitais à mesma taxa.

12ª a – Regra de Sociedade simples e composta – métodos para a resolução dos problemas – Explicação. b – Problema de juros – cálculo do tempo. c – Problema de porcentagem.

13ª Taxa de câmbio – Câmbio ao par – Raízes que dão o certo e o incerto. Métodos para os problemas de câmbio indireto. b – Problema de desconto – cálculo do Desconto. C – Problema de Juros - cálculo dos Juros.

14ª a – Desconto – definição, divisão, elementos. Métodos para rede solução de problemas de Desconto. b – Problemas – Juros de diversos capitais a taxas diferentes. c – Problema de Regra de Sociedade.

15ª a – Câmbio com a Inglaterra e com os outros países. Liga. b – Problema de Juros – cálculo da taxa. c – Problema de Desconto.

16ª a – Juros de diversos capitais à mesma taxa e a taxas diferentes – métodos abreviados. b – problemas de porcentagem. c – Preço médio.

17ª a – Câmbio direto e indireto – sistema monetário dos principais países – Liga. b- Problema – preço médio. c – Problema- Juros de diversos capitais.

18ª a – Redesconto – quando são usados pelos bancos – métodos empregados para sua determinação. b – Problema de Regra de Sociedade Simples. c – Problema de porcentagem.

19ª – Taxa média – Prazo médio – Preço médio – Método para determinação dos mesmos. b – Problemas de câmbio direto. c – Problema de Juros – cálculo de capital.

20ª a – Operações financeiras a curto prazo – Explicação. Matemática comercial – seu objeto. b - Problema de desconto. c – Problema de Juros – cálculo do tempo.

Inglês12.12.1945	<p>1ª a – Artigo definido. b – Verbo regular – forma afirmativa. c – Nomes em inglês dos livros usados no comércio.</p> <p>2ª a – Pronomes do caso reto. b – Verbo “<i>to answer</i>” – forma negativa. c – Tradução.</p> <p>3ª a – Plural dos substantivos. b – Verbo regular – forma interrogativa. c – Tradução.</p> <p>4ª a – Nomes dos dias da semana. b – Verbo irregular – forma interrogativa. c – Tradução.</p> <p>5ª a – Citar três frases finais de cartas comerciais. b – Verbo irregular – forma afirmativa. c – Tradução.</p> <p>6ª a – Números ordinais. b – Verbo regular – forma interrogativa. c – Tradução.</p> <p>7ª a – Pronome do caso oblíquo. b – Verbo regular – forma negativa. c – Tradução.</p> <p>8ª a – Adjetivos demonstrativos. b – Verbo “<i>to fly</i>” – forma interrogativa. c – Tradução.</p> <p>9ª a – Pronomes demonstrativos. b – Verbo regular – forma interrogativa. c – Tradução.</p> <p>10ª a – Adjetivo indefinido. b – Verbo regular. c – Tradução.</p> <p>11ª a – Adjetivo indefinido - nenhum. b – Verbo regular – forma afirmativa. c – Tradução.</p> <p>12ª a – Frases interrogativas. b – Verbo auxiliar. c – Tradução.</p> <p>13ª a – Frases com interrogativas diferentes de “<i>not</i>”. b – verbo “<i>can</i>” – forma afirmativa. c – Tradução.</p> <p>14ª a – Números cardinais. b – Verbo regular – forma interrogativa. c – Tradução.</p> <p>15ª a – Gêneros do substantivo. b – Verbo “<i>to do</i>”. c – Tradução.</p> <p>16ª a – Adjetivo qualificativo. b – verbo “<i>to speak</i>”- forma interrogativa.. c – Tradução.</p> <p>17ª a – Pronomes relativos. b – Verbo irregular – forma interrogativa. c – Tradução.</p> <p>18ª a – Adjetivos. b – Verbo regular – forma afirmativa. c – Tradução.</p> <p>19ª a – Pronomes possessivos. b – Verbo regular – forma afirmativa. c – Tradução.</p> <p>20ª a – Sintaxe do sujeito. b – Verbo regular -forma afirmativa. c – Tradução.</p>
------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>Física e Química 10.12.1945</p>	<p>1ª a- Propriedades dos corpos. b – Máquinas simples. c – Problema sobre soluções. 2ª a – Afinidade e valência. b – Dilatação dos corpos. c – Problema sobre trabalho. 3ª a – Notação química. b – Densidade dos líquidos. c – Problema sobre máquinas simples. 4ª a – Análise e síntese. b – Gravidade. c – Problema sobre variação de pressão. 5ª a – Água. b – Densidade dos sólidos. c – Problema sobre composição centesimal. 6ª a – Fenômenos físicos e químicos. b – Composição de forças. c – Problema sobre dilatação. 7ª a – Óxidos e anídricos. b – Metro, catetômetro, esferômetro e nônio. c – Problema sobre hidrogênio. 8ª a – Lei de Lavoisier. b – Métodos de pesadas. c – Problema sobre densidade. 9ª a – Ácidos. b – Pressão sobre os corpos imersos. Princípio de Arquimedes c - Problema sobre oxigênio. 10ª a – Hidrogênio. b – Forças. c – Problema sobre peso específico. 11ª a- Moléculas e átomos. b – Trabalho mecânico. Energia. c – Problema sobre a variação de temperatura. 12ª a – Lei de Proust. b – Movimento circular. c -Problema sobre máquinas simples. 13ª a – Divisão dos elementos por sua função. b – Propriedade geral dos corpos. c – Problemas sobre hidrogênio. 14ª a – Oxigênio. b – Peso específico. c – Problema sobre movimento circular uniforme. 15ª a – Sais. b – Composição de forças. c – Problema sobre variação de temperatura. 16ª a – Lei de Gay-Lussac. b – Dilatação dos sólidos. c – Problema sobre movimento uniforme – determinação do espaço. 17ª a – Eletrólise. b – Movimento variado. c – Problema sobre dilatação dos sólidos. 18ª a – Mudanças de estado. b – Movimento uniforme. c – Problema sobre balança. 19ª a – Bases. b – Balanças. c – Problema sobre movimento uniformes – determinação de tempo. 20ª a – Combinação e mistura. b – Máquina simples. c – Problema sobre densidade.</p>
<p>Mecanografia 06.12.1945</p>	<p>1ª a - Definição de Mecanografia. b – Teclado Universal. c – Máquinas de escrever de teclado completo. 2ª a - Máquinas de escrever de teclado simples. b – Máquinas de escrever Hammond. c – Testes para admissão de empregados de escritório. 3ª a - Máquinas de escrever de teclado reduzido. b – Criação e histórico do teclado universal. c – Testes para datilógrafo. 4ª a - Máquinas de escrever. b – Invenção. c – Histórico.</p>

	<p>5ª a - Luz, ventilação e ruído nos escritórios.</p> <p>6ª a - Fatores externos que influem na produção individual: luz, ventilação e ruído.</p> <p>7ª a - Invenção e histórico da máquina de escrever.</p> <p>8ª a – Causas do grande desenvolvimento da correspondência comercial. b – Características de um bom sistema de arquivo. c – Arquivamento geográfico.</p> <p>9ª a – Sistemas de arquivamento. b – Arquivamento alfabético e arquivamento por assunto.</p> <p>10ª a – Causas do grande desenvolvimento da correspondência comercial. b – Características de um bom sistema de arquivo. c – Arquivamento numérico.</p> <p>11ª a – Estabelecimentos considerados sob o ponto de vista da organização. b – Luz direta e semidireta.</p> <p>12ª a - Departamento de administração, produção, compras e vendas e financiamento.</p> <p>13ª a - Departamento de contabilidade. b – Luz indireta. c – Departamento de produção.</p> <p>14ª a – Correspondência comercial. b – Clareza e limpeza nas cartas comerciais.</p> <p>15ª a – Sistemas de duplicação. Duplicação por via úmida. c – Teclado universal.</p> <p>16ª a- Sistemas decalquegráficos de duplicação. b- Sistemas de arquivos. c – Arquivamento decimal.</p> <p>17ª a – Correspondência comercial. b – Termos técnicos empregados na correspondência comercial. c – Estética a ser observada nas cartas comerciais.</p> <p>18ª a – Princípio de Taylor sobre a organização. b – Máquinas de escrever quanto ao teclado. c – Tecnologia de uma máquina de escrever.</p> <p>19ª a – Testes gramaticais, testes visuais, testes de pontuação.</p> <p>20ª a – Testes para contadores, taquígrafos e faturistas, testes de inteligência geral.</p>
Prática Jurídica Civil e Comercial	Não foi localizada documentação da tese da prova final da Disciplina Prática Jurídica Civil e Comercial.

Fonte: Centro de Documentação Escolar – MT, 1945.

Partindo-se da análise da matéria dada, de acordo com o relatório das teses que iriam ser cobradas em cada prova final das disciplinas ministradas na primeira série do Curso de Técnico de Contabilidade, vamos nos apoiar na afirmação de Chervel (1990) quando este aponta que:

A distinção entre finalidades reais e finalidades de objetivo é uma necessidade imperiosa para o historiador de disciplinas. Ele deve aprender a distingui-las mesmo que os textos oficiais tenham tendência de misturar umas às outras. Deve sobretudo

tomar consciência de que uma estipulação oficial, num decreto ou numa circular, visa mais frequentemente, mesmo se ela é expressada em termos positivos, corrigir um estado de coisas, modificar ou suprimir certas práticas, do que sancionar oficialmente uma realidade. (CHERVEL, 1990, p. 190).

Dessa forma, ao investigar o relatório no qual está a transcrição das matérias dadas e posteriormente cobradas nas provas finais, estaremos concordando com o autor e analisando as disciplinas a partir de sua abordagem quando este afirma que a escola é colocada, a cada época, a fim de alcançar determinados objetivos que inferirão no caráter educativo fornecido pela instituição, uma vez que a escola sempre estará inserindo um conteúdo de instrução a serviço de uma finalidade educativa. Torna-se, assim, indispensável uma investigação que remeta a uma possível conexão entre o que foi estabelecido como finalidade para os conteúdos de ensino e o que foi de fato ensinado na escola.

Observamos a partir dos indícios localizados nas fontes documentais que os conteúdos dados nos meses de março, abril e maio de 1945 foram elencados como matérias a serem cobradas na prova final do curso. Considerando-se que os relatórios das disciplinas ministradas bem como o relatório dos conteúdos cobrados foram assinados pelo professor de cada disciplina, pelo diretor da instituição e pelo Inspetor Federal do Departamento de Ensino Comercial, torna-se cabal conjecturar sua efetiva aplicação na instituição.

Dessa forma, tal análise trouxe à nossa reflexão a colocação de Goodson (2001), de que “[...] há também reações colectivas em relação ao currículo e, quando os padrões são explicitados, percebe-se que o currículo escolar está longe de ser um fator *neutro*.” (Goodson, 2001, p. 17, grifos do autor). As disciplinas do curso técnico de contabilidade – ou curso de contabilidade – estavam divididas entre disciplinas de cultura geral e disciplinas de cultura técnica. As disciplinas de cultura geral foram propostas, a partir das falas do Ministro Gustavo Capanema, a fim de trazer uma cultura mais humanística aos jovens brasileiros, a princípio na mudança estrutural trazida pela Reforma Capanema ao ensino secundário, sendo estendida a proposta, ainda que timidamente, ao curso comercial.

No entanto, ao observarmos as disciplinas de cultura geral ministradas nos meses de março, abril e maio do ano de 1945 na primeira série da Escola Técnica do Comércio de Cuiabá, pudemos observar que na disciplina de Português foi ministrado o conteúdo de redação comercial e de redação de correspondência comercial. Em matemática, foram ministrados, entre outros, os conteúdos que tratavam de percentual, juros simples, compra e venda e lucro. Em inglês foram aplicados tópicos quase que exclusivamente de vertente comercial, como frases de cartas comerciais, vocabulários de livros comerciais, respostas a circulares em inglês

bem como leitura e tradução de cartas comerciais. Assim, pode-se perceber que ademais da proposta das disciplinas de cultura geral, seu direcionamento era estritamente ligado ao caráter profissional do curso.

O Regulamento Interno da Escola Técnica do Comércio de Cuiabá, de 1946, não apresentou alterações no que se refere ao currículo do Curso Técnico Comercial, assim permanecendo até o ano de 1948, quando foram criadas, através do Decreto-Lei 476, de 27 de fevereiro, as disciplinas de Contabilidade Pública e História Administrativa e Econômica do Brasil.

Essas e outras alterações na grade curricular foram observadas em documentos oficiais enviados através de Relatório ao DEC (Direção do Ensino Comercial). A grade curricular da primeira série não sofreu alterações, porém a segunda e terceira séries apresentaram modificações em suas grades. A disciplina de Português foi acrescida em ambas as séries. Na segunda série passou a ser ministrada também a disciplina de Biologia; as disciplinas Técnica Comercial e Processos de Propaganda foram substituídas pela de Organização Técnica e Comercial.

Na terceira série deixou de ser ministrada a disciplina Seminário Econômico e foram acrescidas as disciplinas de Português, Geografia Humana do Brasil e Contabilidade Pública. A nomenclatura da disciplina História do Comércio foi alterada para História Administrativa e Econômica do Brasil.

Os livros didáticos adotados pelos docentes da Escola Técnica do Comércio constaram no relatório do ano letivo de 1948 enviado a Diretoria do ensino Comercial, e estavam assim relacionados:

Quadro 13. Livros didáticos ano 1948

DISCIPLINA	TÍTULO	AUTOR
Português	Correspondência Comercial Portuguesa	Fernando Hernani Gentile
Inglês	Correspondência Comercial Inglesa	J. L. Campos Junior
	Inglês Comercial (Curso Prático)	Acácio Lobo
	<i>Ginásial Grammar (Gymnasial Grammar)</i>	Humberto C Botelho (<u>Hubert Coventry Bethell</u> , 1947)

Matemática	Matemática Comercial e Financeira	Luiz Cavalheiro
	Matemática Comercial	Francisco D’Auria ¹¹
Física e Química	Química Geral	Leonel França
	Física Nobre	Não consta autor
Contabilidade Geral	Noções de Contabilidade	Francisco D’Auria
	Contabilidade Mercantil	Nelson B. Morição
Mecanografia	Teoria e Prática da Mecanografia	Numa Freire
	A Datilografia	Alfredo Anderson
Elementos de Economia	Compêndio de Economia Política	Carlos Gede
Biologia	Compêndio de Biologia	Pirantoni
	Noções de Biologia	João Pulquério do Amaral e Leitão
Organização e Técnica Comercial	Técnica Comercial	Paulo de Freitas
	Publicidade e Propaganda	Ernani Macedo de Carvalho
Contabilidade Comercial	Curso de guarda-livros	Domingos Neves
Merceologia	Merceologia e Tecnologia	Lion de Araujo
Prática Jurídica Geral e Comercial	Prática Jurídico Comercial	Abilio Pereira de Almeida e José de Queiroz Matezzo
Geografia Humana do Brasil	Política e Econômica	Delgado de Carvalho

¹¹ Paulista, o professor e contador Francisco D’ Áuria foi um dos precursores da regulamentação da profissão contábil. Junto com Frederico Hermann Junior, participou ativamente na criação das primeiras entidades de classe, como o Instituto Paulista de Contabilidade e a Academia Paulista de Contabilidade, além de ser um dos fundadores da Revista Brasileira de Contabilidade. Autor de várias obras, defendia filosoficamente a Contabilidade como Ciência Pura, introduzindo o Patrimonialismo na Contabilidade Pública brasileira. (CFC, LIVRO COMEMORATIVO, 2016)

História Administrativa e Econômica do Brasil	História Econômica do Brasil	Roberto C. Simonsen
Elementos de Estatística	Elementos de Estatística	Paulo Acioli de Sá
Contabilidade Industrial	Contabilidade Industrial	Francisco D'Auria
Contabilidade Bancária	Contabilidade Bancária	Jonas Corrêa e Francisco D'Auria
Contabilidade Pública	Contabilidade Pública	Manoel Marques de Oliveira

Fonte: Centro de Documentação Escolar – MT, 1948

Também na adoção dos livros didáticos pelos docentes foi verificado o direcionamento estritamente profissionalizante do curso, o que nos leva a pontuação observada por Chervel (1990). Ao tratar a respeito das finalidades educativas das disciplinas, o autor (1990) aponta que de acordo com as alterações recebidas por estas, modificaram-se os conteúdos de instrução a serem ensinados. Nas disciplinas de cultura geral foram adotados os seguintes títulos: Português: Correspondência Comercial Portuguesa; na disciplina de Inglês dois dos três títulos foram: Correspondência Comercial Inglesa e Inglês Comercial (Curso Prático); em Matemática foram adotados dois títulos: Matemática Comercial e Matemática Comercial e Financeira.

A relação de livros didáticos adotados pela Escola Técnica do Comércio de Cuiabá, durante o ano de 1950 sofreu algumas alterações. A grade curricular permaneceu a mesma, porém novas obras foram adotadas em algumas disciplinas:

Quadro 14. Livros didáticos ano 1950

DISCIPLINA	TÍTULO	AUTOR
Português	Português para o Curso Técnico	José Cretela Junior
Elementos de Economia	Elementos de Economia Política	J. Petrell Gostaldi
Geografia Humana do Brasil	Manual de Geografia Humana	Moyses Gicovate
Elementos de Estatística	Pontos de Estatística	Lauro Sodrê Viveiros de castro

Fonte: Centro de Documentação Escolar, Relatório de 1950

Verificamos que na disciplina de Português, que se tratava de uma disciplina de Cultura Geral, o título adotado continuou, como no período anterior, direcionado a uma linguagem técnica, de acordo com a proposta profissionalizante do curso técnico de contabilidade.

3.1.1 Horário de Funcionamento das Aulas

As aulas na Escola Técnica do Comércio de Cuiabá aconteciam no período noturno. A organização e o horário de ministração das disciplinas estavam sistematizados da seguinte forma, segundo o Relatório do ano de 1950:

Quadro 15. Horário das aulas para a 1ª série – 1950

Horário A NOITE	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
6.45 as 7.30	Física - Química	Inglês	Português	Inglês	Português
7.30 as 8.10	Português	Matemática	Física – Química	Matemática	Matemática
8.30as 9.10	Elem. Economia	Mecanografia	Mecanografia	Mecanografia	Contabilidade Geral
9.10 as 9.50	Contabilidade e Geral	-	Contabilidade e Geral	Elem. de Economia	-

Fonte: Centro de Documentação Escolar – Relatório de 1950

Quadro 16. Horário das Aulas para a 2ª série – 1950

Horário A NOITE	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
6.45 as 7.30	Práticas Jur. G. e Comercial	Matemática	Prát. Jur. G. e Comercial	Matemática	Prát. Jur. G. e Comercial
7.30 as 8.10	Merceologia	Inglês	Português	Inglês	Português
8.30as 9.10	Contabilidade de Comercial	Org. Téc. Comercial	Merceologia	Org. Técnica e Comercial	Org. Técnica e Comercial
9.10 as 9.50	Elem. Estatística	Contabilidade de Comercial	Biologia	-	Contabilidade de Comercial

Fonte: Centro de Documentação Escolar – Relatório de 1950

Quadro 17. Horário de aulas para a 3ª série - 1950

Horário A NOITE	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
6.45 as 7.30	Português	Contabilida de Industrial	História Adm. E Econ. do Brasil	Contabilidad e Industrial	História Adm. E Econ.do Brasil
7.30 as 8.10	Prát. Jur. G. e Comercial	Geografia H. do Brasil	Prát. Jur. G. e Comercial	Contabilidad e Pública	Prát. Jur. G. e Comercial
8.30as 9.10	Contabilida de Bancária	Contabilida de Pública	Português	Geografia H. do Brasil	Contabilida de Industrial
9.10 as 9.50	Elementos de Estatística	-	Contabilida de Bancária	Elementos de Estatística	Contabilida de Bancária

Fonte: Centro de Documentação Escolar – Relatório de 1950

As tabelas 02, 03 e 04 vão reiterar a aplicação das disciplinas elencadas nos relatórios, de acordo com o currículo a ser praticado nas escolas técnicas do comércio no país, estabelecido na legislação vigente.

No âmbito federal, a portaria federal de número 926, de 03 de setembro do ano de 1951 expediu os programas de Física e Química, Biologia, Geografia Humana do Brasil e respectivas instruções metodológicas, para os cursos técnicos de comércio. A portaria esclarece que de acordo com o Decreto nº 14.373, de 26 de dezembro de 1943, em seu artigo 16, expediu-se tais programas a fim de os mesmos fossem observados nos estabelecimentos de ensino comercial. A portaria trouxe o programa para cada série do Curso Técnico de Comércio, acrescido das respectivas instruções metodológicas a serem observadas. A orientação a respeito das instruções metodológicas estava prevista no Art. 14 do Decreto 6141, que apresentava um direcionamento aos docentes quanto a ministração das disciplinas: “Para o ensino das disciplinas e das práticas educativas, serão organizados, e periodicamente revistos, programas que deverão conter, além do sumário da matéria, as adequadas instruções metodológicas”. (BRASIL, Decreto 6141, 1943).

Quadro 18. Programa de Física e Química para a 1ª série

Disciplina	Unidades	Instruções Metodológicas
FÍSICA	I – Energia Mecânica – 1. Matéria e corpo; estados físicos dos corpos. 2. Força; medida das forças. 3.	No ensino da disciplina de Física e Química, dever-se -a ter em vista os objetivos referentes à

	<p>Massa e peso; balanças. 4. Noções de velocidade e aceleração. 5. Trabalho, potência e energia. 6. Gravidade. Lei da queda dos corpos. Leis do pêndulo.</p> <p>II – Estática dos Líquidos e Gases – 1. Noção de pressão. 2. Princípio de Pascal. 3. Equilíbrio dos líquidos. 4. Princípio de Arquimedes. 5. Noção de densidade. 6. Pressão Atmosférica; experiência de Torricelli. 7. Princípio dos barômetros. 8. Princípio dos Manômetros.</p> <p>III – Calor – 1. Dilatação dos sólidos, líquidos e gases. 2. Termômetros; escalas termométricas. 3. Noção de caloria. 4. Mudanças de estado.</p> <p>IV – Som – 1. Produção, propagação e velocidade do som. 2. Reflexão do som; eco; ressonância.</p> <p>V – Luz – 1. Propagação da luz; sombra e penumbra. 2. Reflexão da luz; espelhos planos. 3. Fração da luz; noções de prismas e lentes. dispersão da luz.</p> <p>VI – Eletricidade e Magnetismo - 1. Eletrização dos corpos. Experiências de Galvani e Volta; pilhas elétricas. 3. Noções sobre corrente elétrica; intensidade das correntes; resistência dos condutores. 4. Efeitos físicos e químicos da corrente elétrica. 5. Imãs Naturais e artificiais. Atração e repulsão dos polos dos imãs; agulha imantada e bússola. 6. Eletroímãs; aplicações.</p>	<p>noção de causalidade dos fenômenos, ao gosto pela observação, pela pesquisa e pelas invenções, e ao amor à verdade e à honestidade científica. A disciplina deverá, por isso, ser lecionada de sorte a estimular-se nos educandos o espírito de iniciativa, o hábito dos trabalhos sob projeto e de solução metódica dos problemas.</p> <p>2. A execução do programa deverá efetuar-se tendo-se como ponto de partida a base dos conhecimentos de Ciências Naturais ministrados no primeiro ciclo de estudos.</p> <p>3. A matéria programada será analisada metódica e objetivamente, evitando-se pormenores que possam prejudicar a aplicação global das unidades previstas e o exame de todos os seus itens.</p> <p>4. A terminologia científica será limitada ao mínimo indispensável, evitando-se a sobrecarga da sinonímia e limitando-se a descrição dos aparelhos ao que for absolutamente necessário a compreensão dos fenômenos. Recomenda-se, por isso, que o professor tenha bastante cautela no desenvolvimento do programa de forma que haja equilíbrio na distribuição da matéria determinada, quer para o ensino da Física ou para o ensino da Química.</p>
QUÍMICA	<p>I – 1. Corpo e substâncias. 2. Substâncias amorfas e cristalinas. 3. Mistura homogêneas e heterogêneas; soluções; separação dos componentes das misturas.</p> <p>II – Composição das substâncias – 1. Fenômenos físicos e químicos. 2. Substâncias simples e compostas. 3. Noção de elemento,</p>	<p>5. São essenciais, para a eficiência da aprendizagem, as experiências de caráter demonstrativo e os trabalhos de laboratório, utilizando-se para isso o material existente na escola.</p> <p>6. Convém que sejam os alunos incentivados no gosto pela leitura</p>

	<p>classificação dos elementos. 4. Símbolos e formas. 5. Átomo - grama e molécula-grama. 6. Noção de valência.</p> <p>III - Interação das substâncias – 1. Reações químicas; misturas e combinações. 2. Lei de constância da composição. 3. Lei da conservação da massa.</p> <p>IV – Funções químicas inorgânicas – 1. Noção de ácido, classificação dos ácidos. 2. Noção de base; classificação das bases. 3. Noção de sal; generalidades sobre a nomenclatura. 4. Função óxido.</p> <p>V – Principais elementos e seus compostos inorgânicos – 1. Hidrogênio e oxigênio; água. 2. Carbono; carvões minerais; gás de iluminação. 3. Nitrogênio; ácido nítrico e amônia; ar atmosférico. 4. Enxofre: ácido sulfúrico. 5. Cloro; ácido clorídrico. 6. Sódio; hidróxido de sódio. 7. Cobre; bronze e latão. 8. Ouro. 9. Zinco. 10. Alumínio. 11. Silicatos. 12. Estanho e chumbo. 13. Ferro; obtenção do aço.</p> <p>VI – Noções gerais de química orgânica. 1. Propriedades fundamentais do átomo de carbono. 2. Análise orgânica elementar. 3. Hidrocarbonetos; classificação; petróleos; alcatrão e [...]. 4. Alcoois: fermentação. 5. Funções fenol, éter, aldeído, cetona. Ácido orgânico e éter. 6. Glicídios; glucose; sacarose; [...] e celulose. 7. Lipídios e glicídios.</p>	<p>de livros de divulgação científica de reconhecido valor no trabalho de grupo, no planejamento das experiências e na cautela nas observações científicas.</p> <p>7. Além das experiências e dos demais trabalhos práticos, mostra-se conveniente, na execução do programa de Física e Química, o uso dos recursos didáticos variados, como as projeções luminosas e o emprego de filmes educativos.</p>
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: BRASIL, PORTARIA, 1951

Interessante notar que as instruções metodológicas abordavam questões como provocar o espírito de iniciativa dos jovens, criar hábitos de apresentação de trabalhos bem como incitá-los à solução dos problemas. Tais instruções parecem contribuir com as orientações implícitas no ideário do governo Vargas, no que se refere a formação integral do adolescente. Assim, o ato de delinear ou orientar que a terminologia científica seja limitada ao mínimo

indispensável, evitando-se a sobrecarga da sinonímia e limitando-a a descrição dos aparelhos somente ao que for absolutamente necessário a compreensão dos fenômenos, parece contradizer que se objetive a formação de um aluno de forma integral.

O mesmo parece ocorrer na aplicação do programa de Biologia para a segunda série dos Cursos Técnicos do Comércio ao refletirmos na publicação das instruções metodológicas para a manutenção da disciplina curricular, divulgada através da portaria N. 926, de 03 de setembro de 1951:

Quadro 19. Programa de Biologia para a 2ª série

Disciplina	Unidades	Instruções Metodológicas
BIOLOGIA	<p>I – Introdução – Diferenças entre os seres brutos e os seres vivos. 2. Conceito e divisões de Biologia. 3. Diferenças entre animais e vegetais. 4. Noção de sistemática biológica.</p> <p>II – Célula e Tecidos – Célula; principais componentes da célula. 2. Divisão celular direta e indireta. 3. Tecidos vegetais; embrionários e adultos. 4. Tecidos animais; tecidos epitelial, de substância conjuntiva, muscular, nervoso e sangue.</p> <p>III – Organização e classificação dos vegetais – 1. Organização dos vegetais. 2. Classificação dos vegetais: Espermafíitas, Pteridófitos, Briófitos e Talófitos.</p> <p>IV – Caracteres gerais dos principais ramos animais – 1. Vertebrados. 2. Artrópode. 3. Outros invertebrados 4. Protozoários.</p> <p>V – Principais funções dos seres vivos – 1. Nutrição. 2. Respiração. 3. Irritabilidade. 4. Reprodução. 5. Órgãos e funções do corpo humano: Aparelho digestivo: digestão. Aparelho Circulatório; circulação. Aparelho respiratório; utilização do oxigênio; fonação. Aparelho urinário. Sistema nervoso. Órgãos dos sentidos. Secreções internas.</p> <p>VI – Noções de hereditariedade – 1. Experiências e Leis de Mendel. 2. Base física de herança. 3. Determinação do</p>	<p>Instruções Metodológicas</p> <p>O professor deve lembrar-se de que o estudo da Biologia tem como finalidades principais desenvolver o gosto pela observação e pela pesquisa, e proporcionar o conhecimento científico fundamental, além de enriquecer o vocabulário do estudante.</p> <p>2. Assim sendo, é conveniente reduzir ao mínimo a terminologia técnica, vernacularizar os termos das classificações e indicar sempre os animais e vegetais pelos nomes vulgares, ao mesmo tempo que se proporciona a noção de causalidade dos fenômenos.</p> <p>3. A lei exige que seja lecionada toda a matéria, pelo que o professor deve evitar pormenores supérfluos, desenvolvendo as unidades com critério metódico e procurando tanto quanto possível utilizar a aprendizagem anterior de Ciências Naturais, o que trará a vantagem de articular o estudo desta disciplina do Curso Comercial com o da Biologia, valorizando para os alunos os estudos já realizados.</p> <p>4. As experiências e os trabalhos de demonstração não devem ser postos a margem na execução do programa, devendo-se usar com frequência o</p>

	<p>sexo. 4. 4. Herança ligada ao cromossoma X. 5. Hereditariedade no homem.</p> <p>VII – Noções de Higiene – 1. Noção de saúde e doença; conceito de higiene. 2. Principais doenças transmissíveis do homem. 3. Doenças de carência; vitaminas e sais minerais. 4. Higiene pré-natal 5. Puericultor; importância da puericultura.</p>	<p>microscópio, para apresentação dos alunos de diversos tipos de célula.</p> <p>5. O estudo da organização dos vegetais deve ser iniciado pelos vegetais superiores, mais conhecidos dos alunos e de mais fácil exame nas suas diferentes partes, adotando-se um critério de complexidade decrescente, até atingir as bactérias, critério que pode ser seguido também no estudo dos ramos animais, começando-se pelos vertebrados, seguindo-se os artrópodes e passando-se, posteriormente, aos invertebrados e protozoários.</p> <p>6. No estudo dos órgãos e funções do corpo humano, as noções de anatomia devem ser reduzidas ao essencial e objetivadas sempre com o esqueleto, o esfolado, modelos em massa ou por meio de projeções, dando-se ao conhecimento anatômico relação constante com as funções do organismo.</p> <p>7. Recomenda-se que durante o ano letivo o professor determine a execução de trabalhos práticos e extra classe, que constituirão matéria suscetível de avaliação, podendo influir no julgamento dos exercícios mensais.</p>
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: BRASIL, PORTARIA, 1951.

Ao mesmo tempo que o programa previa o estudo da Biologia tendo como finalidade principal desenvolver o gosto pela observação e pela pesquisa, determinando inclusive a execução de trabalhos práticos e extra classe, este também possui a orientação da conveniência de se reduzir ao mínimo a terminologia técnica, vernaculizar os termos das classificações e indicar sempre os animais e vegetais pelos nomes vulgares. Assim, torna-se um programa controverso no que diz respeito as intenções de que tipo de aluno deseja formar.

O curso de geografia Humana para o Brasil era ministrado na terceira série dos cursos técnicos comerciais, e seu programa bem como suas instruções metodológicas eram constituídos da seguinte forma:

Quadro 20. Programa de Geografia Humana do Brasil para a 3ª série

Disciplina	Unidades	Instruções Metodológicas
GEOGRAFIA	<p>I – A posição geográfica do Brasil – 1. A geografia moderna, histórico e utilidade; a geografia física e a humana. 2. O fator posição astronômica aplicado no Brasil; condições climatológicas e suas consequências.</p> <p>II – Condições Geográficas da Evolução Brasileira – 1. Papel histórico do litoral, do relevo, dos rios e dos climas sobre o povoamento. 2. A penetração pelo rio São Francisco; a criação do gado. 3. A penetração paulista – as bandeiras. 4. Importância geográfico-histórica da mineração.</p> <p>III – Os Problemas da Colonização – 1. A imigração e a colonização. 2. Os elementos étnicos; os contingentes estrangeiros. 3. A marcha para oeste; a fundação de cidades.</p> <p>IV – Os Problemas da Economia Nacional – 1. As condições básicas: saneamento, mão de obra e técnica; transporte; combustível; crédito – a independência econômica. 2. A questão do ferro e a industrialização. 3. A valorização da Amazônia e do Brasil Central. 4. A evolução dos meios de transporte; a independência das unidades federadas.</p> <p>V – O Brasil no Continente Americano – 1. Os mercados produtores e consumidores; artigos de alimentação, matérias primas, manufaturadas, (análise de produção vegetal, mineral, animal e industrial). 2. Intercâmbio com a América do Norte. 3. Os mercados platinos e andinos.</p> <p>VI – O Brasil no Mundo – 1. O Brasil na civilização ocidental – mercados europeus. 2. Interesses brasileiros na Ásia, na África e na Oceania.</p>	<p>Os problemas de Geografia Humana do Brasil apresentados á discussão dos alunos da 3ª série dos cursos técnicos de comércio, deverão ser abordados de sorte que os estudantes possam aplicar os conhecimentos adquiridos durante o curso, quer na disciplina de Economia, quer nas de História e Geografia. É, pois, conveniente, que os temas sejam debatidos pelo professor e pelos alunos de modo que maior seja o interesse dos estudantes no acompanhamento do programa, Recomendam-se as consultas bibliográficas, o estudo das estatísticas, o trabalho cartográfico, a elaboração de monografias sob a assistência do professor e a organização de fichas adequadas sobre os diversos tópicos do programa. As Unidades I, II e III devem ser vistas no primeiro período letivo, reservando-se para o segundo período o estudo das Unidades IV, V e VI.</p>

Fonte: BRASIL, PORTARIA, 1951.

Nos programas de Geografia e História as instruções previam interações entre as disciplinas, estabelecendo relações também com o ensino de Economia, promovendo excursões, seminários, palestras, visitas a museus, bibliotecas, arquivos etc. No programa

destinado ao ensino de História Administrativa e Econômica do Brasil para as terceiras séries dos Cursos Técnicos de Comércio, estabeleceu-se:

Quadro 21. Programa de Ensino de História Administrativa e Econômica do Brasil

Disciplinas	Unidades	Instruções Metodológicas
HISTÓRIA ADM. E ECON. DO BRASIL	<p>I – O Descobrimento – 1. A expansão geográfica do mundo moderno. 2. O Descobrimento do Brasil. 3. A Revolução Econômica do século XVI.</p> <p>II – Sistemas de Colonização e Administração – 1. A exploração, o reconhecimento e o policiamento do litoral. 2. O sistema de Capitânicas. 3. Governos Gerais. 4. O Brasil com o Domínio Espanhol. O Governo dos Vice-Reis.</p> <p>III – A Economia Colonial – 1. O ciclo do pau brasil. 2. A cana de açúcar; os engenhos e sua evolução. 3. A expansão da pecuária. 4. As companhias de comércio. 5. O ciclo da mineração.</p> <p>IV – Expansão Territorial da Colônia – 1. A ocupação do litoral. 2. A conquista do Norte; A penetração da Amazônia. 3. As bandeiras e a conquista do centro e do sul.</p> <p>V – A independência – 1. Transmigração da família Real: a regência do Príncipe D. João. 2. O Brasil Reino. 3. A regência do Príncipe D. Pedro e a Independência.</p> <p>VI – O Império – 1. Primeiro Reinado: organização política e administrativa. 2. Período Regencial. 3. Segundo Reinado: política interna; evolução econômica; ação de Mauá; a agricultura e o elemento servil; a imigração.</p> <p>VII – A República – 1. O advento da República; a Constituição de 1891. 2. Moeda e Crédito. A evolução econômica na era republicana: a agricultura, a indústria e o comércio. 4. O Brasil e a Guerra de 1914-1918. 5. A crise de 1929-1930. 6. A Constituição de 1934 e a de 1937. 7. Repercussão econômica da guerra de 1939-1945. 8. Repercussão da política social trabalhista. 9. A Constituição de 1946; rumos da política externa.</p>	<p>O ensino da História Administrativa e Econômica do Brasil tem como finalidade fornecer aos alunos uma visão de conjunto da nossa evolução, focalizando, porém, mais detidamente os assuntos econômicos e a organização administrativa. Assim, no período colonial, convém salientar as ordenações do reino, as cartas forais, a Organização municipal e as Câmaras de vereança. O mesmo poder-se a fazer quanto á organização administrativa do Império e da República.</p> <p>2. É recomendável que sejam focalizados os fatos de ordem política, social, cultural e científica, pois só se terá perfeita compreensão de uma época estudando-se, em conjunto, todos os seus aspectos.</p> <p>3. Sempre que possível, cuidará o professor de estabelecer as relações com o ensino de Geografia e da Economia, e de recorrer também, a gráficos estatísticos, projeções luminosas, etc.</p> <p>4. Na execução deste programa, deverá o docente esforçar-se no sentido de garantir ao estudante uma visão global dos fenômenos de ordem histórica, - sendo essencial o planejamento das lições de sorte a abranger toda</p>

		<p>a matéria prevista para o ano letivo.</p> <p>5. Preocupação constante convém ser a de moderar a citação de nomes e de datas, importando principalmente a compreensão de como se verificaram as transformações políticas administrativas e econômicas nas diferentes épocas de nossa história.</p> <p>6. Procurará o professor estimular, por todos os meios, a iniciativa do aluno, promovendo excursões, seminários, palestras, visitas a museus, bibliotecas, arquivos etc. Imprescindível se faz fornecer ao aluno um bom conhecimento do método histórico.</p>
--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: BRASIL, PORTARIA, 1951.

Em Mato Grosso, conforme correspondência de número 910, de 30 de julho de 1954, encaminhada pelo Diretor geral do Departamento de Educação e Cultura ao Secretário de Educação, Cultura e Saúde do Estado de Mato Grosso Prof. Francisco A. Ferreira Mendes que constava do currículo da Escola Técnica do Comércio, as disciplinas de Mecanografia, Contabilidade Industrial, Contabilidade Comercial e Organização Técnica Comercial também faziam parte do programa .

A Diretoria do Ensino Comercial, órgão de regulamentação federal, publicou no ano de 1955, no dia 03 de janeiro, a Portaria de número 02 que estabeleceu ao programa a Disciplina Prática Jurídica Geral e Comercial, disciplina de Cultura Técnica, ministrada no segundo e terceiro ano do Curso Técnico de Contabilidade. A portaria contemplou inclusive as instruções metodológicas para ministração da disciplina:

Quadro 22. Programa de Prática Jurídica Geral e Comercial 2ª série

Unidades	Unidades	Instruções Metodológicas
----------	----------	--------------------------

<p>1 I – Conceito Geral de Direito. II – Direito Público e Direito Privado: definição, divisão e aspectos. 2 I – Estado: Noção, elementos e formas. II – Governo: noção e formas. III – Regime presidencial e regime parlamentar. 3 I – Fontes do Direito. II – Lei: definição, divisão, elaboração, eficácia e hierarquia. III – A Constituição de 1946: seus princípios fundamentais. 4 I – Sujeito do Direito. II – Pessoas: definição, divisão. III – Pessoas jurídicas: sua classificação. IV – Capacidade jurídica. 5 I – Objeto do Direito II – Bens: conceito e classificação. 6 I – Nascimento, transformação e extinção do Direito. II – Noção de fato e ato jurídico. III – Requisitos para a validade dos atos jurídicos. IV – Formas dos atos jurídicos e sua prova. V – Nulidade dos atos. 7 I – Direito de família: conteúdo. II – Casamento: formalidades, regimes,</p>	<p>II – Obrigações: definição e divisão. III – Causas extintivas das obrigações. IV – Contratos: definição e divisão. 12 I – Compra e venda: cláusulas e obrigações dos contratantes. II – Comodato e Mútuo. III – Depósito: nomes e espécies. 13 I – Mandato: noção e espécies. II – Gestão de negócios. III – Fiança. 14 I – Locação: espécies. II – Locação de coisas e serviços. III – Empreitada. 15 I – Contrato de trabalho: sua caracterização. II- Carteira profissional. III – Direitos e deveres dos empregados e dos empregadores. IV – Rescisão do contrato de trabalho. V – Dissídios individuais. VI – Inquérito para apuração de falta grave. VII – Dissídios coletivos. VIII – Justiça do trabalho. 16 I – Organização sindical. II – Sindicato: deveres e prerrogativas. III – Órgãos sindicais. IV – O Sindicato e o Estado. 17 I – Previdência e Assistência Social. II – Seguros sociais. III – Obrigações dos empregadores em face da</p>	<p>O ensino de Prática Jurídica Geral e Comercial, no Curso Técnico de Contabilidade, tem por objetivo ministrar conhecimentos elementares de Direito imprescindíveis à formação e ao exercício da atividade profissional.</p> <p>O professor, no desenvolvimento do programa, terá sempre de partir das normas de Direito positivo, ressaltando aquelas de maior importância na vida prática, não se perdendo em divagações doutrinárias e os assuntos das diversas unidades deverão ser expostos de forma simples e sumária, indicando-se aos alunos a importância do conhecimento das instituições jurídicas para o exercício da atividade comercial.</p> <p>Na segunda série, o programa limita-se a conceituar o Direito, a definir o Estado e delinear as suas formas, a dar a noção de governo e a estudar as suas formas, passando a análise das fontes de Direito e ao estudo do sujeito, do objeto, e da relação do Direito, e a apreciação geral do Direito de Família, das Coisas e das Obrigações, com a análise</p> <p>Dos principais contratos no Direito Civil concluindo com noções sucintas contrato de trabalho e organização sindical.</p> <p>Com as noções adquiridas na segunda série o aluno estará em condições de estudar, na série imediata, os atos de comércio, apreciando os contratos mercantis, analisando as diversas espécies de sociedades comerciais e detendo-se no estudo dos títulos de crédito, apreciando, afinal, a falência e a concordata.</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>provas, impedimentos, celebração e dissolução. III – Parentesco. IV – Pátrio poder. V- Tutela e Curatela. 8 I – Direito das coisas: Objeto. II – Posse: definição, aquisição, perda e proteção. III – Propriedade: definição, divisão, aquisição, perda e formas. IV – Condomínio. 9 I – Propriedade Industrial. II – Patentes de invenção. III – Marcas de indústria e de comércio. IV – Modelos e desenhos industriais. V – Nome comercial. 10 I – Direitos reais sobre coisas alheias. II – Enfiteuse. III – Servidões. IV – Usufruto, uso e habitação. V – Nome comercial. 11 I – Direito das obrigações, objeto.</p>	<p>legislação de previdência social.</p>	<p>O programa conclui por noções gerais sobre legislação fiscal com a indicação sobre os principais impostos. Deverá o professor reportar-se sempre a legislação vigente, apresentando aos alunos casos objetivos para a Compreensão exata da matéria, a fim de que adquiram os conhecimentos gerais necessários, no que se refere á prática do Direito.</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: BRASIL, PORTARIA, 1955.

Na terceira série a disciplina era ministrada de acordo com o quadro abaixo:

Quadro 23. Programa de Prática Jurídica Geral e Comercial 3ª série

Unidades	Unidades	Instruções Metodológicas
----------	----------	--------------------------

<p>1 I – Comércio: definição e divisão. II – Direito Comercial: Definição e divisão. III- Ato de comércio: conceito e espécies. 2 I – Comerciante: Direitos e deveres. II – Exercício da profissão mercantil. III – Livros Comerciais: espécies, formalidades, guarda e exibição. 3 I – Auxiliares de Comércio: noção e classificação. II – Normas que regulam a atuação dos auxiliares de comércio. III – Leiloeiros. IV – Despachantes. V – Corretores 4 I – Contratos Mercantis: noções e principais espécies. II – Prova, formas e modalidades dos contratos mercantis. 5 I – Mandato mercantil e Comissão Mercantil. II – Locação mercantil: locação de serviços e locação de coisas. 6 I – Compra e venda. II – Direitos e obrigações das partes contratantes. 7 I – Sociedade: definição e classificação. II – Formação, dissolução e liquidação de sociedades. III – Cooperativas 8</p>	<p>9 I - Sociedades Anônimas: sua constituição. II – Capital social. III – Direitos e deveres dos acionistas. 11 I – Títulos de crédito: noções gerais. II – Letra de câmbio: requisitos. III – Aceite. IV – Endosso. V – Aval. 12 I – Cheque: Noções e requisitos essenciais. II – Cheque visado. III – Cheque cruzado. IV – Carta de crédito. V – Warrants e conhecimentos de depósito e de transporte. 13 I – Nota promissória. II – Duplicatas. III – Debêntures. IV – Apólices: tipos. 14 – I – Falência: Causas e efeitos. II – Síndico: sua atuação III – Concordata: Noção, espécie e efeitos. IV – Reabilitação do falido. 15 I – Imposto e taxa. II – Universalidade do imposto. III – Competência tributária da União dos Estados e dos Municípios. IV – Noções gerais sobre os principais impostos. V – Imposto sobre a renda. VI – Imposto de consumo.</p>	<p>As instruções metodológicas eram as mesmas para a segunda e terceira séries.</p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------

I - Sociedades em nome coletivo. II – Sociedade de Capital e Indústria. III – Sociedade em comandita simples. IV – Administração das sociedades anônimas. 10 I – Sociedade em comanditas por ações. II – Sociedades em contas de participação. III – Sociedade por cota de responsabilidade limitada.	VII – Imposto do selo: sua natureza. 16 I – Direito Administrativo: conceito. II – Atos administrativos. III- Estatuto dos Funcionários Públicos: seus principais aspectos.	
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Fonte: BRASIL, PORTARIA, 1955.

Foi possível constatar, de acordo com o Livro de Ponto do ano de 1957, as disciplinas ofertadas nos três anos do Curso Técnico de Contabilidade, que estavam assim distribuídas:

Quadro 24. Disciplinas do Curso Técnico de Contabilidade - 1957

1º ANO	2º ANO	3º ANO
Matemática	Inglês	Contabilidade Industrial
Inglês	Organização Técnica e Comercial	Contabilidade Pública
Contabilidade Geral	Prática Jurídica Geral e Comercial	Contabilidade Bancária
Física e Química	Português	História Adm. E Econômica do Brasil
Português	Contabilidade Comercial	Prática Jurídica Geral e Comercial
Elementos de Economia	Biologia	Português
Mecanografia	Matemática	Elementos de Estatística
	Merceologia	Geografia Humana do Brasil

Fonte: AP/MT, Caixa da Educação de 1957.

Em tal registro, constavam as disciplinas lecionadas por cada professor, bem como os horários que as mesmas eram ministradas. Também constava do livro ponto o período da aplicação das provas.

3.2 Corpo Docente

O primeiro Regulamento Interno da Escola Técnica do Comércio de Cuiabá, instituído através do Decreto-Lei 276, de 14 de dezembro de 1946, decretou no Capítulo IX a normatização para o exercício da docência na Instituição. Os professores da Escola poderiam ser professores efetivos ou interinos. Os profissionais efetivos seriam os professores aprovados em concurso público, conforme legislação em vigor, enquanto os professores interinos eram os professores nomeados independentemente de aprovação em concurso.

Poderiam ser nomeados como professores de cultura técnica, conforme previsto no artigo 18, os profissionais que possuíssem diploma por escola técnica pertencente a Divisão do Ensino Comercial (DEC), ou que possuíssem títulos concedidos por outros estabelecimentos do ensino superior, desde que o curso contemplasse a matéria que o docente pretendesse lecionar. Para ensinar disciplinas de cultura geral, o docente deveria possuir certificado de registro no Departamento Nacional de Educação. No ano letivo não era permitida a substituição de professores, salvo por motivo de extrema necessidade, o que trazia mesmo para o professor interino certo grau de estabilidade durante o período contratado para lecionar. Ao docente competia:

- a) comparecer com regularidade às aulas;
 - b) ministrar as lições de acordo com os respectivos programas;
 - c) observar e fazer cumprir rigorosamente as determinações da Diretoria com referência ao interesse do ensino;
 - d) colaborar com o Diretor em tudo quanto se fizer mister, para a boa marcha do ensino e do regimento escolar;
 - e) comparecer às sessões da Congregação;
 - f) registrar no diário de classe a matéria lecionada;
 - g) conferir notas de arguição aos alunos, deduzindo a média mensal respectiva.
- (MATO GROSSO, DECRETO, 1946).

No ano de 1945, o professor Jacob assume a direção da Escola Técnica do Comércio de Cuiabá. Através de ofícios expedidos pela escola podemos montar o quadro inicial da lotação da escola, com o Diretor e alguns professores:

Quadro 25. Alguns Professores do ano de 1945 da Escola Técnica do Comércio de Cuiabá

DATA	OFÍCIO	NOME PROFESSOR	DISCIPLINA	DIRETOR
01/03/1945	103/45	*Assume a direção ETC		João Jacob
06/03/1945	6/45 (Não legível)	Leocádia Vaz de Figueiredo	Biologia	João Jacob
23/03/1945	87/45	Stenio Moreira de Carvalho	Contabilidade Mercantil	João Jacob
23/03/1945	88/45	Leocadia Vaz de Figueiredo	Matemática	João Jacob
17/04/1945	100/45	Gervásio Leite	Prática Jurídica, Civil e Comercial	João Jacob
16/04/1945	99/45	Reassume exercício diretor		Gervásio Leite
17/04/1945	101/45	Antônio de Pinho Maciel Epaminondas	Biologia	João Jacob
25/04/1945	103/45	João Corbelino	Estatística	Gervásio Leite
22/05/1945	104/45	Stenio Moreira de Carvalho	Contabilidade Mercantil	Gervásio Leite
02/07/1945	119/45	Assume a direção ETC		José Olívio Rosa
02/07/1945	120/45	Persio Luis Esteves	Prática Jurídica, Civil e Comercial	José Olívio Rosa

Fonte: Ofícios endereçados ao Exmo. Snr. Cel. Antônio Antero Paes de Barros. Caixas da educação localizadas no AP/MT. Quadro organizado pela autora.

Além desses acima elencados, foi possível localizar no Relatório de 1945 enviado ao DEC (Diretoria do Ensino Comercial), os nomes de alguns professores e as cadeiras que os mesmos ocupavam:

Quadro 26. Lista de professores e cadeiras ano de 1945

SÉRIE	PROFESSOR	DISCIPLINA (CADEIRA)
1	Maria de Lourdes Josetti de Pinho	Física e Química
1 e 2	Yara Pinheiro	Inglês
1	José Olívio Rosa	Mecanografia
1	Lívio Camacho	Elementos de Economia

2	Armando Lázaro Cândia	Merceologia
	Guilhermina de Figueiredo	Português
2	M ^a da Glória de Souza Vieira	Técnica Comercial e Processos de Propaganda
2	José Olívio Rosa	Contabilidade Comercial
3	Celina Manhães de Andrade	Prática de Processo Civil e Comercial
3	Aecim Tocantins	Contabilidade Bancária
3	Elizabeth Monteiro da Silva	Hist. Comércio
3	José Olívio Rosa	Seminário Econômico

Fonte: Centro de Documentação Escolar - MT, 1945.

Nas fontes localizadas não foi possível encontrar o professor que ministrava a disciplina Contabilidade Geral, que fazia parte da grade da primeira série do Curso Técnico de Contabilidade.

Novas disciplinas foram acrescentadas a grade curricular no ano de 1948, ficando da seguinte forma a composição do corpo docente naquele ano:

Quadro 27. Corpo docente da Escola Técnica do Comércio de Cuiabá - 1948

NOME	DISCIPLINA LECIONADA	FORMA DE INVESTIDURA	DIPLOMA OU TÍTULOS POSSUÍDOS
José Olívio Rosa	Contabilidade Comercial	Nomeação interina	Contador
Arlindo Pompeu de Campos	Contabilidade Geral	Nomeação interina	Contador
Aecim Tocantins	Contabilidade Bancária	Nomeação interina	Contador
Antônio de Moraes Botelho	Contabilidade Industrial	Nomeação interina	Contador
Guilhermina de Figueiredo	Português	Nomeação efetiva	Normalista
Yara Pinheiro	Inglês	Nomeação interina	Professora de Inglês

Elizabeth Monteiro Vargas	História Administrativa e Econômica do Brasil	Nomeação interina	Contador
Leocádia Vaz de Figueiredo	Matemática	Nomeação interina	Contador
Maria da Glória Vieira de Aguiar	Organização e Técnica Comercial	Nomeação interina	Perito Contador
Maria Helena de Oliveira Epaminondas	Mecanografia	Nomeação interina	Contador
Armando Lázaro Cândia	Merceologia	Nomeação interina	Contador
Pérsio Luiz Esteves	Prática Jurídica Geral e Comercial	Nomeação interina	Contador
João Corbelino	Elementos de Estatística	Nomeação interina	Perito Contador
Lívio Camacho	Elementos de Economia	Nomeação interina	Contador
Dr. Antônio de Pinho Maciel Epaminondas	Biologia	Nomeação efetiva	Médico
André Bastos Jorge	Geografia Humana e do Brasil	Nomeação interina	Contador
Renato Gustavo Addôr	Física e Química	Nomeação interina	Dentista
Benedito de Figueiredo	Contabilidade Pública	Nomeação interina	Contador

Fonte: Centro de Documentação Escolar – MT, 1948.

Constata-se, a partir do quadro acima, que dos dezoito professores lotados, doze eram contadores, dois perito-contadores, um médico, um dentista e uma professora de inglês – assim denominada sem especificação de sua formação acadêmica. Dos dezoito profissionais lotados na Escola Técnica do Comércio somente dois eram de caráter efetivo, ou seja, apenas 11,5% dos docentes.

No ano de 1950, o ofício nº 98/50 é enviado pelo então Diretor da Escola Técnica do Comércio da Capital João Corbelino ao Diretor do Departamento de Educação e Cultura Prof. Ulisses Cuiabano, em resposta a um Despacho recebido em 09 de dezembro de 1949, conforme corpo do texto. Tal ofício refere-se ao projeto de um novo Regimento interno para as Escolas Técnicas do Comércio existentes nos Estado, sendo este elaborado pelos professores José

Olivio Rosa, Arlindo Pompeu de Campos e Guilhermina de Figueiredo. Segundo o texto do ofício, tais professores foram designados para efetuar tal trabalho através da portaria estadual de nº 5/50, de 10 de abril de 1950. No entanto, não localizamos nos acervos pesquisados nada que apontasse a promulgação de um novo Regulamento no período delimitado por esta pesquisa.

O exercício do magistério nos cursos de formação e aperfeiçoamento do ensino comercial era regulamentado em 1950, pelo Decreto Federal de número 27848, que mantém em seu artigo primeiro a Diretoria do Ensino Comercial (DEC), que continua a efetuar o registro de professores, “destinado a prévia inscrição dos candidatos a exercício regular do magistério nos cursos comerciais de 1º e 2º ciclo e nos de aperfeiçoamento” (BRASIL, DECRETO, 1950). Tal regulamento aplica-se a Escola Técnica do Comércio de Cuiabá, uma vez que as instituições de ensino comercial são submissas a organização, administração e controle da Diretoria do Ensino Comercial.

As categorias de registro de professores do ensino comercial eram de caráter definitivo e provisório, ou seja, professores efetivos os de caráter definitivo e interinos os de caráter provisório. Localizamos nas fontes a folha de pagamento dos funcionários da escola, relativa ao mês de junho de 1953.

Quadro 28. Folha de Pagamentos de Vencimentos dos Funcionários da Escola Técnica do Comércio de Cuiabá – junho de 1953

NOME	CARGO OU CARREIRA	VENCIMENTOS			
		V. Padrão	Adicional	Adicional 150%	Total
Aecim Tocantins	Diretor	3.000,00			3.000,00
Aecim Tocantins	Professor	2.400,00			2.400,00
José Olívio Rosa	Professor	-			-
Arlindo Pompeu de Campos	Professor	2400,00	720,00		3.120,00
Dr. Antônio de P. M. Epaminondas	Professor	2.400,00	2.400,00	800,00	5.600,00
Guilhermina de Figueiredo	Professora	2.400,00	1.200,00		3.600,00
Leocádia Vaz de Figueiredo	Professora	2.400,00	1.680,00		4.080,00
João Corbelino	Professor	2.400,00			2.400,00
Yara Pinheiro	Professora	2.400,00			2.400,00

Maria da Glória V. de Aguiar	Professora	2.400,00			2.400,00
Elizabeth Monteiro Vargas	Professora	2.400,00			2.400,00
Armando Lázaro Cândia	Professor	2.400,00			2.400,00
Antônio de Moraes Botelho	Professor	1.500,00			1.500,00
Maria Helena de O. Epaminondas	Professora	1.500,00			1.500,00
André Bastos Jorge	Professor	-			-
Benedito de Figueiredo	Professor	1.500,00			1.500,00
Benedito de Figueiredo	Professor	1.500,00			1.500,00
Mário Ferreira Mendes	Professor	1.500,00			1.500,00
Mário Ferreira Mendes	Professor	1.500,00			1.500,00
Wilson Ferreira Gomes	Professor	1.500,00			1.500,00
Darcy Avelino da Silva Gomes	Professor	1.500,00			1.500,00
Hélio de Souza Vieira	Professor	1.500,00			1.500,00
Anna Maria de Siqueira	Escriturária	850,00			850,00
Doralice da Silva Pereira	Escriturária	850,00			850,00
Benedito Emilio Yule	Prep. Gabinete	1.050,00			1.050,00
Cândido Luiz Esteves	Insp. Alunos	800,00			800,00
Simão Rodrigues Bispo	Insp. Alunos	800,00			800,00
Luiz Miguel Ahy	Porteiro	800,00			800,00
Maria Julieta da Silva Oliveira	Contínuo	750,00			750,00

Fonte: APMT. Ofício nº 153/53, enviado ao Ilmo. Snr. Eurico Dauzacker, M.D. Diretor do Tesouro do Estado.

Através da folha de pagamentos pudemos observar que de acordo com o tipo de registro, o professor tinha seu salário fixado. O valor padrão para o professor efetivo era o de Cr\$ 2.400,00, e para o professor interino este valor estava fixado em Cr\$ 1.500,00.

No ano de 1954 houve uma tentativa de transformar professores interinos com exercício de 05 anos no magistério estadual, em professores efetivos, através do processo nº

1907/54. Tratava-se de professores que ministravam aulas em Colégios, Ginásios, na Escola Normal e na Escola Técnica de Comércio. Tal processo, encaminhado ao Secretário de Educação, Cultura e Saúde, Prof. Francisco A. Ferreira Mendes, foi posteriormente direcionado para receber a análise e parecer da Consultoria Jurídica do Estado de Mato Grosso. Da Escola Técnica de Comércio em Cuiabá constavam no documento os nomes de sete professores:

Quadro 29. Relação de professores com processo de efetivação.

NOME PROFESSOR	DISCIPLINA LECIONADA
Maria Helena de Oliveira Epaminondas	Mecanografia
Antônio de Moraes Botelho	Contabilidade Industrial
Isabel Corrêa de Oliveira	Inglês
Manoel Garibaldi Cavalcanti de Melo	Matemática
Milton Bonilha de Figueiredo	Física e Química
Augusto Graeff	Português e Prática Jurídica Geral e Comercial
Alexandre Aurélio de Castro	Contabilidade Comercial

Fonte: AP/MT, Caixa da Educação, 1954.

O parecer emitido pela Consultoria Jurídica do Estado apontou que, no artigo 168 da Constituição Federal, no inciso VI, era clara a disposição da necessidade de concurso de títulos e provas, sendo que sem esses não poderia haver provimento de docentes vitalícios, mas interinos: “para o provimento de cátedras, no ensino secundário oficial e no superior oficial ou livre, exigir-se-á concurso de títulos e provas. Aos professores, admitidos por concurso de títulos e provas, será assegurada a vitaliciedade” (BRASIL, CONSTITUIÇÃO, 1946). Também a Constituição Estadual reiterava tal disposição, em seu artigo 124, inciso VI, letra b: “No magistério oficial, as cadeiras das escolas de formação pedagógica, as das escolas secundárias e das superiores serão providas por concursos de títulos e provas”. (MATO GROSSO, CONSTITUIÇÃO, 1947).

No entanto, tratando-se das Escolas Técnicas de Comércio, não se observou nas Constituições e Legislação vigente a exigência de provas e títulos para o provimento de professores. O Consultor jurídico aponta, em sua análise a respeito da solicitação de efetivação dos professores, que o Ensino no Brasil compreendia, no período, de cinco ramos: primário, secundário, superior, comercial e industrial. Cada qual com sua organização e leis específicas, o que implicava não haver especificamente lei que regulamentasse a prova de títulos e provas para o provimento de professores das Escolas Técnicas do Comércio, opinando, assim, pela procedência do pedido. O consultor apoiou-se também para tal decisão no artigo 109 da

Constituição Estadual, pelo decurso do prazo de cinco anos no exercício da profissão. Assim, em ofício de nº 43/1955, dando continuidade ao processo, o parecer é favorável a efetivação dos professores do ensino secundário, amparados por dispositivos constitucionais transitórios de amparo aos interinos e extranumerários, e no artigo 109 da Constituição Estadual.

Em análise ao Livro Ponto no ano de 1957, foi possível identificar alguns professores que exerciam a docência na Escola Técnica do Comércio de Cuiabá naquele ano:

Quadro 30. Professores de 1957 da Escola Técnica do Comércio de Cuiabá

DISCIPLINA	DOCENTE
Matemática	Leocadia V. Figueiredo
Inglês	Yara Pinheiro
Contabilidade Comercial	José Olívio Rosa
Português	Guilhermina Figueiredo
Elementos de Economia	Agenor Ferreira
Mecanografia	Maria Helena Epaminondas
Geografia Humana	Lenine Póvoas
Contabilidade Industrial	Antônio Moraes Botelho
Contabilidade bancária	Aecim Tocantins
Física – Química	Hélio de Souza Vieira
Organização Técnica e Comercial	Maria da Glória V. de Aguiar

Fonte: AP/MT Livro Ponto 1957.

Fizeram parte do quadro de docentes da Escola Técnica do Comércio de Cuiabá cidadãos reconhecidos no estado e ainda no país, a exemplo de: Aecim Tocantins, nome grandemente aprovado por toda a classe contábil e sociedade mato-grossense, sendo homenageado com locais públicos denominados com o seu nome, como ginásio e creche. Lenine Póvoas, escritor e historiador, membro da Academia Mato-grossense de Letras; Guilhermina Figueiredo, poeta e professora de declamação na Academia de Letras de Mato Grosso; Benedito de Figueiredo, que foi também professor da Universidade Federal de Mato Grosso após 1967; José Olívio Rosa, membro da Academia Mato-grossense de Ciências Contábeis, entre outros nomes.

3.3. Alunos da Escola Técnica do Comércio de Cuiabá

Podiam ingressar na Escola Técnica do Comércio de Cuiabá candidatos que tivessem sido aprovados na prova de admissão da instituição, que consistia em provas orais e escritas de

Português e Matemática. Para o ato da matrícula o candidato deveria apresentar os seguintes documentos:

- a) atestado de que não é portador de moléstia contagiosa e de estar vacinado;
- b) prova de conclusão de curso comercial básico ou do curso de primeiro ciclo do ensino secundário ou do ensino normal;
- c) documento que prove estar quite com o serviço militar, quando pertencente ao sexo masculino for maior de 18 anos;
- d) certificado de aprovação nos exames de admissão. (MATO GROSSO, DECRETO, 1946).

As matrículas deveriam ser requeridas ao Diretor da instituição com o prazo de 30 dias anteriores ao início das aulas, e para o acesso as segundas e terceiras séries era necessário aprovação do aluno nas séries anteriores. Quanto ao comportamento dos discentes, estava previsto no Regulamento Interno da Escola Técnica do Comércio de Cuiabá, em seu capítulo VII, que os mesmos deviam portar-se com educação, dispensando ao Diretor, professores e todo o corpo administrativo da Instituição o devido respeito, bem como deviam tratar-se uns aos outros com urbanidade, obedecendo de forma rigorosa quaisquer de seus superiores e inspetores. Estava ainda prevista a frequência assídua às aulas, a pontualidade ao cumprir deveres e ainda o zelo por todos os móveis e utensílios da escola, sendo também proibido fumar dentro das dependências desta. Os discentes estavam sujeitos a penalidades disciplinares, quando do não cumprimento das regras estabelecidas:

- a) advertência feita pelo Diretor;
- b) suspensão até 15 dias, a critério do Diretor;
- c) suspensão superior a 15 dias;
- d) exclusão da Escola.

§ único – As penalidades da letra “a” e “b” são da atribuição do Diretor, as de letra “c” da congregação e, as da letra “d” da congregação, com a aprovação da D.E.C.E. (MATO GROSSO, DECRETO, 1946).

No ano de 1945, período em que se constituiu a escola, os alunos estavam distribuídos da seguinte forma:

Quadro 31. Relação dos alunos da Escola Técnica do Comércio de Cuiabá em 1945

1º ANO (Turmas A e B)	2º ANO (Turmas A e B)	3º ANO (Turmas A e B)
Ana Maciel da Silva	Alzira Tomasia de Oliveira	Alayr Valadares de Figueiredo
Carmelita Ramos da Silva*	Ana Rita Monteiro de Almeida	Aracy Pinheiro da Silva
Enir Duarte	Ana Prado Capistrano	Bendix de Siqueira

Erneza Magalhães Sena	Benedita de Siqueira	Cecilia Alves Moreira
Flores Santiago de Lima	Edith Pinheiro de Campos	Doracy Calil Mansur Bunlai
Julieta Paes de Moraes	Elizabeth Kohlhase	Elza Pulcherio
Maria Inês França	Eucaris Conceição de Paula	Erotildes Canavarros dos Santos
Nilce Ramos de Almeida	Erlita Lotufo	Juracy de Freitas
Odilza Freitas de Souza	Ersila Maria Moreira	Julia Torquato da Silva
Zilda Leite da Silva	Evanir Galvão	Joacil Maria de Siqueira
Alinor Ourives	Estefania Curvo Epaminondas	Lygia Nunes de Oliveira
Alair de Almeida	Elza Gomes de Barros*	Maria Joséfina Curvo
Antioco do Couto Filho	Irma Lotufo	Maria Luiza Canavarros
Alfredo de Siqueira*	Maria de Lourdes Silva	Maria Rodrigues da Costa
Alberto Fernandes	Maria Sonia Curvo Silva	Maria de Lima Barros
Eduardo de Figueiredo	Noemia da Gama Albernaz	Maria Angélica Barata
Emidio Reveles Pereira*	Angouleme Lopes Pereira	Nadyr Mendonça Moreira
Gerson Borges de Albuquerque	Agenor Ferreira Leão	Nilza Duarte de Figueiredo
Genesio Vicente da Silva	Antonio Correa da Costa Neto	Austeclinio Batista
Gonçalo José de Siqueira	Antonio Mileto Marques de Arruda	Ataíde Germano Taques
Gaspar Reis Coelho	Aziz José Mubaraek	Antonio de Lima Barros
Joaquim Gonçalo de Almeida	Ari da Conceição e Silva	Antonio Antunes de Almeida
Lucídio de Pinho	Arnaldo Guimarães e Silva	André Bastos Jorge
Mariaves de Siqueira	Benedito Paes de Barros	Benedito Costa e Silva
Manoel Santana do Nascimento	Edgar Xavier	Dario Rocha Neto
Nasi Bucair	Edwirges Ziolkoski	Djalma Valadares de Figueiredo
Ney Aurelio de Campos*	Fernando Marques Fontes	Darcy Avelino
Wilson José de Barros	Helio Aurélio de Campos	Expedito de Castro Neiva
Valter Ferreira Leão	Luiz Aureo Pompeu de Barros	Edgar Pinto de Castro
	Mario Romão dos Santos Moreno	Estacio de Toledo Maciel
	Mario da Silva	Hildes Gratignano Dorilêo
	Moacir da Costa e Silva	Ivan Teixeira Paes de Barros

	Marinho das Neves	José Latorraca
	Odil Freitas de Souza	José de Siqueira
	Odenir Aquino da Silva	Leoncio Balbino de Paula Filho
	Antonio Villasboas Mota	Moacyr do Carmo
		Mauricio Octaviano da Silva Pereira
		Nathanael Nonato de Faria
		Nilo Neves
		Odenil Freitas de Souza
		Pedro Affi
		Vidal Rondon da Rosa
		Ituis Martins

Fonte: AP/MT Caixa Instituição Pública, 1946.

No ano de 1947, no dia 21 de junho, foi enviado ao Dr. Wladislau Garcia Gomes, Secretário do Interior, Justiça e Finanças do Estado, através do Ofício nº 32, a relação dos alunos que haviam tomado posse na Diretoria do Centro Acadêmico, no dia 13 do mesmo mês, conforme o quadro a seguir.

Quadro 32. Formação Diretoria Centro Acadêmico da Escola Técnica do Comércio de Cuiabá

Presidente:	Lucídio de Pinho
1º Vice-Presidente:	Antônio Moisés Nadaf
2º Vice-Presidente:	Armond Emílio de Oliveira
1º Secretário:	Benedita da Silva Freire
2º Secretário:	Lucia Cuiabano
Tesoureiro:	Flôres Santiago de Lima
Orador oficial:	Alinor Ourives
Fiscais:	Armando Vitória
	Pierre Biancardini

Fonte: AP/MT Caixas da Educação, 1947.

O Centro Acadêmico também possuía diversos departamentos, os quais possuíam Diretor, Secretários, Oradores e Fiscais:

Quadro 33. Departamentos do Centro Acadêmico da Escola Técnica do Comércio

CARGOS	DEPTº CULTURAL	DEPTº DE ASSISTÊNCIA	DEPTº SOCIAL E RECREATIVO
DIRETOR	Araken Brandão Fonseda	Antônio de Souza Sobrinho	Ana Maria do Couto
SECRETÁRIOS	Ana Maciel da Silva Odilza Freitas de Souza	Olga Cândia Terezinha de Cerqueira	Maria de Campos e Silva Terezinha de Jesus Bastos Jorge
ORADORES	Walter Ferreira Leão Gerson Borges de Albuquerque	Ana Regina Paes de Barros Neuza Vani Calmon	Déa Galvão Hahn João Bastos Jorge
FISCAIS		Joaquim Gonçalo de Almeida Wilson José de Barros	José Alexandre Rocha de Matos Carlos Ferreira Leão

Fonte: AP/MT Caixas da Educação, 1947.

Quadro 34. Alunos matriculados por série 1947-1952

ANO	1ª SÉRIE		2ª SÉRIE		3ª SÉRIE		TOTAL		TOTAL GERAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	
1947	26	31	11	18	14	09	51	68	109
1948	27	25	21	21	10	15	58	61	119
1949	16	24	18	18	18	20	52	62	114
1950		33	16	17	18	19	49	68	117
1951	14	35	12	23	14	18	40	76	116
1952	14	35	12	23	14	18	40	76	116

Fonte: Centro de Documentação Escolar - MT

Os discentes da Escola Técnica do Comércio estavam sujeitos a uma contribuição mensal, de acordo com a série em que estavam matriculados: Para o primeiro ano, o valor era de Cr\$ 50,00; para o segundo ano Cr\$ 60,00 e para o terceiro ano a contribuição estava fixada em Cr\$ 70,00. Todas as famílias que tivessem mais de um filho matriculado na Instituição seria

beneficiada com certa redução no valor da mensalidade, de acordo com a quantidade de filhos que estivesse matriculado em escolas sujeitas a contribuição: o segundo filho teria a redução de 20% no valor da mensalidade, o terceiro 40% e para o quarto filhos e demais a redução seria da ordem de 60%. Tal benefício estava disposto no artigo 4º do Decreto-Lei nº 424, datado de 31 de dezembro de 1941. No entanto apesar de a Lei 6141 de 28 de dezembro de 1943 prever em seu Art. 58 as incumbências dos poderes públicos em geral, e no Inciso I estava prevista a adoção do regime de gratuidade nos estabelecimentos oficiais de ensino, localizamos no relatório do ano de 1952 a relação das mensalidades cobradas conforme detalhado:

Quadro 35. Alunos que pagaram mensalidades da Escola do Comércio em Cuiabá no ano de 1952

ANO	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE
1952	Edmundo Tenuta Renée A. Maciel	Alzita Faria Malhado	Carbia P. da Silva
	Odet Jacob	Isa Ribeiro Teixeira	Ana Luzia Thommen
	José Maciel Monteiro	Benedito W. Tenuta	Antonio Sebastiana de Carvalho
	Arinil de Arruda	Oacy Fernandes Queiroz	Maria Igenes M. B. Filha
	Maria Augusta S. Campos	Maria Antonia Siqueira	Odilio M. da Silva
	Giovana Mont. Da Silva	Ana Feliciano da Costa	Enio da S. Aguiar
	Elieth Ramires Calmon	Édi Maria C. Epaminondas	Eudir Rez. De Albuquerque
	Yeda Falcão de Arruda	Maria Antonia Galvão	Maria Rosa de Barros
	Maria da C. M. Dorilêo	Otazia de Oliveira	Maria M. da Silva
	João Daurjarval Amaral	Mariana Marques Leite	Giolice M. Pinheiro
	Isabel Malheiros	Nelza M. de A. Nunes	Leide Lins de Araujo
	Alice Fernandes	Evanira M. da Silva	Anita G. de Oliveira
	Ilma A. deS. Araujo	Admar P. dos S. Reis	Maria T. C. Fontes
	Ana Cristina de Paula	Margarida M. P. de Oliveira	Ana Luzia Thommen
	Emilza Venega	Nilson P. do Carmo	Cristovam de Mello
	Lidia P. de Souza	Lais M. P. de Barros	Terezinha M. da Silva

	Neyde L. de S. Bastos	Ivone Araujo de Barros	Joselina Teotina da Silva
	Valdici Dias Vasconcelos	Mamir R. de Barros	Leda Thommen
	Francisca H. da Silva	Sarita Baracat	
	Vicente H. da Silva	Marieta Bussik Gabriel	
	Francisco C. Garroux	Leyde Costa e Silva	
	Augusto F. Muller	Elza Borges da Silva	
	Maria Monteiro da Costa	Adiles P. de Queiroz	
	Jarbas M. Siqueira	Lais Dalila J. da Silva	
	Liomita P. de Cerqueira	Amélia Hardman	
	Walter P. da Costa		
	Heloisa C. de Campos		
	Nelson F. Mendes		
	Agnelo Bezerra Neto		
	Terezinha de S. e Silva		

Fonte: Caixa da Educação AP/MT, 1952.

Em pesquisa realizada no Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso tivemos acesso às fichas de registros dos formandos egressos de diversos cursos de Contabilidade e, também, dos guarda-livros, formados e provisionados. Várias observações podem ser feitas a partir dos dados catalogados, como veremos a seguir.

3.3.1 A relevância social dos alunos egressos da Escola Técnica do Comércio de Cuiabá

Quadro 36. Guarda-Livros e Contadores registrados no Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso (Formados de 1930-1956)

NOME DO ALUNO	D.N.	TÍTULO	DATA FORMATURA	Nº DE C	DATA	ESCOLA EM QUE FORMOU
Clóvis Sabo De Oliveira	28.09.1909	Guarda-Livros		7758	13.05.1932	Provisionado
João Corbelino	24.06.1918	Perito Contador	26.11.1938	40.450	18.04.1940	Escola Comércio Sta Tereza
Severiano Benedito De Almeida	20.04.1900	Guarda-Livros		12.951	05.12.1944	Provisionado
Pérsio Luiz Esteves	11.05.1923	Contador	16.12.1944	57762	28.95.1946	Escola Comércio Cuiabá
Acindino Brasil	23.08.1895	Contador	11.05.1938	6844	26.10.1944	Contador Provisionado
Elpidio Gonçalves Preza	13.02.1916	Contador	16.12.1955	62558	28.11.1946	Escola Técnica Comércio Cuiabá
Themistocles Pinto Brasil	22.09.1901	Contador		23368	22.09.1932	Provisionado
Leonides De Carvalho	14.01.1902	Contador		7947	08.12.1942	Provisionado
Júlio Da Silva Freire	30.04.1917	Contador	16.12.1944	56315	28.02.1946	Escola Técnica Comércio Cuiabá
Clarice Freire De Lima	21.12.1904	Guarda-Livros	05.02.1934	34004	15.12.1944	Não Consta
Aracy Pinheiro Da Silva	01.02.1923	Contador	22.12.1945	71012	12.12.1947	Escola Técnica Comércio Cuiabá
Altair Cavalcanti De Mattos	19.06.1905	Contador	24.10.1927	11417	N.C.	Academia Do Comércio Rio Janeiro
Domingos De Mattos	07.06.1921	Contador	17.01.1946	56324	21.02.1946	Escola Técnica

							De Comércio C. Mendes
Laércio Da Purificação Gonçalves	11.09. 1919	Guarda- Livros	13.05.19 39	694 57	10.11 .1947		Escola Prática De Comércio Do Pará
Jair Cuiabano	04.06. 1922	Contador	18.03.19 43	470 47	N.C.		Academia Do Comércio Rio Janeiro
Aecim Tocantins	08.06. 1923	Contador	09.01.19 43	468 94	07.05 .1943		Academia Do Comércio Rio Janeiro
Manoel Pouso Figueira Filho	15.05. 1919	Contador	16.12.19 44	640 58	21.02 .1947		Escola Técnica Comércio Cuiabá
Ana Maciel Da Silva	31.12. 1929	Contador	21.12.19 47	804 17			Escola Técnica Comércio Cuiabá
Alinor Ourives	01.05. 1926	Contador	21.12.19 47	757 13	03.09 .1948		Escola Técnica Comércio Cuiabá
Benedita Serafina De Carvalho	12.10. 1926	Guarda- Livros	28.02.19 50	862 74	N.C.		Escola Técnica Comércio Cuiabá
Lourival Moreira Da Silva	01.06. 1925	Guarda- Livros (Tec. Cont.)	26.06.19 51	101 654	30.06 .1952		Escola Técnica Comércio Cuiabá
Amélia Hardmon	21.02. 1931	Técnico Contabili dade	12.04.19 54	N.C .			Escola Técnica Comércio Cuiabá
Enir Duarte	25.07. 1928	Contador	21.12.19 47	113 067	12.10 .1953		Escola Técnica Comércio Cuiabá

Iolandina Do Amaral Bispo	25.04.1936	Técnico Contabilidade	19.12.1956	162583	15.01.1958	Escola Técnica Comércio Cuiabá
Teresino Alves Ferraz	15.10.1930	Técnico Contabilidade	31.03.1956	166085	24.02.1958	Escola Técnica Comércio Cuiabá
Acy Castrillon Ferreira	31.10.1939	Técnico Contabilidade	21.01.1957	158559	12.08.1957	Escola Técnica Comércio Cuiabá
Levy Rodrigues Do Prado	13.08.1939	Técnico Contabilidade	13.12.1961	284344	27.08.1965	Escola Técnica Comércio Cuiabá
Luiz Soares De Arruda	11.04.1931	Técnico Contabilidade	26.06.1951	97002	06.11.1951	Escola Técnica Comércio Cuiabá
Evandro Gomes Da Rosa	26.12.1936	Técnico Contabilidade	N.C.	N.C.	04.04.1963	Escola Técnica Comércio Cuiabá
Ivo Nunes De Siqueira	02.04.1939	Técnico Contabilidade	12.12.1963	276428	01.12.1964	Escola Técnica Comércio Corumbá
Aureo Candido Costa	26.03.1968	N.C.	N.C.	189387	26.11.1959	Escola Técnica Comércio Campinas
Marlene Zarour Xavier	08.04.1939	Técnico Contabilidade	08.04.1939	277536	05.02.1965	Escola Técnica Comércio Cuiabá
Nilza Pinto De Queiroz	01.07.1932	Técnico Contabilidade	15.07.1960	143935	20.06.1956	Escola Técnica Comércio Cuiabá
Maria Angélica Barata	13.12.1926	Contador	22.12.1945	67124	28.05.1947	Escola Técnica Comércio Cuiabá
Nelson Cesar	08.10.1902	Guarda-Livros	08.04.1932	9893	04.11.1943	Escola Do Comércio Dom Bosco

João Francisco De Arruda	14.10.1912	Contador	04.06.1939	Livro 106	18.09.1940	Escola Superior Do Comércio
Paulina Carneiro Leão Ribeer	16.12.1904	Guarda-Livros	Prov. 15.06.1932	7959	28.03.1944	Guarda-Livros Provisionado
Raymundo Corrêa De Mello	23.01.1906	Guarda-Livros	Prov. 15.10.1942	45318	15.10.1942	Guarda-Livros Provisionado
João Antonio Ferreira Souto	25.09.1899	Contador	Prov. 28.01.1933	31310	10.04.1933	Contador Provisionado
Francisca Soares De Carvalho	17.09.1924	Contador	05.01.1945	66010	12.05.1947	Escola Comércio Álvares Penteado
Elizabeth Kohlhase Ribeiro	20.01.1928	Contador	28.12.1946	75399	22.07.1948	Escola Técnica Comércio Cuiabá
Luiz Antonio De Figueiredo	28.03.1897	Contador	Prov. 21.07.1932	18516	10.12.1948	Contador Provisionado
Gonçalo José De Siqueira	26.04.1927	Contador	21.12.1947	75400	22.07.1948	Escola Técnica Comércio Cuiabá
Evanir Galvão	16.05.1927	Contador	28.12.1946	73319	17.04.1948	Escola Técnica Comércio Cuiabá
Dirce Nunes D'oliveira	25.03.1916	Contador	16.12.1944	66754	16.12.1944	Escola Técnica Comércio Cuiabá
Alair De Almeida	18.11.1922	Contador	21.12.1947	75714	03.09.1948	Escola Técnica Comércio Cuiabá
Antioco Do Couto Filho	17.08.1917	Contador	28.02.1948	76895	20.12.1948	Escola Técnica Comércio Cuiabá
André Bastos Jorge	09.06.1924	Contador	22.12.1945	66532	19.05.1947	Escola Técnica

						Comércio Cuiabá
Flores Santiago De Lima	02.01.1927	Contador	21.12.1947	77399	19.01.1949	Escola Técnica Comércio Cuiabá
Trajano Ernesto Coutinho	12.06.1897	Guarda-Livros	Prov.1949	34114	29.12.1944	Guarda-Livros Provisionado
João Pedro Vilasboas	26.06.1889	Guarda-Livros	Prov.1932	N.C.	24.08.1932	Guarda-Livros Provisionado
Luiz Aureo Pompeu De Barros	14.09.1921	Contador	28.12.1946	80419	10.07.1949	Escola Técnica Comércio Cuiabá
Pedro Affi	04.05.19xx	Contador	27.12.1949	79854	06.06.1949	Escola Técnica Comércio Cuiabá
José Duarte De Figueiredo	22.02.1899	Contador Provisionado	Prov.01.07.1932	14247	21.05.1948	Contador Provisionado
Moacyr Da Costa E Silva	15.02.1928	Contador	28.12.1946	80409	30.06.1949	Escola Técnica Comércio Cuiabá
Cis José Da Silva	19.09.1927	Tecnico Contabilidade	11.12.1948	80649	29.07.1949	Etc Academia São Luiz Campinas
Humberto De Miranda	01,11,1891	Guarda-Livros	24.03.1933	31031	02.05.1933	Escola Do Comércio Dom Bosco
Angouleme Lopes Pereira	20,10,1925	Contador	28,12,1946	72915	29.05.1948	Escola Técnica Comércio Cuiabá
Antonio Manoel De Carvalho	01,08,1927	Contador	31,12,1945	73196	06.04.1948	Escola Técnica De Minas Gerais
Erothildes Canavarros Dos Santos	12.01.1925	Contador	22.12.1945	64517	20.03.1947	Escola Técnica

						Comércio Cuiabá
Pedro Ferreira Filho	05.11.1924	Contador	20.12.1944	63005	17.12.1946	Instituto Lafayette – Rj
Armindo Nunes Da Silva	19.12.1916	Contador	23.01.1947	65242	18.04.1947	Escola Técnica De Comércio Guanabara
José De Carvalho	03.04.1914	Contador	18.01.1940	40587	13.06.1940	Academia Do Comércio Rio Janeiro
Irma Lotufo	02.02.1928	Contador	28.12.1946	72865	19.03.1948	Escola Técnica Do Comércio De Cuiabá
Erlita Lotufo	30.09.1928	Contador	28.12.1946	72868	19.03.1948	Escola Técnica Do Comércio De Cuiabá
Bendix De Siqueira	31.03.1928	Contador	22.12.1945	62671	11.12.1946	Escola Técnica Do Comércio De Cuiabá
Maria Izabel Mangabeira	01.07.1923	Contador	08.12.1940	42769	16.07.1941	Escola Comércio Col. Santa Tereza
João Celestino Corrêa Da Costa	02.09.1912	Contador	29.05.1936	37550	09.09.1936	Academia Do Comércio Rio Janeiro
Alzira Tomazia De Oliveira	18.05.1926	Contador	28.12.1946	73566	20.04.1948	Escola Técnica Do Comércio De Cuiabá
José Da Lapa Pinto De Arruda	14.01.1921	Contador	22.01.1944	51171	13.09.1944	Academia Do Comércio

							Rio Janeiro
Mario Nicacio Yule	11.10.1902	Contador	14.07.1934	35076	19.07.1934		Academia Do Comércio Rio Janeiro
Isis Moura Ferraz	11.10.1923	Contador	13.03.1946	68358	22.07.1947		Escola Téc. Com. Carlos De Carvalho (Cg)
Alcides Ferrari	05.10.1919	Perito Contador	01.12.1938	39556	24.07.1939		Inst. Comercial - Gin. Est. Santa Maria Rs
José Emanuel Burle	03.04.1911	Perito Contador	24.05.1939	40024	14.11.1939		Esc. Tec. Secundária Amaro Cavalcanti Rj
Poty Coelho	09.12.1921	Contador	19.12.1945	72207	25.02.1948		Esc. Tec. Comércio Academia São Luiz
José Anibal Bouret Filho	12.10.1901	Guarda-Livros	18.12.1919	44942	27.08.1942		Instituto Lafayette - Rj
Assen Mamed	23.01.1908	Contador	31.12.1947	73537	15.04.1948		Escola Tec. Com. Carlos De Carvalho Cg
José De Lima Bastos	12.11.1921	Contador	16.12.1944	63232	10.01.1947		Escola Técnica Do Comércio De Cuiabá
Nelson Vargas Bacchi	21.09.1902	Guarda-Livris	Prov. 17.06.1932	12695	05.12.1936		Provisionado
Maria Sônia Curvo Silva	19.04.1928	Contador	28.12.1946	74197	14.05.1948		Escola Técnica Comércio
Geografo De Souza Oliveira	09.04.1903	Guarda-Livros	Prov. 21.06.1937	13649	21.06.1932		Provisionado

Antonio Antunes Almeida	De	08.11. 1926	Contador	22.12.19 45	627 28	27.11 .1946	Escola Técnica Do Comércio De Cuiabá
Eucaris Conceição Paula	De	20.02. 1925	Contador	28.12.19 46	750 90	25.06 .1948	Escola Técnica Do Comércio De Cuiabá

Fonte: Arquivo do Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso. Organizado pela autora.

Pode-se observar que no quadro ora analisado existem algumas fichas dos profissionais catalogados com data anterior ao período delimitado neste trabalho. Optamos por deixá-las no quadro com a intenção de mostrar a expressiva quantidade de profissionais que se formaram em Contabilidade após o início do funcionamento da Escola Técnica do Comércio de Cuiabá. Selecionamos então no arquivo do Conselho Regional de Mato Grosso as fichas dos profissionais a partir do primeiro registro, e fizemos o mesmo na sequência localizada no arquivo do Conselho. No segmento de fichas localizados, dos 86 profissionais contabilistas, 44 deles se formaram na Escola Técnica do Comércio de Cuiabá, o que denota que além dos profissionais formados nesta instituição, outros contabilistas e guarda-livros exerciam a profissão na cidade.

Dentre os profissionais formados pela Escola Técnica do Comércio em Cuiabá, vários sobrenomes são de famílias tradicionais da cidade, a exemplo de Ourives, Barros, Figueiredo, Canavarros, Lotufo, Arruda, dentre outros, o que nos remete ao abordado no capítulo dois, quando nos referimos ao apreço que a sociedade cuiabana expressava aos profissionais da contabilidade no período estudado. Tal fato pode estar ligado inclusive a conjuntura de organização dos sindicatos e criação do Conselho Regional de Contabilidade, no período, apresentando a profissão de forma organizada cujos profissionais poderiam exercer atividades de forma rentável na capital mato-grossense.

Werebe (1970) aborda que a clientela, ou os alunos do ensino comercial, embora nos grandes centros pudessem ser provenientes de camadas modestas, não eram necessariamente oriundos de camadas populares. Eram, em sua maioria, jovens que já estavam no mercado de trabalho e encontravam nos cursos comerciais uma oportunidade de obter melhores perspectivas no campo profissional.

Em Cuiabá, percebemos que os alunos egressos da ETC – Cuiabá se registravam além de obrigatoriamente no Departamento de Ensino Comercial, no Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso, o que oportunizava, além do trabalho nas casas comerciais, bancos e outras unidades administrativas, a possibilidade de atuarem como profissionais autônomos, executando regulamentação de empresas, confecção de contratos e outros devidamente apoiados pela legislação vigente e que permitia que tais atividades fossem executadas apenas por profissionais registrados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação buscamos refletir, segundo aspectos da cultura escolar percebidos no interior da Escola Técnica do Comércio de Cuiabá, em Mato Grosso, o conjunto de práticas e normas que regiam o cotidiano desta escola, considerando o que aborda Julia (2001, p.19) quando diz que “Não existe na história da educação estudo mais tradicional que o das normas que regem as escolas ou os colégios, pois nós atingimos mais facilmente os textos reguladores e os projetos pedagógicos que as próprias realidades”. Utilizamos para tal reflexão indícios que foram localizados nas fontes documentais analisadas.

Isso se torna particularmente notório ao dirigirmos nosso olhar ao contexto histórico no período da criação da instituição escolar, objeto deste trabalho, em Cuiabá, uma vez que o ideário perseguido pelo Governo de Getúlio Vargas imprimia à educação forte ligação com o desenvolvimento do país:

A formação humanística e a formação patriótica pareciam os instrumentos perfeitos para a tarefa difícil de organizar o Estado e suas instituições, moldando-lhes a forma e o caráter, atribuindo-lhes uma identidade – extensiva à nação – e preparando as novas gerações para aceitar e perpetuar a ordem que se criava. (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 2000, p. 208).

No caderno de número 2 de Campanha de Aperfeiçoamento e Expansão do Ensino Comercial - CAEC, datado do ano de 1957, encontramos a afirmativa de que é o ensino comercial condição básica para o desenvolvimento econômico, sendo, sob diversos aspectos, uma condição fundamental para o progresso, tornando-se ainda um fator de formação e alicerce para o desenvolvimento. Nessa perspectiva, concordamos com o que aborda Carvalho (1965), quando aponta que:

O nascimento e o desenvolvimento do ensino técnico comercial é uma resultante do desenvolvimento comercial e da tecnologia nele empregada. A urbanização, a criação de grandes mercados consumidores, o desenvolvimento da produção em larga escala, a abertura de estradas, possibilitando a distribuição rápida em larga rede comercial, resultaram em organização de enormes, variados e complexos empreendimentos comerciais [...] (CARVALHO, 1965, p. 72).

Essas mudanças irão resultar então no que o autor aborda como consequente demanda de pessoal especializado e diversificado, que irão ocupar esses novos postos de trabalho: “o pessoal da contabilidade, da administração e da parte comercial das fábricas [...] (CARVALHO, 1965, p.88). Ainda que muitos trabalhadores ocupem cargos que não exigem preparo específico, uma parte se prepara tecnicamente a fim de exercer funções com eficiência. Verifica-se assim que apesar de insuficientes, a rede de escolas de ensino comercial apresenta significativa

expansão, com rápido crescimento a partir de 1930. Carvalho (1965) refere-se a uma duplicação da população adolescente, nas três décadas subsequentes a 1930, enquanto no mesmo período há um aumento de “cerca de vinte vezes o número de estabelecimentos de ensino e também mais de vinte vezes a matrícula” (CARVALHO, 1965, p. 92).

Nesse sentido, remetemo-nos às questões que essa dissertação procurou responder: Iniciamos este trabalho a partir da reconstrução historiográfica, partindo da busca de pistas que pudessem nos auxiliar na compreensão de quais foram os primeiros passos do ensino comercial no Brasil e em Mato Grosso, considerando as mudanças nos cenários econômico, político e social. Realizamos, após essa contextualização, uma leitura das transformações ocorridas nesse nível de ensino à luz das reformas educacionais, e, a partir daí, nos dedicamos a estudar a forma de funcionamento da instituição Escola Técnica do Comércio em Cuiabá.

Apesar das pontuações na legislação brasileira que definiam que o ensino comercial se tratava de um ensino que iria contribuir na formação dos estudantes, uma vez que propunha em seu currículo disciplinas de Cultura Geral e Cultura Técnica, concluímos, à luz da fundamentação teórica explorada, que o ensino comercial foi criado a fim de atender um público específico, com regulamentações próprias e finalidades ligadas aos interesses dos governantes que buscavam instrumentalizar mão de obra qualificada que viesse a atender as demandas do mercado econômico que experimentava grande expansão no período.

O ministro de educação Dr. Clóvis Salgado, em seu discurso de abertura do II Congresso Brasileiro do Ensino Comercial realizado no ano de 1957, vai atestar que:

O crescimento da rede escolar de ensino comercial, após a lei orgânica¹², pode ser apreciado pelo número de escolas, que ascendem de 384, em 1943, para, aproximadamente, 900 no corrente ano letivo, enquanto as matrículas passam de 75.000 a 120.000. No momento, já estão funcionando cursos comerciais em cerca de 480 cidades. O ritmo de crescimento numérico das instituições de ensino comercial, que vinha de 30 unidades por ano, dá um salto de 90 unidades escolares de 1955 para 1956. (BRASIL, Discurso, 1957, p.154)

Werebe (1970, p. 165) aponta que no período “as condições do país ampliavam cada vez mais as oportunidades de trabalho no comércio e na administração”. Assim, o próprio desenvolvimento de diversos setores da economia e da administração do país apontavam para a necessidade de alterações na organização do ensino comercial.

A autora apresenta ainda que os cursos comerciais em período anterior à referida lei possuíam característica acentuadamente profissionalizante, atenuando-se após a alteração

¹² Decreto-Lei 6141, de 28 de dezembro de 1943, conhecido também como Lei Orgânica do Ensino Comercial.

sofrida na grade curricular do curso, que dividiu as disciplinas em Cultura Geral e Cultura Técnica.

É-nos permitido vislumbrar essa abordagem no caderno de número 2 da CAEC. Ao tratar dos objetivos dos cursos básico e técnico, sua leitura aponta que, considerando a Lei Orgânica do Ensino Comercial, de 1943, o Curso Comercial Básico possuía nove disciplinas de cultura geral e cinco disciplinas de cultura técnica. Já os Cursos Técnicos apresentam em seu currículo onze disciplinas de cultura técnica e sete disciplinas de cultura geral, tornando “certo que o objetivo a que visam os cursos não é limitar possibilidades para os profissionais de determinada técnica, mas também não é, pela rigorosa e excessiva formação humanística, evitar a formação de técnicos” (CADERNO CAEC, 1957, p.7).

No entanto, concluímos após análise das fontes que nos permitiram ter acesso ao conteúdo ministrado nas disciplinas da primeira série do ano de 1945 na Escola Técnica do Comércio em Cuiabá, que tais alterações no currículo ainda direcionavam os conteúdos abordados para a profissionalização do estudante, uma vez que tanto os assuntos tratados quanto os livros adotados tratavam dos assuntos estudados sob a ótica do ensino comercial, ou seja, utiliza-se de uma perspectiva de linguagem comum à prática comercial. A esse respeito, Goodson (1997, p.32) vai dizer que “A disciplina escolar é, assim, um dos prismas através dos quais poderemos vislumbrar a estrutura do ensino estatal”. Ou seja, apesar da abordagem de uma tentativa de acrescentar ao ensino técnico comercial disciplinas de cultura geral, prevalece o interesse na formação de profissionais que sanariam lacunas nas necessidades crescentes de mão de obra especializada no país.

No aspecto da formação dos alunos, um antagonismo parece ocorrer em Mato Grosso, mais especificamente em Cuiabá, no que se refere aos alunos egressos da Escola Técnica do Comércio. Enquanto Werebe (1970, p.166) afirma não ter sido o ensino comercial “prestigiado, nem tampouco socialmente bem valorizado.”, em Cuiabá parece ocorrer algo um tanto quanto contraditório ao atentarmos para os periódicos do período, bem como para os registros dos profissionais habilitados no Curso Técnico de Contabilidade que se registraram no Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso. Os profissionais, contadores, gozaram, de acordo com as fontes contidas nos jornais e em obras memorialísticas, de aparente prestígio social, e muitos deles pertenciam a famílias tradicionais de Cuiabá, capital mato-grossense.

Essa constatação nos remete ao que afirma o professor Raul Moreira Lellis, no tópico constante do caderno 2 da CAEC, Alunos e Professores no Ensino Comercial, ao abordar que na conjuntura pós Lei Orgânica do Ensino Comercial, de 1943, ou seja, no período da criação

da ETC – Cuiabá, não se tratava mais o profissional de contabilidade de um guarda-livros, no sentido tradicional, limitado apenas à feitura mecânica de uma escrita comercial, que poderia inclusive ser feita pelos profissionais práticos, ou seja, sem a formação adequada. Ao obter conhecimentos na área de Economia, Organização Comercial, Merceologia e Estatística, dentre outros, torna-se o profissional da contabilidade apto a sentir o mecanismo que rege o comércio para estar continuamente renovado e vitalizado. Deve o técnico ser:

(...) homem de visão ampla, que ausculta e diagnostique, para quem os fatores *causa* e *efeito* sejam sempre evidentes. [...] o técnico de contabilidade não pode ser apenas um executor frio, mas deve ser também um analista, um observador constante. (CADERNO CAEC 2, 1957, p. 12).

Nota-se que ao técnico em contabilidade era atribuída a função de auscultar e diagnosticar, relacionando sua função com a exercida pela ciência médica. Tal percepção relaciona-se com as análises apresentadas nessa dissertação a partir das fontes examinadas, de que em Cuiabá o profissional da contabilidade gozava de apreço e apresentava uma ideiação que correspondia aos mais esmerados sentidos que podia ser atribuído ao profissional da contabilidade. Aecim Tocantins, em 1953, em seu discurso como Diretor da Escola Técnica do Comércio de Cuiabá, apresentou naquela solenidade uma metáfora: “O Médico prevê e cura os males do corpo, e o contabilista prevê os males da administração, ensinando o remédio para a situação adequada (ECHEVERRIA, 2006, p. 137)”.

Em tal ocasião, tendo como paraninfo da Turma de 1953 o governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, Aecim Tocantins discorreu a respeito da profissão, abordando em sua fala a questão de que o contabilista não mais tratava-se de um simples anotador de fatos administrativos, mas que como um médico que é para a prevenção de males e tentativas de evitar a morte, assim é para os negócios o contabilista, receitando o remédio que a situação necessita, bem como pode o mesmo registrar o enfraquecimento e a morte, ou ,ainda, registrar o florescimento das administrações.

Podemos afirmar assim a importância conferida a Escola Técnica do Comércio de Cuiabá no que concerne à formação de parte da juventude cuiabana em profissionais aptos a exercer a profissão de contador, podendo contar com a existência no período de Sindicato, Conselho de Classe e regulamentação específica para que o exercício da contabilidade se desse de forma organizada e regulamentada.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, José Paulo de. **Escola Técnica de Comércio de Itabaiana: a formação de profissionais contabilistas (1967 - 1978)**. São Cristóvão, 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/4666>. Acesso em: 17 jun. 2020.

AYALA, Cardoso; SIMON, Feliciano. **Álbum Graphico de Matto-Grosso** (EEUU do Brasil). Corumbá; Hamburgo: Ayalas & Simon Editores, 1914.

BARBOSA, Marco Aurélio Gomes. Uma contribuição à Historiografia do Ensino Contábil no Estado do Rio Grande do Sul. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 5, p. 77-99, set/dez 2011. Edição Especial.

BARROS, Fernanda. O ensino humanista como eixo articulador da criação do Lyceu de Goyazno século XIX. In: CASTRO, César Augusto (Org.). **Ensino Secundário no Brasil: perspectivas históricas**. São Luís: EDUFMA, 2019, p. 255-280.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **As fronteiras da documentação**. São Paulo: Caderno FUNDAP, v. 4, n. 8, 1984.

BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 255-280.

BOTO, Carlota. Um livro das humanidades. In: CASTRO, César Augusto (Org.). **Ensino Secundário no Brasil: perspectivas históricas**. São Luís: EDUFMA, 2019, p. 9 – 14.

BUZATO, Gino Francisco. **Transformações urbanas em Cuiabá e a formação do cidadão moderno (1937-1945)**, f. 140. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, 2017.

CADERNOS DA CAEC. **Campanha de Aperfeiçoamento e Expansão do Ensino Comercial: Caderno 2**. Ministério da Educação e cultura, 1957.

CARVALHO, Manoel Marques de. **Situação atual e tendências do ensino técnico comercial no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, v. XV IV n.99, p. 72-98, jul.1965.

CASTRO, César Augusto. O Ensino Secundário no Brasil: uma polifonia de vozes sobre a sua história. In: CASTRO, César Augusto (Org.). **Ensino Secundário no Brasil: perspectivas históricas**. São Luís: EDUFMA, 2019, p. 15-25.

CASTRO, Thalita Pavani Vargas de. **Do direito à educação da infância rural do município de Cuiabá – MT (1937-1945): dos quintais aos bancos escolares**. 2018. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Cuiabá, 2018.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estud. av.**, São Paulo, v. 5, p. 173-191, abril 1991. n.11. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 ago. 2019.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, v. n. 2, p. 177-229, 1990.

CORRÊA, Giselle Estevam Chiozini. **Organização do Ensino Secundário em Mato Grosso a partir da Reforma Capanema**. In: IX Simpósio Nacional de História Cultural, 2018, Cuiabá. Anais... Cuiabá: UFMT, 2018.

ECHEVERRIA, Ivan. **Aecim Tocantins: da contabilidade à vida pública**. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2006.

FAZOLI FILHO, Arnaldo. **Fundação Escola Álvares Penteado – 1902-1992 - 90 anos servindo ao ensino comercial e econômico**. São Paulo: Letras & Letras, 1992.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GONÇALVES, Lucas Henrique Silva. **O Instituto Municipal de Comércio de Santos: da fundação ao ginásio secundário (1948-1953)**, f. 305. Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de Santos, Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Educação, 2018. Disponível em: <http://biblioteca.unisantos.br:8181/handle/tede/5341>. Acesso em: 17 jun. 2020.

GOODSON, Ivor. **Currículo: Teoria e História**. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

GOODSON, I. F. **A Construção Social do Currículo**. Lisboa: Educa, 1997.

GOODSON, I. F. **O Currículo em Mudança**. Lisboa, PT: Porto Editora, 2001.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n.1, p. 9-43, 2001. Disponível em: www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/download/273/281. Acesso em: 12 fev. 2020.

LEITE, Carlos Eduardo Barros. **A evolução das Ciências Contábeis no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos: História das Instituições Educativas**. Bragança Paulista - SP: Ed. Univ. São Francisco, 2004.

MARCÍLIO, Humberto. **História do ensino em Mato Grosso**. Cuiabá - MT: Publicação da Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1963.

MENDONÇA, Rubens de. **História do comércio de Mato Grosso**. Cuiabá, 1973.

NOLASCO, Simone R. **O fazer cidadão: O Jornalismo Estudantil nas Décadas de 1920 e 1930 no Liceu Cuiabano em Mato Grosso**. Programa de pós-graduação em Educação. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Mato Grosso. Disponível em: <https://www1.ufmt.br/ufmt/unidade/userfiles/publicacoes/c428e1babf6c8034526133ae9f6d5357.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2019.

NOSSELA, Paollo; BUFFA, Ester. **Instituições Escolares: Por que e como pesquisar**. Campinas - SP: Editora Alínea, 2009.

OLIVEIRA, Emilene Fontes de. **Usina Itaicí – Mato Grosso: História, Trabalho e Educação (1897-1930)**. Cuiabá. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação - Universidade Federal de Mato Grosso, 2019. Disponível em: <https://www1.ufmt.br/ufmt/unidade/userfiles/publicacoes/168743be0708f3af4042ea94904b6aab.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2020.

PELEIAS, I et al. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 18(spe), p. 19-32. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772007000300003>. Acesso em: 20 mai. 2019.

PRADO JR. Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

SANFELICE, José Luiz. História das Instituições Escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel de Moura (Org.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007, p. 75-94.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. 2. ed. São Paulo - SP: Editora Paz e Terra, 2000.

SILVA, A. C. R.; MARTINS, W. T. S. **História do pensamento contábil**. 2. ed. (ano 2007), 1ª reimpr.: Curitiba: Juruá, 2011.

SILVA, Amado Francisco da. **A contabilidade brasileira no século XIX - Leis, Ensino e Literatura**. 2005. 124 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Cont. Atuariais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

SILVA, Eduardo Cristiano Hass da. **A gênese de um espaço educacional: a Escola Técnica de Comércio do Colégio Farroupilha de Porto Alegre/RS (1950-1983)**. PUC - RS, 2017. Dissertação (mestrado). 2017. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7163> . Acesso em: 10 jul. 2019.

SILVA, Eduardo Cristiano Hass da **Formando profissionais do comércio: Uma análise do ensino comercial brasileiro na Era Vargas (1930-1945)**, XIII Encontro Estadual de História da ANPUH – RS, 2016. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/46/1468531668_ARQUIVO_TextoDefinitivo.pdf, Acesso em 10 Jul. 2019.

SILVA, Geraldo Bastos. **Introdução a crítica do Ensino Secundário**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1959.

SOUZA, Rosa Fátima de. Cultura Escolar e Currículo: aproximações e inflexões nas pesquisas históricas sobre conhecimentos e práticas escolares. In: II Congresso Brasileiro da História da Educação, 2002, Natal. Natal: UFRN, 2002.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de; BARROS, F. Entre vestígios e sinais: a construção da história do Instituto Pestalozzi – Campo Grande (1915-1930). In: SILVA, Alexandra Lima da (Org.). **Sujeitos em Movimento: Instituições, circulação de saberes, práticas educativas e culturais**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018, p. 199-210.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de; BUZATO, Gino Francisco; SILVA, Marijâne Silveira. Entre vestígios e Sinais: a construção da história do Instituto Pestalozzi – Campo Grande (1915-1930). **Revista Eletrônica Documento/Monumento [recurso eletrônico]**, Cuiabá, v. 17, jul. 2016. n.1, UFMT, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. Disponível em: <http://www.ufmt.br/ndihr/revista>. Acesso em: 15 fev. 2020.

WEREBE, Maria José Garcia. **Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil**. 4. ed. São Paulo - SP: Difusão Europeia do Livro, 1970.

DOCUMENTOS

BRASIL. **Constituição (1946)**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em 14.03.2019.

BRASIL. **Decreto-Lei 6141, de 28 de dezembro de 1943**. Lei Orgânica do Ensino Comercial. Registro em: 29 Dez. 1943. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940->

1949/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943-416183-publicacaooriginal-1-pe.html, acesso em 12 Mar. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei 6141, de 28 de dezembro de 1943.** Exposição de Motivos. Registro em: 20.12.1943. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943-416183-133673-pe.html>. Acesso em 12 Mar. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 17.329, de 28 de maio de 1926.** Aprova, o regulamento para os estabelecimentos de ensino tecnico commercial reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal. Registro em: 28 mai. 1926. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17329-28-maio-1926-514068-republicacao-88142-pe.html> , acesso em 12 Mar.2019.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 21.033, de 08 de fevereiro de 1932.** Estabelece novas condições para o registo de contadores e guarda-livros, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21033-8-fevereiro-1932-504263-publicacaooriginal-1-pe.html>, acesso em 12 Mar. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 20.158, de 30 de junho de 1931.** Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Registro em: 30 jun. 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-republicacao-81246-pe.html>., acesso em 12 Mar. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8621, de 10 de janeiro de 1946.** Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providencias. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8621-10-janeiro-1946-416555-normaatualizada-pe.html#:~:text=Decreto%2DLei%208621%2F1946&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20cria%C3%A7%C3%A3o%20do,Comercial%20e%20d%C3%A1%20outras%20providencias> . Acesso em 14.03.2019.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 27.848, de 02 de março de 1950.** Regulamenta o exercício de magistério nos cursos de formação e aperfeiçoamento do ensino comercial. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/450503/publicacao/15781008>. Acesso em 12.03.2019.

BRASIL. Discurso Ministro da Educação, II Congresso Brasileiro de Ensino Comercial. Publicada Pelo Instituto Nacional D E Estudo S Pedagógico S Ministério Da Educação E Cultura Vol. XXVIII Outubro-Dezembro, 1957 N.º 68. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/489316/Revista+Brasileira+de+Estudos+Pedag%C3%B3gicos+%28RBEP%29+-+Num+68/f4f57289-6b8a-4e2e-aba8-9e15ad99c9dd?version=1.0>. Acesso em Dez. 2019

BRASIL. **Portaria N. 926, de 03. 09. 1951.** Diário Oficial da União de 13 de setembro de 1951. Disponível em: <http://www.in.gov.br/leiturajornal>. Acesso em 12 Fev. 2020

BRASIL. **Portaria N. 2, de 03. 01. 1955.** Diário Oficial da União de 07 de janeiro de 1955. Disponível em: <http://www.in.gov.br/leiturajornal>. Acesso em 12 Fev. 2020

MATO GROSSO. **Constituição do Estado de Mato Grosso (1947).** Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/midia/arquivo/constituicao-1947-completa-pdf/visualizar>. Acesso em. 14 Mar. 2019.

MATO GROSSO. **Decreto nº 276 de 14 de dezembro de 1946.** Baixa o Regulamento Interno da Escola Técnica do Comércio de Cuiabá. Arquivo Público de Mato Grosso. Registro em: 14 Dez. 1946.

MATO GROSSO. **Decreto-Lei n 450, de 14 de julho de 1942.** Regulamenta o Curso Comercial do Estado, de 14 de julho de 1942. **Diário Oficial da União.** Arquivo Público de Mato Grosso.

MATO GROSSO. **Decreto-Lei nº 424, datado de 31 de dezembro de 1941.** Benefício no valor mensal de cada aluno. Registro em: 31 Dez. 1941.

MATO GROSSO. **Decreto-Lei nº 555, Cuiabá, de 10 de março de 1944.** Determinando que o Curso Comercial anexo ao Colégio Estadual de Mato Grosso, a partir da data de publicação deste, passará a ser regulado pelos Decretos-Leis Federal nº 6.161 e 6.162. Arquivo Público de Mato Grosso. Registro em: 10 Mar. 1944.

MATO GROSSO. **Lei 1024, de 26 de setembro de 1929.** Autoriza o Poder Executivo a oficializar o Curso Commercial Antonio Corrêa, transformando-o em estabelecimento de ensino commercial do Estado, e dá outras providências, de 26 de setembro de 1929. **Diário Oficial da União.** Arquivo Público de Mato Grosso.

MATO GROSSO. **Lei nº 1018 A, de 07 de dezembro de 1957.** Arquivo Público de Mato Grosso. Registro em: 7 Dez. 1957.

MATO GROSSO. **MENSAGEM.** Presidente Joaquim A. da Costa Marques, 13 de maio de 1914. Registro em: 14 mai. 1914. Disponível em:http://ddsnext.crl.edu/titles/170?terms=commercio&item_id=3718#?h=commercio&c=4&m=86&s=0&cv=27&r=0&xywh=-189%2C-96%2C2178%2C1536, acesso em 17 Jun. 2019.

MATO GROSSO. **MENSAGEM.** Presidente Caetano Manoel de Faria e Albuquerque, 15 de maio de 1916. Registro em 15 mai. 1914. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/170?terms=&item_id=3720#?c=4&m=88&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1%2C-179%2C3568%2C2516, acesso em 17. Jun. 2019.

MATO GROSSO. **MENSAGEM.** Presidente Mario Corrêa da Costa, 13 de maio de 1926. Registro em: 13 mai. 1926. Disponível

Em:http://ddsnext.crl.edu/titles/170?terms=curso%20commercial&item_id=3731#?h=curso%20commercial&c=4&m=99&s=0&cv=42&r=0&xywh=276%2C1700%2C2137%2C1508, acesso em 01 Jun. 2019.

MATO GROSSO MENSAGEM. Presidente de Estado Mario Corrêa da Costa à Assembleia Legislativa. Registro em 13 de maio de 1928. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/170?terms=curso%20commercial&item_id=3731#?h=curso%20commercial&c=4&m=99&s=0&cv=42&r=0&xywh=276%2C1700%2C2137%2C1508, acesso em 01. Jun. 2019.

MATO GROSSO MENSAGEM. 1959. Governador do Estado Dr. João Ponce de Arruda a Assembleia Legislativa. Arquivo Público de Mato Grosso.

MATO GROSSO. Escola Técnica do Comércio. **Ofício circular 06/45.** Cuiabá-MT: 06.03.1945.

MATO GROSSO. Escola Técnica do Comércio. **Ofício circular 78/45.** Cuiabá-MT: 01.03.1945.

MATO GROSSO. Escola Técnica do Comércio. **Ofício circular 87/45.** Cuiabá-MT: 23.03.1945.

MATO GROSSO. Escola Técnica do Comércio. **Ofício circular 88/45.** Cuiabá-MT: 23.03.1945.

MATO GROSSO. Escola Técnica do Comércio. **Ofício circular 99/45.** Cuiabá-MT: 16.04.1945.

MATO GROSSO. Escola Técnica do Comércio. **Ofício circular 100/45.** Cuiabá-MT: 17.04.1945.

MATO GROSSO. Escola Técnica do Comércio. **Ofício circular 101/45.** Cuiabá-MT: 17.04.1945.

MATO GROSSO. Escola Técnica do Comércio. **Ofício circular 103/45.** Cuiabá-MT: 25.04.1945.

MATO GROSSO. Escola Técnica do Comércio. **Ofício circular 194/45.** Cuiabá-MT: 22.05.1945.

MATO GROSSO. Escola Técnica do Comércio. **Ofício circular 119/45.** Cuiabá-MT: 02.07.1945.

MATO GROSSO. Escola Técnica do Comércio. **Ofício circular 120/45.** Cuiabá-MT: 02.07.1945.

MATO GROSSO. Escola Técnica do Comércio. **Ofício circular 32/47.** Cuiabá-MT: 21.06.1947.

MATO GROSSO. Escola Técnica do Comércio. **Ofício circular 98/50**. Cuiabá-MT: 26.05.1950

MATO GROSSO. Escola Técnica do Comércio. **Ofício circular 153/53**. Cuiabá-MT: 06.1953.

MATO GROSSO. Escola Técnica do Comércio. **Relatório**. Emitido à Diretoria do Ensino Comercial – Rio. 1945. Disponível no Arquivo de Documentação Escolar – MT.

MATO GROSSO. Escola Técnica do Comércio. **Relatório**. Emitido à Diretoria do Ensino Comercial – Rio. 1948. Disponível no Arquivo de Documentação Escolar – MT.

MATO GROSSO. Escola Técnica do Comércio. **Relatório**. Emitido à Diretoria do Ensino Comercial – Rio. 1950. Disponível no Arquivo de Documentação Escolar – MT.

JORNAIS

A CRUZ Ano 1913, p. 3, **Ed. 00154**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=765880&pesq=guarda%20livros>. Acesso em 10 jul. 2019

A CRUZ, 1930, **ED. 935**. Disponível em : <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=765880&pesq=guarda%20livros&past a=ano%20193>. Acesso em 10 jul. 2019

A CRUZ **Ed. 01034** de 26.06.1932. p. 02 <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=765880&PagFis=4692&Pesq=GUAR DA%20LIVROS>. Acesso em 10 jul. 2019

TRIBUNA Ano 1927. **Edição 06023**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=765546&pesq=escola%20do%20come rcio> Acesso em 10 Jul. 2019

TRIBUNA ANO 1928. **Edição 06183**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=765546&pesq=escola%20do%20come rcio>, Acesso em 24 Jun. 2019

O ESTADO DE MATO GROSSO, 1941, **ED. 00470**. p. 06. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098086&PagFis=1976&Pesq=guarda %20livros>, Acesso em 10 Jul. 2019.

O ESTADO DE MATO GROSSO, 1941, **ED. 00487**. p.04. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098086&PagFis=0>, Acesso em 10 Jul. 2019.

O ESTADO DE MATO GROSSO, 1941, **ED. 00503.** p.02 Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098086&PagFis=0>, Acesso em 10 Jul. 2019.

O ESTADO DE MATO GROSSO, 1941, **ED. 00546.** p.04 Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098086&PagFis=0>, Acesso em 10 Jul. 2019.

O ESTADO DE MATO GROSSO, 1941, **ED. 00674.** p. 04 Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098086&PagFis=0>, Acesso em 10 Jul. 2019.

O ESTADO DE MATO GROSSO, 1950, **ED. 01907^a.** p. 03, 04 Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098086&PagFis=0>, Acesso em 10 Jul. 2019.

O MATTO-GROSSO, 1933, **ED. 2301.** p.01 Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=716189&pesq=>, Acesso em 10 Jul. 2019.

JORNAL CORREIO DO SUL, **vol.27**, 22 de janeiro de 1922, p.2.